

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)- Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Orçamentário da SEPOG demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	[6.1]	0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
Receita Patrimonial	[6.1]	0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)		0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
OPERAÇÕES DE CRED./REFINANCIAM. (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/REFINANCIAM. (V) = (III+IV)		0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
DÉFICIT (VI)		0,00	0,00	37.035.863,99	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)		0,00	570.271,28	38.394.198,32	788.063,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	18.605.867,06	11.517.967,10	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	18.605.867,06	11.517.967,10	
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) Nota [6.1.1]	70.710.787,00	40.784.744,44	26.881.477,85	26.305.092,62	26.305.092,62	13.903.266,59
Pessoal e Encargos Sociais	57.501.677,00	29.193.010,69	17.796.418,29	17.796.418,29	17.796.418,29	11.396.592,40
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.209.110,00	11.591.733,75	9.085.059,56	8.508.674,33	8.508.674,33	2.506.674,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX) Nota [6.1.1]	198.954.164,00	15.666.337,75	11.512.720,47	10.300.889,22	10.300.889,22	4.153.617,28
Investimentos	198.954.164,00	15.666.337,75	11.512.720,47	10.300.889,22	10.300.889,22	4.153.617,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	61.534.034,00	5.380.000,00	0,00	0,00	0,00	5.380.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XII) = (VIII+IX+X)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANÇ (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANÇ (XII) = (XI+XII)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES Nota [8]	0,00	787.113,20	578.751,38	578.751,38	208.361,82	0,00
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	787.113,20	578.751,38	578.751,38	208.361,82	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.163.431,53	392.254,00	231.740,96	231.740,96	2.323.944,57	0,00
Investimentos	2.163.431,53	392.254,00	231.740,96	231.740,96	2.323.944,57	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.163.431,53	1.179.367,20	810.492,34	810.492,34	2.532.306,39	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Processados

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

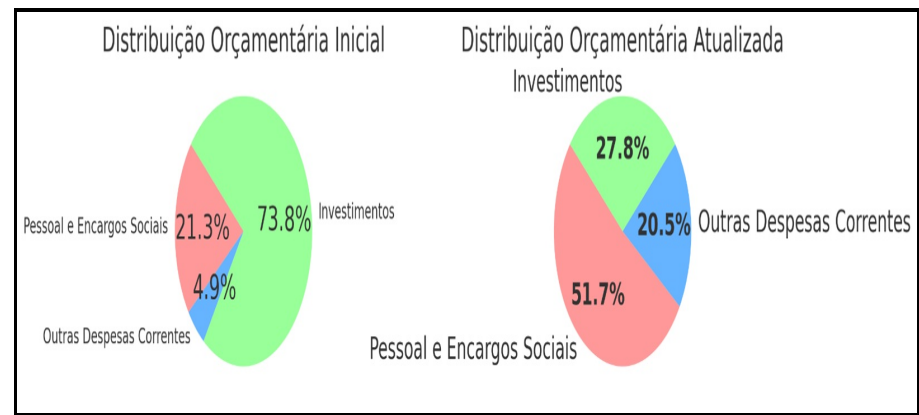
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 6 - DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (CORRENTE E DE CAPITAL)

Ao longo do exercício financeiro, observou-se uma significativa readequação orçamentária, refletida tanto nas Despesas Correntes quanto nas Despesas de Capital. Originalmente, a Dotação Orçamentária contemplava um total de R\$331.198.985,00, distribuídos entre Despesas Correntes (R\$70.710.787,00) e Despesas de Capital (R\$198.954.164,00), além de uma Reserva de Contingência (R\$61.534.034,00). A execução orçamentária atualizada mostra uma redução substancial, totalizando R\$61.831.082,19, com as Despesas Correntes ajustadas para R\$40.784.744,44 e as Despesas de Capital para R\$15.666.337,75. Esta realocação orçamentária reflete a adaptação às necessidades emergenciais e reajustes estratégicos, visando otimizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Gráfico 1 - Distribuição orçamentária inicial e atualizada



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 6.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária de 2023 reflete o comprometimento da gestão em adaptar-se às dinâmicas econômicas e fiscais, garantindo a eficiência e eficácia na alocação e utilização dos recursos públicos. Conforme o Anexo 10 e o Balanço Orçamentário, a execução das receitas orçamentárias demonstrou uma capacidade notável de superação das metas previstas inicialmente, evidenciada pela arrecadação significativa em diversas categorias.

A receita orçamentária atualizada totalizou R\$570.271,28, com a arrecadação até o mês alcançando R\$1.358.334,33, superando as expectativas iniciais. Esse resultado expressivo deve-se principalmente às seguintes fontes de receita:

Tabela 6 - Receita orçamentária			
FONTE	ORÇADA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
1500100001	0,00	0,00	5.072,39
1501000001	0,00	0,00	141,15

1700000001	0,00	179.211,03	356.683,17
1706003110	0,00	0,00	2.587,34
1754000001	0,00	391.060,25	993.850,28
Total	0,00	570.271,28	1.358.334,33

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Nota 6.1.1 - Execução Da Despesa Orçamentária (Despesa Empenhada Por Grupo De Despesa)

Tabela 7 - Execução da Despesa Orçamentária

Descrição	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	AH (%)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes	40.784.744,44	26.881.477,85	65,91	13.903.266,59
Pessoal e Encargos Sociais	29.193.010,69	17.796.418,29	60,96	11.396.592,40
Outras Despesas Correntes	11.591.733,75	9.085.059,56	78,38	2.506.674,19
Despesas de Capital	15.666.337,75	11.512.720,47	73,49	4.153.617,28
Reserva de Contingência	5.380.000,00	0,00	0,00	5.380.000,00
Total das Despesas	61.831.082,19	38.394.198,32	62,10	23.436.883,87

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A execução orçamentária das despesas em 2023 apresentou a seguinte distribuição:

Despesas Correntes: A Dotação Atualizada foi de R\$40.784.744,44, das quais R\$26.881.477,85 foram empenhadas, resultando em um saldo de R\$13.903.266,59.

Pessoal e Encargos Sociais: Dentro das Despesas Correntes, a Dotação Atualizada para Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$29.193.010,69, com despesas empenhadas de R\$17.796.418,29, deixando um saldo de R\$11.396.592,40.

Outras Despesas Correntes: A Dotação Atualizada foi de R\$11.591.733,75, com despesas empenhadas de R\$9.085.059,56, e um saldo de R\$2.506.674,19.

Despesas de Capital (Investimentos): A Dotação Atualizada foi de R\$15.666.337,75, com despesas empenhadas de R\$11.512.720,47, resultando em um saldo de R\$4.153.617,28.

Reserva de Contingência: Houve uma Dotação Atualizada de R\$5.380.000,00, sem despesas empenhadas, mantendo o saldo integral.

Total das Despesas: Incluindo as Despesas Correntes, de Capital e a Reserva de Contingência, a Dotação Atualizada foi de R\$61.831.082,19, com despesas empenhadas de R\$38.394.198,32, totalizando um saldo de R\$23.436.883,87.

Na tabela 9 apresenta-se o valor das despesas empenhadas - outras despesas correntes por P/A e natureza.

Tabela 8 - Outras despesas correntes

P/A	NATUREZA	FONTE	Desp. Empenh.	A/V
2486	335041 Contribuições	1500007011	3.068,75	0,03%
2486	335041 Contribuições	1500007014	20.000,00	0,22%
4545	337170 Rateio pela Participação em Consórcio Público	1500000001	950.000,00	10,46%
2091	339008 Outros Benefícios Assistenciais	1500000001	187.761,65	2,07%
2064	339014 Diárias - Civil	1500000001	5.767,80	0,06%
2079	339014 Diárias - Civil	1500000001	208.824,30	2,30%
2087	339014 Diárias - Civil	1500000001	300.224,10	3,30%
2096	339014 Diárias - Civil	1500000001	52.817,40	0,58%
2422	339014 Diárias - Civil	1500000001	53.687,20	0,59%
2464	339014 Diárias - Civil	1500000001	6.408,00	0,07%
2087	339015 Diárias - Militar	1500000001	16.625,80	0,18%
2091	339019 Auxílio Fardamento	1500000001	5.483,52	0,06%
2064	339030 Material de Consumo	1500000001	47.227,31	0,52%

2087	339030 Material de Consumo	1500000001	206.698,77	2,28%
2087	339033 Passagens e Despesas com Locomoção	1500000001	456.000,00	5,02%
2087	339036 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	1500000001	8.526,80	0,09%
2079	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	54.381,40	0,60%
2079	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	2500000001	1.691.213,83	18,62%
2087	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	270.158,58	2,97%
2096	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	123.960,00	1,36%
2064	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1500000001	330.095,20	3,63%
2087	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1500000001	108.386,67	1,19%
2091	339046 Auxílio-Alimentação	1500000001	3.555.598,48	39,14%
2091	339049 Auxílio-Transporte	1500000001	418.237,10	4,60%
2091	339093 Indenizações e Restituições	1500000001	600,00	0,01%
2087	339147 Obrigações Tributárias e Contributivas	1500000001	2.100,06	0,02%
2087	339192 Despesas de Exerc. Anteriores	1500000001	1.206,84	0,01%
Total			9.085.059,56	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Neste detalhamento das despesas empenhadas, observamos uma distribuição abrangente de gastos em diversas categorias, evidenciando a complexidade e a variedade das operações orçamentárias da entidade. Entre as categorias apresentadas, algumas se destacam pelo seu vulto, demonstrando áreas de significativa alocação de recursos. Abaixo, detalhamos as despesas de maior vulto e suas particularidades:

339046 - Auxílio-Alimentação: Representando a maior parcela das despesas, com um total de R\$3.555.598,48, essa categoria equivale a 39,14% do total empenhado. O auxílio-alimentação é uma despesa recorrente significativa, refletindo o compromisso da entidade em prover benefícios essenciais aos seus colaboradores, tanto para a melhoria da qualidade de vida quanto para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

339039 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica (SUPERÁVIT): Este item específico soma R\$1.691.213,83, representando 18,62% do total. Esta despesa indica um investimento considerável em serviços externos fornecidos por empresas, abrangendo uma gama de atividades e suportes especializados que são cruciais para a operacionalização e eficiência da entidade.

337170 - [MIG] Rateio pela Participação em Consórcio Público: Com um valor de R\$950.000,00, esta despesa corresponde a 10,46% do total. O rateio por participação em consórcios públicos evidencia o investimento em colaborações intergovernamentais, voltadas para a execução de projetos conjuntos ou compartilhamento de serviços, visando otimizar recursos e alcançar objetivos comuns de maneira mais eficaz.

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção: Com R\$456.000,00 empenhados, esta categoria responde por 5,02% do total, destacando-se como um componente importante dos gastos operacionais. Este valor reflete o custo com deslocamentos, seja para missões oficiais, treinamentos ou outras necessidades institucionais, sublinhando a importância da mobilidade e do acesso a diferentes locais como parte da função pública.

339049 - Auxílio-Transporte: Este item soma R\$418.237,10, o que representa 4,60% do total das despesas. Similar ao auxílio-alimentação, o auxílio-transporte é mais uma faceta do compromisso da entidade com o bem-estar de seus colaboradores, facilitando o acesso ao trabalho e contribuindo para a redução de barreiras que possam impactar a assiduidade e a eficiência.

Estas categorias de despesa demonstram não apenas a diversidade dos gastos necessários para a manutenção e operação da entidade, mas também o foco em investimentos estratégicos, benefícios aos colaboradores, e parcerias intergovernamentais como pilares fundamentais para alcançar seus objetivos.

institucionais.

Tabela 9 - Pessoal e Encargos Sociais

NATUREZA - 31	Desp. Empenhada	AH
319007 Contrib. Entid. Fechadas de Previdência	15.852,78	0,09%
319011 Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.601.748,98	87,67%
319012 Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	73.602,72	0,41%
319013 Obrigações Patronais	1.237.389,27	6,95%
319016 Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	39.560,56	0,22%
319113 Obrigações Patronais	828.263,98	4,65%
Total	17.796.418,29	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A categoria "319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil" representa a maior parte das despesas empenhadas, totalizando R\$15.601.748,98, o que corresponde a expressivos 87,67% do total de despesas. Esta rubrica engloba uma vasta gama de pagamentos fixos realizados ao pessoal civil, incluindo, mas não se limitando a, salários básicos, gratificações permanentes e outros benefícios de natureza fixa que são assegurados aos servidores independentemente de condições pontuais ou desempenho específico.

Tabela 10 - Despesa de Capital

P/A	NATUREZA	FONTE	Desp. Empenhada	AV
2087	449052 Equipamentos e Material Permanente	1500000001	268.945,00	2,34%
2087	449092 Despesas de Exercícios Anteriores	2754000001	51.699,40	0,45%
2087	449093 Indenizações e Restituições	2754000001	8.950.153,87	77,74%
2486	444042 Auxílios	1500000001	200.000,00	1,74%
2486	444042 Auxílios	1500007053	340.000,00	2,95%
2486	445042 Auxílios	1500007011	46.931,25	0,41%
2064	449052 Equipamentos e Material Permanente	1500000001	830.090,95	7,21%
2064	449052 Equipamentos e Material Permanente	2500000001	824.900,00	7,17%
Total			11.512.720,47	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Neste resumo das despesas empenhadas, observamos a alocação de recursos em diversas categorias, com destaque para as despesas que representam maiores volumes financeiros. As informações revelam a estratégia e priorização de investimentos da entidade. Abaixo, apresentamos uma nota explicativa focando nas despesas de maior vulto e suas características:

449093 - Indenizações e Restituições: Com um total de R\$8.950.153,87, esta categoria domina o quadro de despesas, representando 77,74% do total empenhado. Esse valor expressivo indica pagamentos significativos relacionados a obrigações legais ou contratuais, tais como restituições de valores em função do encerramento do programa PIDISE. A magnitude desses gastos sublinha situações excepcionais que exigiram correções financeiras e orçamentárias importantes por parte da entidade.

449052 - Equipamentos e Material Permanente: Esta natureza de despesa aparece em três diferentes alocações (fontes), somando um total de R\$1.923.935,95 (2,34% + 7,21% + 7,17% = 16,72% do total), demonstrando um investimento considerável na aquisição de bens duráveis e equipamentos essenciais para a operação e modernização da entidade. Os gastos refletem a importância de manter ou atualizar a

infraestrutura física e tecnológica, apoiando a eficiência e eficácia das atividades institucionais.

444042 - Auxílios: Com duas diferentes fontes de financiamento, esta categoria totaliza R\$540.000,00, equivalendo a 4,69% do total empenhado. Os auxílios representam contribuições financeiras destinadas a apoiar indivíduos, organizações ou entidades externas, demonstrando o compromisso da entidade com a assistência social, pesquisa, educação ou outras áreas de interesse público.

Estas categorias destacadas indicam áreas de foco específico nas despesas da entidade: correções financeiras importantes através de indenizações e restituições; investimentos em ativos duráveis para melhoria da capacidade operacional; e o apoio a terceiros por meio de auxílios. Cada uma dessas categorias reflete diferentes aspectos da estratégia orçamentária e operacional, demonstrando tanto a necessidade de atender a compromissos legais e contratuais quanto o desejo de investir no fortalecimento institucional e no suporte a iniciativas de interesse público.

NOTA 7 - DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

As despesas intra são classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

As Despesas Intraorçamentárias empenhadas corresponderam em 2023 o total de R\$ 831.570,88, as obrigações patronais conforme detalhado na planilha abaixo:

Tabela 11 - Despesa Intraorçamentária		
NATUREZA	DESP. EMPENHADA ATÉ O MÊS	A/V
339147 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.100,06	0,25%
339192 Despesas de Exercícios Anteriores	1.206,84	0,15%
319113 Obrigações Patronais	828.263,98	99,60%
Total	831.570,88	

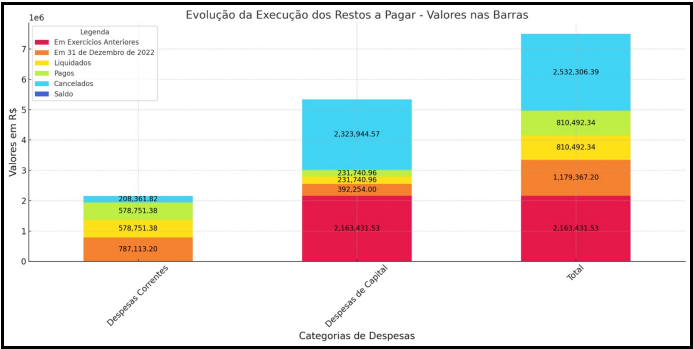
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 8 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS)

a) Execução de Restos a Pagar Não Processados

A SEPOG transfere os Restos a Pagar Não Processados Liquidados para restos a Pagar Processados em 31 de dezembro do ano vincendo, não mantendo o controle de Restos a pagar liquidados de um exercício para o outro.

Gráfico 2 - Evolução da Execução dos Restos a Pagar



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A execução dos restos a pagar apresenta uma evolução que pode ser analisada a partir dos seguintes pontos:

Despesas Correntes: Iniciaram com um valor empenhado de R\$787.113,20 ao final de 2022. Desse

montante, R\$578.751,38 foram liquidados, ou seja, reconhecidos como serviços prestados ou bens entregues. Essa mesma quantia foi paga, indicando que todos os valores liquidados foram devidamente quitados. No entanto, houve cancelamentos que somaram R\$208.361,82, ajustando o saldo final para zero.

Despesas de Capital: Tiveram um valor significativo de R\$2.163.431,53 empenhados em exercícios anteriores, com acréscimo de R\$392.254,00 em 31 de dezembro de 2022. Da soma desses valores, apenas R\$231.740,96 foram liquidados e consequentemente pagos. A maior parte do valor empenhado foi cancelada, atingindo R\$2.323.944,57, resultando também em um saldo final nulo.

Total Geral: A somatória das despesas correntes e de capital resultou em um valor empenhado total de R\$2.163.431,53 para o período anterior e R\$1.179.367,20 para 31 de dezembro de 2022. Do total combinado, R\$810.492,34 foram liquidados e pagos. Os cancelamentos totais foram de R\$2.532.306,39, equilibrando o saldo total para zero.

A execução dos RPNP revela que todos os valores empenhados que foram liquidados foram igualmente pagos, e qualquer valor remanescente foi cancelado, resultando em um saldo de execução zerado para o período atual. Isso indica uma política de controle orçamentário rígido, onde fundos não utilizados ou não justificados foram removidos das contas pendentes

(b) Execução de Restos a Pagar Processados

A SEPOG não executou Restos a Pagar Processados.

(c) Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados

Tabela 12 - Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados

Credor	Tipo De Empenho	Valor
Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda	Empenho Estimativo	13.971,68
Banco Do Brasil S/A	Empenho Estimativo	484,17
Emp. Basileira De Correios E Telegrafos	Empenho Estimativo	3.793,99
Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda	Empenho Estimativo	7.100,52
Ticket Soluções Hdftg S/A	Empenho Estimativo	6.223,20
Oi Móvel S/A	Empenho Estimativo	1.192,50
E-Doc Gestão De Documentos Eireli	Empenho Global	91.445,62
Nbs Serviços De Telecomunicações Ltda	Empenho Estimativo	1.876,12
Trevo Turismo Ltda	Empenho Estimativo	80.182,66
Brs Serv.De Montagens De Estruturas Eireli	Empenho Estimativo	816,72
Príncipe Da Beira Comércio E Serviços Ltda	Empenho Estimativo	1.274,64
Julio Cesar Pinto Cordeiro - Epp	Quebra Contratual	39.690,00
6 B2g Comércio De Produto Ltda	Quebra Contratual	206.000,00
Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp	Recisão Unilateral	622.247,35
Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp	Recisão Unilateral	1.256.154,40
Concrezon Construções E Comércio Ltda	Empenho Global	144.118,28
Concrezon Construções E Comércio Ltda	Empenho Global	55.734,54
Total		2.532.306,39

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No presente exercício, foram efetuados cancelamentos de empenhos referentes a restos a pagar não processados de exercícios anteriores. Estes cancelamentos totalizaram R\$ 2.532.306,39, refletindo uma revisão das obrigações financeiras pendentes e uma reavaliação das necessidades orçamentárias.

Cancelamentos de Empenho Estimativo: Foram cancelados empenhos que haviam sido realizados sob a estimativa de gastos futuros. Entre eles, destacam-se valores que variaram de pequenos montantes, como R\$ 484,17 para o "Banco Do Brasil S/A", até valores maiores, como R\$ 80.182,66 para a "Trevo Turismo Ltda". Estes cancelamentos indicam ajustes nas previsões de gastos ou mudanças nas demandas de serviços e produtos inicialmente previstos.

Cancelamentos de Empenho Global: Empenhos com valores totais previamente definidos também foram cancelados. Isto ocorreu devido à conclusão dos serviços ou entrega dos produtos com custos inferiores ao empenhado, ou a projetos que não seguirão adiante. Exemplos incluem o cancelamento de R\$ 91.445,62 da "E-Doc Gestão De Documentos Eireli" e de R\$ 144.118,28 e R\$ 55.734,54 da "Concrezon Construções

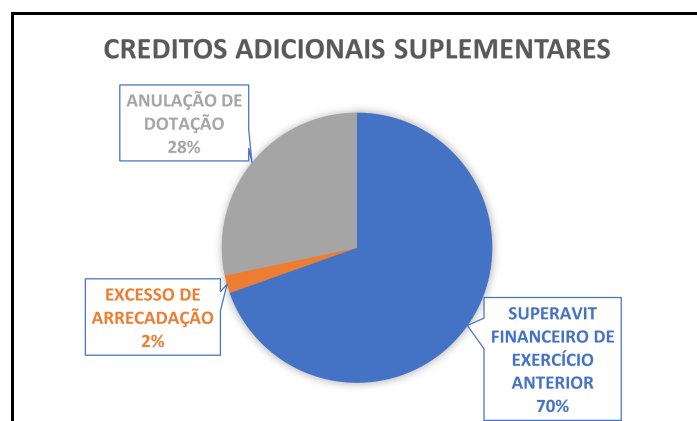
E Comércio Ltda".

Cancelamentos por Quebra Contratual e Rescisão Unilateral: Foram realizados cancelamentos significativos, como o de R\$ 39.690,00 da "Julio Cesar Pinto Cordeiro - EPP" e o total de R\$ 1.878.401,75 da "Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp". Estes valores estão relacionados a contratos que foram desfeitos ou revogados, exigindo reajustes substanciais nos compromissos orçamentários previamente estabelecidos.

Esses cancelamentos são parte do processo de gestão orçamentária e financeira, visando a otimização dos recursos disponíveis e a adequação à realidade econômica atual. Tais medidas são importantes para a manutenção do equilíbrio fiscal e a correta alocação de recursos conforme as prioridades estabelecidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

NOTA 9 - CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO (INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO)

Gráfico 3 - Detalhamento dos Créditos Adicionais



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O gráfico acima ilustra a distribuição dos créditos adicionais suplementares, detalhando a parcela que cada tipo de crédito representa no total de abertura de créditos.

O "SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR" constitui a maior parte com 69.6% do total, correspondendo a R\$ 18.605.867,06. Este valor representa os recursos não utilizados no ano anterior que são levados adiante para o novo exercício fiscal.

O "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", que é 2.1% do total com R\$ 570.271,28, representa a arrecadação além do previsto, e neste contexto específico, corresponde inteiramente aos rendimentos das aplicações bancárias.

A "ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO" ocupa 28.3% do total, o que representa R\$ 7.572.765,00. Esta medida é adotada para cancelar dotações orçamentárias que não são mais necessárias ou cujos projetos foram finalizados com custos menores que o esperado, permitindo que esses recursos sejam redirecionados para áreas de maior necessidade.

O total dos créditos adicionais suplementares alcança R\$ 26.748.903,34, indicando o volume de recursos realocados para reforço de dotações do orçamento vigente.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046164037** e o código CRC **58C319AE**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046164037

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

BALANÇO FINANCEIRO (BF) - Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Financeiro (BF) da SEPOG evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

INGRESSOS	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)		1.358.334,33	1.871.601,03
Ordinária	10	5.213,54	5.191,33
Vinculada		1.353.120,79	1.866.409,70
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		993.850,28	1.031.969,12
Recursos Vinculados a Convênios		356.683,17	805.428,14
Outras Vinculações de Recursos		2.587,34	29.012,44
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	13	34.865.993,53	29.274.621,88
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	13	30.118.637,53	27.634.079,56
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		4.747.356,00	1.640.542,32
Transf. Recebidas para aportes de Recursos para RPPS		0,00	0,00
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		15.160.612,02	4.953.698,24
Inscrição RPNP do Exercício	11	1.788.216,48	1.179.367,20
Inscrição RPP do Exercício		-	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados / Ativo		13.369.210,39	3.728.683,88
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		0,00	
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	45.647,16
Ajustes de exercícios anteriores		0,00	0,00
Compensações financeiras - IPERON		0,00	0,00
Outros Recebimento Extraorçamentários		3.185,15	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		24.299.851,69	24.258.189,09
Caixa e equivalente de caixa		24.299.851,69	24.258.189,09
Depositos restit. e valores vinculados		0,00	0,00
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)		75.684.791,57	60.358.110,24
DISPÊNDIOS	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)		38.394.198,32	24.633.430,48
Ordinária		29.392.345,05	24.486.330,80
Vinculada	14	9.001.853,27	147.099,68
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14	9.001.853,27	
Outras Vinculações de Recursos		0,00	147.099,68
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	13	19.321.289,93	5.140.359,79
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transf. Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		19.321.289,93	5.140.359,79
Transf. Concedidas Aportes RPPS		0,00	0,00

PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		14.210.565,47	6.284.468,28
Pagamento RPNP	15	810.492,34	2.423.138,02
Pagamento de RPP	15	0,00	86.536,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.400.073,13	3.729.146,62
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	45.647,16
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	12	3.758.737,85	24.299.851,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.758.737,85	24.299.851,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	
TOTAL (V) =(VI+VII+VIII+IX)		75.684.791,57	60.358.110,24

ANEXO (b)

Janeiro a Dezembro de 2023				Janeiro a Dezembro de 2022		
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Ordinária	5.213,54	0,00	5.213,54	5.191,33	0,00	5.191,33
Vinculada	1.353.120,79	0,00	1.353.120,79	1.866.409,70	0,00	1.866.409,70
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	993.850,28	-	993.850,28	1.031.969,12	-	1.031.969,12
Recursos Vinculados à Convênios	356.683,17	-	356.683,17	805.428,14	0,00	805.428,14
Outras Vinculações de Recursos	2.587,34	0,00	2.587,34	29.012,44	0,00	29.012,44
Total	1.358.334,33	0,00	1.358.334,33	1.871.601,03	0,00	1.871.601,03

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

NOTA 10- RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS

No exercício financeiro de 2023, assim como no exercício de 2022, a Receita Orçamentária demonstrou uma composição diversificada, abrangendo rubricas como Recursos Ordinários, Recursos Vinculados à Operações de Crédito, Convênios, entre outras vinculações. Nota-se que, embora tenham sido arrecadados recursos significativos nas rubricas de Operações de Crédito, Convênios e Outras Vinculações de Recursos, as receitas orçamentárias são frutos dos rendimentos gerados por aplicações bancárias. Esses rendimentos são um indicativo da gestão eficaz do patrimônio público, onde os recursos disponíveis são aplicados de maneira a gerar retorno financeiro adicional, contribuindo assim para o aumento da capacidade de investimento e financiamento das atividades governamentais.

NOTA 11 - RESTOS A PAGAR (INSCRITOS)

Tabela 13 - Restos a Pagar Inscritos

FONTE	NATUREZA DA DESPESA	INSCRIÇÃO	A/V
1500000001	33904009	124.600,00	6,97%
1500000001	33904011	77.000,00	4,31%
1500000001	33904023	2.600,00	0,15%
1500000001	33903001	48.785,12	2,73%

1500000001	33903007	2.610,30	0,15%
1500000001	33903039	28.439,11	1,59%
1500000001	33903301	91.095,22	5,09%
1500000001	33903919	45.235,04	2,53%
1500000001	33903947	1.641,09	0,09%
1500000001	33903981	162,68	0,01%
1500000001	33903983	49.469,20	2,77%
1500000001	33904005	6.033,34	0,34%
1500000001	33904006	33.405,38	1,87%
1500000001	33903948	42.240,00	2,36%
1500000001	44404201	200.000,00	11,18%
1500007011	33504102	3.068,75	0,17%
1500007011	44504202	46.931,25	2,62%
1500007014	33504102	20.000,00	1,12%
1500007053	44404201	140.000,00	7,83%
2500000001	44905237	824.900,00	46,13%
TOTAL		1.788.216,48	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Comparativo entre Despesa Corrente e Despesa de Capital do RPNP Inscritos no Período.

Despesas Correntes: O total inscrito para as despesas correntes é de R\$ 576.385,23. Essas despesas incluem uma ampla gama de serviços e produtos necessários para as operações diárias.

Despesas de Capital: O total inscrito para despesas de capital é significativamente maior, somando R\$ 1.211.831,25. Isso indica um foco considerável em investimentos de longo prazo, tais como projetos de infraestrutura ou aquisições que beneficiarão a entidade a longo prazo.

Maiores Valores Inscritos.

O maior valor inscrito para despesas correntes é de R\$ 124.600,00, referente a serviços de tecnologia da informação fornecidos pela WPI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

O maior valor inscrito para despesas de capital é de R\$ 824.900,00, também para serviços de tecnologia da informação fornecidos pela mesma empresa, WPI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

Este valor não só destaca a importância da TI mas também indica um investimento significativo em infraestrutura tecnológica.

NOTA 12 - SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

No exercício de 2023, a gestão financeira apresentou um resultado financeiro superavitário, refletindo a eficiência na administração dos recursos públicos. O total de ingressos no período foi de R\$ 75.684.791,57 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), evidenciando um aumento significativo em comparação ao exercício anterior de janeiro a dezembro de 2022, onde o total de ingressos foi de R\$ 60.358.110,24 (sessenta milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, cento e dez reais e vinte e quatro centavos).

Este aumento nos ingressos é resultado de uma gestão eficaz das receitas orçamentárias, que totalizaram R\$ 1.358.334,33 no período de janeiro a dezembro de 2023, e um expressivo recebimento de transferências financeiras de R\$ 34.865.993,53, além de ingressos extraorçamentários de R\$ 15.160.612,02. O saldo do exercício anterior, correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa, contribuiu com R\$ 24.299.851,69 para o total de ingressos, reforçando a solidez financeira da gestão.

O resultado superavitário do exercício, alinhado ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa de R\$ 24.299.851,69, demonstra a capacidade da gestão em cumprir com suas obrigações e investir em melhorias contínuas para o bem-estar da população.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na Nota 1 – Caixa e

Equivalentes de Caixa.

NOTA 13 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

a) Transferências Recebidas dependentes de Execução Orçamentária

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) desempenha um papel crucial na administração pública, sendo responsável pela elaboração e execução de políticas de planejamento, orçamento e gestão, entre outras funções. No entanto, é importante destacar que a SEPOG não é uma unidade arrecadadora de recursos financeiros próprios, como impostos ou taxas. Isso significa que sua operação financeira não se baseia na geração direta de receitas por meio de atividades comerciais ou de prestação de serviços ao público.

Devido à sua natureza não arrecadadora, a SEPOG depende integralmente dos repasses financeiros oriundos do Tesouro Estadual para a realização de suas atividades. Esses repasses são fundamentais para o custeio da unidade, abrangendo desde as despesas correntes, como água, luz, manutenção de instalações, até projetos específicos que a Secretaria executa. Além disso, a remuneração dos servidores vinculados à SEPOG também depende desses recursos transferidos pelo Tesouro Estadual.

b) Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária

Nas "Transferências Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária", um ponto importante a ser destacado é maior parte desses recursos provém da retenção do Imposto de Renda na fonte sobre a folha de pagamento dos servidores. Esta retenção é um mecanismo pelo qual o governo, no ato do pagamento dos salários, recolhe antecipadamente uma parte do imposto devido pelos servidores, baseando-se na tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Este procedimento é mandatório e segue a legislação tributária vigente, que estabelece as faixas de renda e as alíquotas correspondentes para o cálculo do imposto devido. O valor retido é então transferido ao Tesouro Estadual. No caso de entidades governamentais como a SEPOG, essa retenção é contabilizada como uma transferência financeira recebida independente da execução orçamentária. Isso ocorre porque, embora o valor seja inicialmente recolhido pela entidade empregadora, ele não se destina ao seu uso direto, servindo especificamente ao propósito de cumprimento das obrigações fiscais dos servidores.

A classificação desses valores como "independentes da execução orçamentária" reflete a natureza específica dessas transferências: embora passem pelo caixa da entidade, eles não estão disponíveis para financiar diretamente as despesas orçamentárias previstas. Em vez disso, representam um fluxo financeiro que, apesar de ser gerado internamente, tem um destino fiscal pré-determinado e não contribui diretamente para o orçamento discricionário da entidade.

Essa distinção é crucial para a gestão financeira e orçamentária, pois assegura a correta aplicação dos recursos e a transparência no cumprimento das obrigações tributárias, além de refletir a eficiência administrativa na gestão da folha de pagamento e das responsabilidades fiscais associadas.

DISPÊNDIOS

NOTA 14 - RECURSOS VINCULADOS À OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Tabela 14 - Despesas orçamentárias vinculadas a operação de crédito

NATUREZA	FONTE	Desp. Empenhada	AV
449092 Despesas de Exercícios Anteriores	2754000001	51.699,40	0,57%
449093 Indenizações e Restituições	2754000001	8.950.153,87	99,43%
Total		9.001.853,27	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No exercício financeiro em análise, as despesas orçamentárias vinculadas a operações de crédito totalizaram R\$ 9.001.853,27. Este montante foi predominantemente destinado a duas categorias principais: "Despesas de Exercícios Anteriores" e "Indenizações e Restituições", com um enfoque especial na finalização do Programa de Incentivo à Desvinculação de Servidores do Estado (PIDISE) e na devolução de rendimentos conforme obrigações contratuais.

A rubrica "Despesas de Exercícios Anteriores" contabilizou R\$ 51.699,40, representando 0,57% do total,

refletindo ajustes de pagamentos pendentes de períodos fiscais anteriores. Já a rubrica "Indenizações e Restituições" alcançou R\$ 8.950.153,87, equivalente a 99,43% das despesas, destacando-se pela sua associação à conclusão do PIDISE e à devolução de rendimentos excedentes por exigência contratual.

É importante ressaltar que a execução dessas despesas foi realizada utilizando-se do superávit financeiro, demonstrando uma gestão fiscal responsável e comprometida com o cumprimento de obrigações legais e contratuais. A aplicação do superávit em tais despesas reflete a priorização de compromissos prévios e a responsabilidade na administração dos recursos públicos, assegurando a integridade financeira e o cumprimento das metas estabelecidas.

Esta execução cuidadosa do superávit não apenas cumpre com obrigações importantes, mas também reforça o compromisso da entidade com a transparência e a gestão eficiente dos recursos, garantindo que os superávits financeiros sejam utilizados de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e a estabilidade fiscal.

NOTA 15 - PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS

A categoria "Pagamento Extraorçamentários" refere-se a movimentações financeiras que não estão previstas no orçamento anual aprovado para o exercício fiscal, mas que são essenciais para a gestão financeira da entidade. Estes pagamentos incluem diversas naturezas e são importantes para o cumprimento de obrigações e a gestão eficaz dos recursos.

Pagamento RPNP (R\$ 810.492,34): Refere-se aos pagamentos relacionados a Restos a Pagar Não Processados. Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, e a designação "não processados" indica que os serviços ou bens correspondentes a esses empenhos não foram entregues ou realizados até o encerramento do exercício

Pagamento de RPP (R\$ 0,00): Indica que, neste exercício, não houve pagamentos relacionados a Restos a Pagar Processados.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 13.400.073,13): Esta é a maior parcela dos pagamentos extraorçamentários e inclui valores que a entidade deve manter ou administrar especificamente para propósitos determinados, como depósitos recebidos que deverão ser restituídos ou recursos que estão legalmente vinculados a determinadas despesas, tal como os recursos do PIDISE que foram devolvidos por força contratual durante o exercício.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046335438** e o código CRC **A1CF3AD0**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046335438



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis, (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido) constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO, relativas ao exercício de 2023, regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 17, , representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

FERNANDO RODRIGO FIORENTIN

Analista Contábil

CRC-RO 008946/0-9

Matrícula 300131272

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão fica localizada na Av. Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Curvo 02, Edifício Rio Cautário, 6º andar, bairro: Pedrinhas, CEP: 76801-470, Porto Velho – RO.

É o órgão Central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e Gestão das demais organizações públicas do estado, sendo elas diretas ou indiretas. Esta definição pode ser encontrada no art. Art. 117 LEI COMPLEMENTAR N. 965, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

A SEPOG é responsável por:

- I - Coordenar a elaboração, consolidar, reformular e acompanhar a execução do orçamento do Estado, bem como do Plano Plurianual - PPA;
- II - Estabelecer a programação orçamentária da despesa e da receita do Estado elaborando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a Lei Orçamentária Anual;
- III - Coordenar os programas e projetos especiais no âmbito do Estado;
- IV - Supervisionar e coordenar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do Estado, bem como revê-los, consolidá-los, compatibilizá-los e avaliá-los;
- V - Coordenar as atividades relacionadas à elaboração de Projetos para complementação das ações de planejamento, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- VI - Coordenar e acompanhar as Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão Regional;
- VII - Articular e apoiar o desenvolvimento regional do Estado;
- VIII - O exercício da coordenação-geral dos Órgãos e Entidades estaduais quanto aos aspectos substantivos da política estadual de planejamento, orçamento e gestão, inclusive para obtenção de recursos, viabilização e controle da execução de planos, programas e projetos.

IX - A geração dos principais dados socioeconômicos para compor a formação do Sistema de Informações Gerenciais do Governo do Estado, municípios e sociedade em geral;

X - Coordenar a produção, análise e divulgação de informações estatísticas;

XI - Normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de recursos humanos;

XII - Elaborar estudos em conjunto com a Estado para Resultados - EPR (S/C) que possibilitem identificar e avaliar os fatores concorrentes para a realização do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável - PDES e do Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades, bem como execução de seus respectivos programas, projetos, processos e ações, de acordo com as diretrizes governamentais e estratégicas estabelecidas;

XIII - Promover a interação com os Órgãos afetos ao desenvolvimento dos setores produtivos com vistas a harmonizar e compatibilizar as ações de planejamento, de execução e de avaliação dos resultados preconizados nos programas, projetos, processos e ações daqueles Órgãos;

XIV - Articular com Órgãos federais, agências de desenvolvimento e instituições financeiras de recursos e linhas de financiamento divulgando junto aos Órgãos dos setores produtivos as disponibilidades e os requisitos para sua captação;

XV - Elaborar relatórios periódicos de execução referentes aos programas, projetos, processos e ações desenvolvidas pelos Órgãos e Entidades relacionadas com os setores produtivos do Estado propondo, por demanda, os ajustes necessários;

XVI - Apoiar os municípios, técnica e financeiramente, na implantação de políticas públicas, formalizando convênios ou outras medidas pertinentes;

XVII - Oferecer apoio e assessoramento técnico aos municípios e organizações comunitárias de cada região do Estado visando potencializar a integração regional, a racionalização da destinação e utilização dos recursos públicos e a atração de investimentos privados; e

XVIII - Realizar a Gestão Patrimonial do Governo do Estado de Rondônia.

Base De Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição; que tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP, e ainda observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (9ª ed.), a publicação dele é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta SEPOG não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Moeda Funcional, Moeda De Apresentação E Base De Mensuração: A moeda funcional e Moeda de Apresentação é o Real e a base de mensuração é o Custo Histórico, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Créditos E Dívidas: Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à

taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste.

Estoques: Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Imobilizado: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação, Amortização E Exaustão: Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso. Ao final do exercício as entidades através de relatório extraído do E-Estado puderam realizar revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo

Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável: Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no [sítio www.transparencia.ro.gov.br](http://www.transparencia.ro.gov.br) (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos.

Retenções: O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

Transferências De Ativos: O valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, este deverá ser evidenciado em notas explicativas.

Depósitos Judiciais: O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP) - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Patrimonial (BP) da SEPOG evidencia os ativos, os passivos e o Patrimônio Líquido, e sua evolução em 2023 em relação a 2022.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 e 01.01.2022 a 31.12.2022

ATIVO	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.758.737,85	24.299.851,69
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	1	3.758.737,85	24.299.851,69
Demais Créditos a Curto Prazo	2	354.164,88	165.535,56
Adiantamentos concedidos		325.000,00	125.000,00
Outros Créditos a receber e Valores a Curto Prazo		29.164,88	40.535,56
Estoques	3	26.473,87	26.124,70
Almoxarifado		26.473,87	26.124,70
VPD Pagas Antecipadamente	4	479.110,93	88.228,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	4	307.693,75	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4	171.417,18	88.228,00
Total do Ativo Circulante		4.618.487,53	24.579.739,95

Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	5	3.953.861,15	3.953.861,15
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	3.953.861,15	3.953.861,15
Imobilizado	6	3.870.964,96	3.273.237,08
Bens Móveis	6	4.977.193,91	3.802.277,77
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas		-1.106.228,95	-529.040,69
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		7.824.826,11	7.227.098,23
TOTAL DO ATIVO		12.443.313,64	31.806.838,18
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Janeiro a Junho/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7	0,00	0,00
Pessoal a Pagar		0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	8	0,00	1.500,00
Provisões para Riscos Fiscais a curto prazo		0,00	1.500,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	13.881,69	44.744,43
Valores Restituíveis		891,69	31.754,43
Outras Obrigações a Curto Prazo		12.990,00	12.990,00
Total do Passivo Circulante		13.881,69	46.244,43
Passivo Não Circulante			
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões para Riscos fiscais a LP		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimônio Líquido	10		
Resultados Acumulados		12.429.431,95	31.760.593,75
Superávit ou Déficits Acumulados		12.429.431,95	31.760.593,75
Total do Patrimônio Líquido		12.429.431,95	31.760.593,75
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.443.313,64	31.806.838,18

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTE

ATIVO (I)	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Ativo Financeiro	3.758.737,85	24.299.851,69
Ativo Permanente	8.684.575,79	7.506.986,49
Total do Ativo	12.443.313,64	31.806.838,18
PASSIVO (II)		

Passivo Financeiro	1.789.108,17	3.374.553,16
Passivo Permanente	12.990,00	14.490,00
Total do Passivo	1.802.098,17	3.389.043,16
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I) - (II)	10.641.215,47	28.417.795,02

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Especificação	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00
Direitos Contratuais em Execução	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	610.000,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	610.000,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DE SUPERATIV/DEFICIT

FONTE DE RECURSOS DESCRIÇÃO DA FONTE	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Recursos Ordinários	48.137,15	472.119,94
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	48.136,99	472.119,94
501 - Outros Recursos Não Vinculados	0,16	0,00
Vinculado	1.921.492,53	20.453.178,59
700 Outras Transferências de Convênio ou Instrumentos Congêneres da União	1.921.492,53	8.968.260,84
749 Outras Vinculações de Transferências	0,00	29.012,44
754 Recursos de Operações de Crédito	0,00	11.459.596,54
869 Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	-3.691,23
TOTAL	1.969.629,68	20.925.298,53

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, que são investimentos com vencimento original de até três meses.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição (2023)

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	1.921.492,69	13.539.114,44	-11.617.621,75	-85,81
BCO CONTA MOVIMENTO - CAIXA ECONOMICA	237,99	8.935.876,57	8.935.638,58	-99,97
TRANSAÇÕES INTRA	1.837.007,17	1.824.860,68		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A redução significativa em todas as contas de movimento durante o ano de 2023 reflete uma mudança substancial na gestão de caixa da entidade. Essa transformação foi impulsionada por realocações estratégicas das políticas de investimento, resultando em alterações no volume de transações e outras decisões operacionais relevantes. Entre essas decisões, destacam-se a transferência do programa "Água Para Todos" para a SEOSP, no total de 9.063.534,54, bem como a finalização do programa PIDISE, com a saída do montante de 9.457.868,44.

NOTA 2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Representa os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

A Rubrica de “Adiantamentos Concedidos” compreende o saldo de execução de convênio em fiscalização, ainda pendentes do recebimento de prestação de contas.

Na rubrica “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” estão incluídos saldos referentes à devolução de saldo de convênios.

Tabela 2 - Composição dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (2023)

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
Demais Créditos a Curto Prazo	354.164,88	165.535,56	+188.629,32	+113,94%
Adiantamentos Concedidos	325.000,00	125.000,00	+200.000,00	+160,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	29.164,88	40.535,56	-11.370,68	-28,04%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 3 - ESTOQUES

A conta “Estoques” retém os saldos de almoxarifado de bens de consumo da unidade.

NOTA 4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As “Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente” trata-se de despesa com assinatura de licença de serviço de assinatura de plataforma de web-conferência e os prêmios de seguro a apropriar são licenças de software de auditoria da LGPD adquiridas com seguro garantia.

Tabela 3 - Realizável A Longo Prazo

VPD Pagas Antecipadamente	479.110,93	88.228,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	307.693,75	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	171.417,18	88.228,00

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 5 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O ativo Realizável a longo prazo abriga as inscrições por dano ao patrimônio público inscritos após Tomadas de Contas Especiais conforme o quadro abaixo:

Tabela 4 - Realizável A Longo Prazo

Descrição	Total
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	52.811,00

Créditos a Receber Decorrentes de Erro Administrativo	1.511,83
Créditos a Receber Por Uso Indevido de Cota	22.135,39
Outros Créditos Administrativos	42.351.558,63
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a LP	-38.474.155,70
Total	3.953.861,15

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

A conta redutora “Ajuste De Perdas” permitiu que as inscrições em cada CPF, ocorridas no total do dano solidário apurado, fossem trazidos ao valor real impedindo assim que o ativo ficasse supervalorizado.

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O Imobilizado da SEPOG é composto por bens móveis que compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Tabela 5 - Bens Móveis

Bens Móveis	dez/23	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	258.602,8	7,18%
Bens de Informática	1.896.822,8	52,67%
Móveis e Utensílios	602.483,4	16,73%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	190.656,6	5,29%
Veículos	651.563,0	18,09%
Outros Bens Móveis	1.155,0	0,03%
Total	3.601.283,6	100%
Depreciação Acumulada	-1.106.228,95	-31%
Valor Contábil Líquido	2.495.054,66	

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

A diferença entre o valor contabilizado e anexo TC-15 refere-se a rubrica “Demais bens móveis” que abriga os “Bens Em Poder De Terceiros”, com o valor de 1.375.910,30 (um milhão e trezentos e setenta e cinco mil e novecentos e dez reais e trinta centavos) referente a Máquina de Calcário móvel, com tombamento 6356, incorporado ao patrimônio da SEPOG em 06 de Dezembro de 2016 pela 2016NL00393 e cedida a CMR (Companhia de Mineração de Rondônia) e está em fase final do processo de regularização patrimonial e há expectativa que se concretize durante o exercício de 2024.

A Depreciação acumulada é equivalente a 31% do total dos bens móveis e a conta com maior expressividade são os bens de informática, representando 52,67% do total.

A SEPOG não detém imóveis em seu inventário.

Em virtude de incorreções identificados nos relatórios do E-Estado, foram necessários ajustes adicionais para garantir a integridade e a precisão das informações contidas no relatório de inventário:

1. Correção da coluna "depreciação de anos anteriores" que calculava depreciação de itens incorporados dentro do exercício de 2023.
2. Correção da coluna "Valor Residual" que calculava o valor residual em função do valor contábil líquido do final do exercício de 2022 (violação do método de Custo Histórico).

3. Correção de itens Recebidos em Transferências que constavam sem Valor Residual (72 itens), e em função do problema nº 2, o valor contábil líquido aparecia zerado no TC-15.
4. Os totais das contas de depreciação apresentados "em linha" em vez de coluna, estavam errados.
5. A coluna "Data da carga do bem na unidade" apresenta a data da última modificação do bem na unidade e não da carga.
6. Correção da coluna "Valor depreciável" que era calculado em função do Valor contábil líquido do final do exercício de 2022.
7. Correção da coluna "Valor de depreciação mensal" que em função dos erros anteriores era calculado de forma errada.
8. Correção dos cálculos da "Depreciação acumulada" que em que havia uma distorção de negativa, gerando um ativo supervalorizado.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A SEPOG não registrou Obrigações Trabalhistas e previdenciárias a pagar ao final do exercício.

NOTA 8 - PROVISÕES A CURTO E LONGO PRAZO

A SEPOG não registrou provisões ao final do exercício de 2023.

NOTA 9 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As "Demais Obrigações A Curto Prazo", incluem os valores restituíveis e outras obrigações a curto prazo, referente a cessão não onerosa recebida de bens móveis.

NOTA 10 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o ano de 2023, foram realizados ajustes nos registros contábeis do Ativo Imobilizado visando corrigir inconsistências e garantir a precisão das informações patrimoniais da entidade, dentre elas, correção da contabilização errada no relatório E-Estado da depreciação de anos anteriores gerando uma diferença de 154.000,53 nos Ajustes de Exercícios Anteriores.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046111489** e o código CRC **52A912C9**.

Criado por [79719945249](#), versão 127 por [93296738215](#) em 12/03/2024 13:38:58.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

ADENDO

CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS E SALDOS DE CONTAS

A fim de assegurar a verificabilidade das informações inseridas nas demonstrações contábeis, foi realizado o preenchimento dos testes de consistências, disponibilizados pelo Tribunal de Contas e Contabilidade Geral do Estado, indicando a conformidade das Demonstrações Contábeis exercício 2023.

Teste 01- Saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa

Teste de saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixa	PT 01
Descrição	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	1.358.334,33
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	36.605.981,84
3. Transferências Financeiras Recebidas + Recebimento Extraorçamentários (BF)	50.026.605,55
4. Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados (BF)	1.788.216,48
5. Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários (BF)	33.531.855,40
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	- 35.247.647,51
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	14.706.533,67
8. Variação do período apurada (6+7)	- 20.541.113,84
9. Geração Líquida de Valores Restituíveis (apurada no Balanço Patrimonial*)	-
10. Saldo Inicial de Caixa e Equiv. de Caixa (SF do Balanço Patrimonial do exerc. anterior)	24.299.851,69
11. Saldo Final de Caixa e Equiv. de Caixa apurado (8-9+10)	3.758.737,85
12. Saldo Final de Caixa e Equiv. de Caixa demonstrado no Balanço Patrimonial	3.758.737,85
13. Resultado (11-12) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 02 - Saldo dos Resultados Acumulados

Teste de saldo dos resultados acumulados	PT 02
Descrição	Valor (R\$)
1. Variação Patrimonial Aumentativa (DVP)	36.308.967,59
2. Variação Patrimonial Diminutiva (DVP)	55.486.128,86
3. Resultado Patrimonial apurado no período (1-2)	- 19.177.161,27
4. Resultado evidenciado na DVP	-19.177.161,27
5. Resultado (3-4) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-
6. Resultados Acumulados (Exercício anterior no Balanço Patrimonial)	31.760.593,75
7. Variação dos Ajustes de exercícios anteriores (Exercício Atual no Balanço Patrimonial ¹)	- 154.000,53
8. Resultados Acumulados apurado no período (3+6+7)	12.429.431,95

9. Resultados Acumulados demonstrado no Balanço Patrimonial	12.429.431,95
10. Resultado (8-9) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 03 - Consistência entre o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente

Consistência entre o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o Balanço Patrimonial	PT 03
Descrição	Valor (R\$)
1. Ativo Financeiro (Balanço Patrimonial)	3.758.737,85
2. Ativo Permanente (Balanço Patrimonial)	8.684.575,79
3. Ativo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (1+2)	12.443.313,64
4. Ativo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	4.618.487,53
5. Ativo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	7.824.826,11
6. Ativo Total de acordo com o MCASP (4+5)	12.443.313,64
7. Resultado (3-6) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-
8. Passivo Financeiro (Balanço Patrimonial)	1.789.108,17
9. Passivo Permanente (Balanço Patrimonial)	12.990,00
10. Passivo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (8+9)	1.802.098,17
11. Passivo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	13.881,69
12. Passivo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	-
13. Restos a Pagar Não Processados a liquidar (Balanço Orçamentário, RPNP a liquidar = colunas a+b-c-e)	-
14. Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício (Balanço Financeiro)	1.788.216,48
15. Restos a Pagar Não Processados Em Liquidação (Balcete)	0,00
16. Passivo Total de acordo com o MCASP ajustado em razão dos RP não processados (11+12+13+14-15)	1.802.098,17
17. Resultado (10-16) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 04 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES X QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - PT 04				
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes		=	Quadro do Superávit/Déficit Financeiro	
Ativo Financeiro	3.758.737,85	=	Total das Fontes de Recursos	
Passivo Financeiro	1.789.108,17			
Total (a)	1.969.629,68	=	Total (b)	1.969.629,68
Resultado (a-b) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)				-

Teste 05 - Balanço Patrimonial X DFC X Balanço Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL X DFC X BALANÇO FINANCEIRO - PT 05					
Balanço Patrimonial		DFC		Balanço Financeiro	
Caixas e Equivalentes de Caixa	3.758.737,85	Caixas e Equivalentes de Caixa	3.758.737,85	Caixas e Equivalentes de Caixa	3.758.737,85
Total	3.758.737,85	Total	3.758.737,85	Total	3.758.737,85

Teste 06 - Balanço Orçamentário X Demonstração de Caixa

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO X DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				PT 06
Balanço Orçamentário		Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Receita Tributária		Receita Tributária		
Receita de Contribuições		Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial	1.358.334,33	Receita Patrimonial		

		Remuneração das Disponibilidades	1.358.334,33
Receita Agropecuária		Receita Agropecuária	
Receita Industrial		Receita Industrial	
Receita de Serviços		Receita de Serviços	
Transferências Correntes		Transferências correntes recebidas	34.865.993,53
Transferências Intragovernamentais (Saldo do quadro das transf. Da DFC)	34.865.993,53		
Transferências de Capital			
Outras Receitas Correntes		Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00
Outras receitas de Capital			
Operações de Crédito		Operações de Crédito	
Alienação de Bens		Alienação de Bens	
Total	36.224.327,86	Total	36.224.327,86
Teste ==>	-	Distorção ==>	-

Teste 07 - Saldo da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Teste de saldo da Demonstração dos Fluxos de Caixa	PT 07
Descrição	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	1.358.334,33
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	36.605.981,84
3. Transferências financeiras recebidas + recebimento extraorçamentários (BF)	50.026.605,55
4. Transferências financeiras concedidas + pagamentos extraorçamentários (BF)	33.531.855,40
5. Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados	1.788.216,48
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	- 35.247.647,51
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	14.706.533,67
8. Variação do período apurada (6+7)	- 20.541.113,84
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	-20.541.113,84
10. Geração Líquida de Valores Restituíveis (apurada no Balanço Patrimonial*)	
11. Resultado (8-9-10) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	- 0,00
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Patrimonial .SF do Exercício anterior)	24.299.851,69
13. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC . SF do Exercício Anterior)	3.758.737,85
14. Resultado (12-13) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	20.541.113,84
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial - SF Exercício Atual)	3.758.737,85
16. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC - SF Exercício Atual)	3.758.737,85
17. Resultado (15-16) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 08 - Receita Realizada

RECEITAS REALIZADAS PT 08	
Balanço Orçamentário	Balanço Financeiro

Receita Correntes (I)	1.358.334,33	Receitas Ordinária	5.213,54
Receitas de Capital (II)	-	Receita Vinculada	1.353.120,79
Total	1.358.334,33	Total	1.358.334,33
		Distorção ==>	-

Teste 09 - Balanço Patrimonial - Ativo x Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	11.490.444,54	PASSIVO	11.490.444,54
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL	11.490.444,54		11.490.444,54
		Distorção ==>	-

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046740328** e o código CRC **05703911**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046740328

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2023

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro										
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Ajust. para Futura Aumento de Capital (AFAO)	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reserva de Liquidez	Demais Reservas	Resultados Administrativos	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL	
Saldo Inicial							31.760.000,75		31.760.000,75	
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-104.000,03	-	-104.000,03	
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resgate / Rescisão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-18.177.181,27	-	-18.177.181,27	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuição: Transferência de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos e distribuição (R\$... por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo Final							12.428.420,95		12.428.420,95	

SIGEFRO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046728758** e o código CRC **8C57FC81**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) - Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/1964

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta como o caixa da entidade se moveu durante um determinado período, neste caso, de Janeiro a Dezembro de 2023. A DFC é dividida em três partes principais: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
INGRESSO	26	49.596.723,40	34.920.553,95
Remuneração das Disponibilidades		1.358.334,33	1.871.601,03
Transferências Correntes Recebidas	27	34.865.993,53	29.274.621,88
Outros Ingressos Operacionais		13.372.395,54	3.774.331,04
DESEMBOLSO	28	59.940.207,06	33.833.928,06
Pessoal e Demais Despesas		25.102.273,12	21.214.931,41
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00
Transferências Concedidas		21.437.860,81	8.844.202,87
Outros Desembolsos Operacionais	29	13.400.073,13	3.774.793,78
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	28	-10.343.483,66	1.086.625,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
DESEMBOLSO		10.197.630,18	1.044.963,29
Aquisição de Ativo não Circulante	30	1.195.776,91	597.160,02
Outros Desembolsos de Investimentos	30	9.001.853,27	447.803,27
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-10.197.630,18	-1.044.963,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
DESEMBOLSO		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)		0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	31	-20.541.113,84	41.662,60
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	31	24.299.851,69	24.258.189,09
Caixa e Equivalente de caixa final	31	3.758.737,85	24.299.851,69

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Nota	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		34.865.993,53	29.274.621,88
Outras transferências correntes recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		34.865.993,53	29.274.621,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Intergovernamentais		1.250.000,00	2.800.958,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		300.000,00	1.850.958,00
a Consórcio		950.000,00	950.000,00
Intragovernamentais		20.152.860,81	5.898.244,87
Outras transferências concedidas		35.000,00	145.000,00
Total das Transferências Concedidas		21.437.860,81	8.844.202,87

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	FUNÇÃO	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Função 04	Administração	25.102.273,12	21.214.931,41
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		25.102.273,12	21.214.931,41

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 26 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

As atividades operacionais tiveram um ingresso total de 49.596.723,40, com a maior parte vindo de transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais. No entanto, os desembolsos foram significativamente maiores, totalizando 59.940.207,06, principalmente devido a pessoal e outras despesas, bem como transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Isso resultou em um

fluxo de caixa líquido negativo de -10.343.483,66, indicando que as operações do período consumiram mais recursos do que geraram.

NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS

Consultar a “NOTA XX • VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS” da Demonstração Das Variações Patrimoniais, excluindo do ali explicado as “Transferências Recebidas De Bens Móveis” e “Outras Transferências Não Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária” uma vez que, enquanto "Transferências Correntes Recebidas" é um termo mais específico que se refere unicamente a recursos financeiros destinados a cobrir despesas operacionais correntes, "Transferências e Delegações Recebidas" é um termo mais abrangente que pode incluir, além de recursos financeiros, a transferência de responsabilidades e autoridades.

NOTA 28 - DESEMBOLSOS

As atividades operacionais tiveram um ingresso total de 49.596.723,40, com a maior parte vindo de transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais. No entanto, os desembolsos foram significativamente maiores, totalizando 59.940.207,06, principalmente devido a pessoal e outras despesas, bem como transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Isso resultou em um fluxo de caixa líquido negativo de -10.343.483,66, indicando que as operações do período consumiram mais recursos do que geraram. A capacidade da entidade de operar dessa maneira, registrando um déficit operacional sem enfrentar problemas de liquidez imediatos, foi possível devido à existência de um "caixa robusto de exercícios anteriores".

Dentre as atividades operacionais que consumiram caixa, pode-se destacar as transferências intragovernamentais que durante o exercício R\$ 20.152.860,81 foram desembolsados. As transferências intragovernamentais estão mais bem explicadas na nota explicativa XX à Demonstração das Variação Patrimoniais.

NOTA 29 - OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Tabela 20 - Outros desembolsos operacionais

Descrição	Saldo	AV
Retenções - Entidades Representativas De Classes	621,55	0,00%
Outros Consignatarios	758.475,78	5,66%
Depositos Para Recursos Judiciais	3.566,76	0,03%
Cauções	65.361,53	0,49%
Depósitos A Transferir - Penhoras	8.792,75	0,07%
Descontos/Multas Contratuais	9.127.675,67	68,12%
Pp Devolvida Pelo Banco	126.187,28	0,94%
Depósitos De Diversas Origens - DDO	21.680,00	0,16%
Outros Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	140,29	0,00%
RPPS - Retenções Sobre Vencimentos E Vantagens	711.015,17	5,31%
Imposto Sobre A Renda Retido Na Fonte - IRRF	1.864.411,46	13,91%
Contribuição Ao RGPS	557.260,32	4,16%
ISS	154.884,57	1,16%
TOTAL	13.400.073,13	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Na categoria "Descontos/Multas Contatuais", que representa a maior parcela dos desembolsos operacionais totalizando 9.127.675,67, a quantia significativa de 8.950.753,87 está associada à restituição de rendimentos do Programa PIDISE para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este valor reflete a devolução de recursos financeiros originados de operações de crédito do mencionado programa. Conforme estabelecido pelas normativas e acordos vigentes, esses recursos devem ser retornados ao BNDES. Além disso, essa categoria inclui também o pagamento de multas contratuais determinadas pela Administração, as quais são direcionadas ao Caixa do Tesouro Estadual.

Este procedimento sublinha a gestão responsável e a conformidade regulatória no manejo dos recursos financeiros vinculados ao programa.

NOTA 30 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Durante o período em análise, a entidade realizou investimentos significativos nas suas operações e na expansão de sua capacidade. O principal destaque foi a aquisição de ativo não circulante, totalizando R\$1.195.776,91, focada na compra de bens móveis. Estes bens, como veículos, equipamentos e mobiliários, são essenciais para a operação da entidade e estão previstos para contribuir no aumento da eficiência e produtividade.

Além disso, outros desembolsos de investimentos foram realizados, somando R\$9.001.853,27. Este valor representa a devolução de recursos anteriormente alocados no âmbito do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Estadual de Pesquisa (PIDISE), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A transação marca a finalização do programa, alinhando-se com os compromissos financeiros assumidos pela entidade perante o BNDES.

Este desembolso não se relaciona diretamente à aquisição de ativos físicos ou intangíveis, mas é uma movimentação financeira importante que impacta o fluxo de caixa da entidade nas atividades de investimento. A devolução desses recursos reflete a gestão responsável dos compromissos financeiros da entidade e o encerramento de programas específicos, conforme previamente acordado com as instituições financeiras parceiras.

NOTA 31 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

No período em análise, a entidade experimentou uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa negativa, totalizando -R\$20.541.113,84. Este resultado representa a diferença líquida entre os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento (I+II+III), indicando uma saída líquida de recursos financeiros.

A posição de caixa e equivalentes de caixa no início do período era de R\$24.299.851,69. Esta quantia inclui todos os recursos financeiros disponíveis e rapidamente conversíveis em espécie, que a entidade detinha ao iniciar o período contábil, proporcionando uma base sólida para suas operações iniciais e investimentos planejados.

Ao final do período, o caixa e equivalentes de caixa reduziram-se para R\$3.758.737,85. Esta significativa diminuição reflete as saídas líquidas de caixa associadas principalmente às atividades de investimento, incluindo a devolução de recursos do PIDISE ao BNDES, além de outras atividades operacionais e de financiamento que não geraram fluxos de caixa positivos.

Esta movimentação de caixa ressalta a importância de uma gestão financeira cuidadosa e estratégica, especialmente em períodos em que grandes investimentos ou devoluções de financiamentos impactam substancialmente a liquidez da entidade. A redução na posição de caixa e equivalentes de caixa é um reflexo direto das decisões de investimento tomadas, além de outros fatores externos e operacionais que influenciaram o fluxo de caixa durante o período.

A entidade continua comprometida com uma gestão financeira prudente, visando a sustentabilidade de longo prazo de suas operações. Estratégias estão sendo desenvolvidas e implementadas para melhorar a geração de caixa futura, com o objetivo de fortalecer a posição de caixa e equivalentes de caixa, garantindo assim a capacidade da entidade de cumprir com seus compromissos financeiros e investir em oportunidades de crescimento.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046624459** e o código CRC **57C9756F**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046624459

Art. 1º - RETIFICAR, parte do teor da Portaria nº119 de 08/03/2024 , publicada no DIOF Ed. 45 de 11/03/2024 , que remarcou o gozo de férias, referente ao exercício de 2024, da servidora **ISABELLE CRISTINE DE CORDOVA**, ocupante do cargo de Assessor VIII, matrícula nº *****693, que estava programado para o período de 12.03.2024 a 21.03.2024, conforme Portaria nº 9200 de 06/11/2023, publicada no DIOF Ed. 208 de 06/11/2023,

ONDE SE LÊ: ficando o usufruto para o período de 24/04/2024 a 03/05/2024.

LEIA-SE: ficando o usufruto para o período de **25.11.2024 a 04.12.2024**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 12 de março de 2024.

TONY MARCEL LIMA DA SILVA

Diretor Executivo da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Delegação de Competência Portaria nº 119 de 07 de março de 2023 (0036414756)

Protocolo 0046741848

BALANÇO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis, (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido) constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO, relativas ao exercício de 2023, regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 17, , representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

FERNANDO RODRIGO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão fica localizada na Av. Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Curvo 02, Edifício Rio Cautário, 6º andar, bairro: Pedrinhas, CEP: 76801-470, Porto Velho – RO.

É o órgão Central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e Gestão das demais organizações públicas do estado, sendo elas diretas ou indiretas. Esta definição pode ser encontrada no art. Art. 117 LEI COMPLEMENTAR N. 965, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

A SEPOG é responsável por:

- I - Coordenar a elaboração, consolidar, reformular e acompanhar a execução do orçamento do Estado, bem como do Plano Plurianual - PPA;
- II - Estabelecer a programação orçamentária da despesa e da receita do Estado elaborando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a Lei Orçamentária Anual;
- III - Coordenar os programas e projetos especiais no âmbito do Estado;
- IV - Supervisionar e coordenar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do Estado, bem como revê-los, consolidá-los, compatibilizá-los e avaliá-los;
- V - Coordenar as atividades relacionadas à elaboração de Projetos para complementação das ações de planejamento, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- VI - Coordenar e acompanhar as Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão Regional;
- VII - Articular e apoiar o desenvolvimento regional do Estado;

VIII - O exercício da coordenação-geral dos Órgãos e Entidades estaduais quanto aos aspectos substantivos da política estadual de planejamento, orçamento e gestão, inclusive para obtenção de recursos, viabilização e controle da execução de planos, programas e projetos.

IX - A geração dos principais dados socioeconômicos para compor a formação do Sistema de Informações Gerenciais do Governo do Estado, municípios e sociedade em geral;

X - Coordenar a produção, análise e divulgação de informações estatísticas;

XI - Normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de recursos humanos;

XII - Elaborar estudos em conjunto com a Estado para Resultados - EPR (S/C) que possibilitem identificar e avaliar os fatores concorrentes para a realização do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável - PDES e do Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades, bem como execução de seus respectivos programas, projetos, processos e ações, de acordo com as diretrizes governamentais e estratégicas estabelecidas;

XIII - Promover a interação com os Órgãos afetos ao desenvolvimento dos setores produtivos com vistas a harmonizar e compatibilizar as ações de planejamento, de execução e de avaliação dos resultados preconizados nos programas, projetos, processos e ações daqueles Órgãos;

XIV - Articular com Órgãos federais, agências de desenvolvimento e instituições financeiras de recursos e linhas de financiamento divulgando junto aos Órgãos dos setores produtivos as disponibilidades e os requisitos para sua captação;

XV - Elaborar relatórios periódicos de execução referentes aos programas, projetos, processos e ações desenvolvidas pelos Órgãos e Entidades relacionadas com os setores produtivos do Estado propondo, por demanda, os ajustes necessários;

XVI - Apoiar os municípios, técnica e financeiramente, na implantação de políticas públicas, formalizando convênios ou outras medidas pertinentes;

XVII - Oferecer apoio e assessoramento técnico aos municípios e organizações comunitárias de cada região do Estado visando potencializar a integração regional, a racionalização da destinação e utilização dos recursos públicos e a atração de investimentos privados; e

XVIII - Realizar a Gestão Patrimonial do Governo do Estado de Rondônia.

Base De Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição; que tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP, e ainda observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (9ª ed.), a publicação dele é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta SEPOG não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Moeda Funcional, Moeda De Apresentação E Base De Mensuração: A moeda funcional e Moeda de Apresentação é o Real e a base de mensuração é o Custo Histórico, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Créditos E Dívidas: Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste.

Estoques: Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Imobilizado: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação, Amortização E Exaustão: Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso. Ao final do exercício as entidades através de relatório extraído do E-Estado puderam realizar revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo

Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável: Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais - Parte II, disponível no [sítio www.transparencia.ro.gov.br](http://www.transparencia.ro.gov.br) (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos.

Retenções: O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

Transferências De Ativos: O valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, este deverá ser evidenciado em notas explicativas.

Depósitos Judiciais: O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP) - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Patrimonial (BP) da SEPOG evidencia os ativos, os passivos e o Patrimônio Líquido, e sua evolução em 2023 em relação a 2022.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 e 01.01.2022 a 31.12.2022

ATIVO	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.758.737,85	24.299.851,69
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	[1]	3.758.737,85	24.299.851,69
Demais Créditos a Curto Prazo	[2]	354.164,88	165.535,56
Adiantamentos concedidos		325.000,00	125.000,00
Outros Créditos a receber e Valores a Curto Prazo		29.164,88	40.535,56
Estoques	[3]	26.473,87	26.124,70
Almoxarifado		26.473,87	26.124,70
VPD Pagas Antecipadamente	[4]	479.110,93	88.228,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	[4]	307.693,75	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	[4]	171.417,18	88.228,00
Total do Ativo Circulante		4.618.487,53	24.579.739,95

Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	5	3.953.861,15	3.953.861,15
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	3.953.861,15	3.953.861,15
Imobilizado	6	3.870.964,96	3.273.237,08
Bens Móveis	6	4.977.193,91	3.802.277,77
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas		-1.106.228,95	-529.040,69
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		7.824.826,11	7.227.098,23
TOTAL DO ATIVO		12.443.313,64	31.806.838,18
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Janeiro a Junho/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7	0,00	0,00
Pessoal a Pagar		0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	8	0,00	1.500,00
Provisões para Riscos Fiscais a curto prazo		0,00	1.500,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	13.881,69	44.744,43
Valores Restituíveis		891,69	31.754,43
Outras Obrigações a Curto Prazo		12.990,00	12.990,00
Total do Passivo Circulante		13.881,69	46.244,43
Passivo Não Circulante			
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões para Riscos fiscais a LP		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	10	12.429.431,95	31.760.593,75
Superávit ou Déficits Acumulados		12.429.431,95	31.760.593,75
Total do Patrimônio Líquido		12.429.431,95	31.760.593,75
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.443.313,64	31.806.838,18

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTE

ATIVO (I)	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Ativo Financeiro	3.758.737,85	24.299.851,69
Ativo Permanente	8.684.575,79	7.506.986,49
Total do Ativo	12.443.313,64	31.806.838,18
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	1.789.108,17	3.374.553,16
Passivo Permanente	12.990,00	14.490,00
Total do Passivo	1.802.098,17	3.389.043,16
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I) - (II)	10.641.215,47	28.417.795,02

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Especificação	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00
Direitos Contratuais em Execução	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	610.000,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	610.000,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DE SUPERATIV/DEFICIT

FONTE DE RECURSOS DESCRIÇÃO DA FONTE	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Recursos Ordinários	48.137,15	472.119,94
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	48.136,99	472.119,94
501 - Outros Recursos Não Vinculados	0,16	0,00

Vinculado	1.921.492,53	20.453.178,59
700 Outras Transferências de Convênio ou Instrumentos Congêneres da União	1.921.492,53	8.968.260,84
749 Outras Vinculações de Transferências	0,00	29.012,44
754 Recursos de Operações de Crédito	0,00	11.459.596,54
869 Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	-3.691,23
TOTAL	1.969.629,68	20.925.298,53

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, que são investimentos com vencimento original de até três meses.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição (2023)

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	1.921.492,69	13.539.114,44	-11.617.621,75	-85,81
BCO CONTA MOVIMENTO - CAIXA ECONOMICA	237,99	8.935.876,57	8.935.638,58	-99,97
TRANSAÇÕES INTRA	1.837.007,17	1.824.860,68		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A redução significativa em todas as contas de movimento durante o ano de 2023 reflete uma mudança substancial na gestão de caixa da entidade. Essa transformação foi impulsionada por realocações estratégicas das políticas de investimento, resultando em alterações no volume de transações e outras decisões operacionais relevantes. Entre essas decisões, destacam-se a transferência do programa "Água Para Todos" para a SEOSP, no total de 9.063.534,54, bem como a finalização do programa PIDISE, com a saída do montante de 9.457.868,44.

NOTA 2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Representa os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

A Rubrica de “Adiantamentos Concedidos” compreende o saldo de execução de convênio em fiscalização, ainda pendentes do recebimento de prestação de contas.

Na rubrica “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” estão incluídos saldos referentes à devolução de saldo de convênios.

Tabela 2 - Composição dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (2023)

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
Demais Créditos a Curto Prazo	354.164,88	165.535,56	+188.629,32	+113,94%
Adiantamentos Concedidos	325.000,00	125.000,00	+200.000,00	+160,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	29.164,88	40.535,56	-11.370,68	-28,04%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 3 - ESTOQUES

A conta “Estoques” retém os saldos de almoxarifado de bens de consumo da unidade.

NOTA 4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As “Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente” trata-se de despesa com assinatura de licença de serviço de assinatura de plataforma de web-conferência e os prêmios de seguro a apropriar são licenças de software de auditoria da LGPD adquiridas com seguro garantia.

Tabela 3 - Realizável A Longo Prazo

VPD Pagas Antecipadamente	479.110,93	88.228,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	307.693,75	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	171.417,18	88.228,00

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 5 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O ativo Realizável a longo prazo abriga as inscrições por dano ao patrimônio público inscritos após Tomadas de Contas Especiais conforme o quadro abaixo:

Tabela 4 - Realizável A Longo Prazo

Descrição	Total
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	52.811,00
Créditos a Receber Decorrentes de Erro Administrativo	1.511,83
Créditos a Receber Por Uso Indevido de Cota	22.135,39
Outros Créditos Administrativos	42.351.558,63
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a LP	-38.474.155,70
Total	3.953.861,15

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

A conta redutora “Ajuste De Perdas” permitiu que as inscrições em cada CPF, ocorridas no total do dano solidário apurado, fossem trazidos ao valor real impedindo assim que o ativo ficasse supervalorizado.

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O Imobilizado da SEPOG é composto por bens móveis que compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Tabela 5 - Bens Móveis

Bens Móveis	dez/23	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	258.602,8	7,18%
Bens de Informática	1.896.822,8	52,67%
Móveis e Utensílios	602.483,4	16,73%

Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	190.656,6	5,29%
Veículos	651.563,0	18,09%
Outros Bens Móveis	1.155,0	0,03%
Total	3.601.283,6	100%
Depreciação Acumulada	-1.106.228,95	-31%
Valor Contábil Líquido	2.495.054,66	

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

A diferença entre o valor contabilizado e anexo TC-15 refere-se a rubrica “Demais bens móveis” que abriga os “Bens Em Poder De Terceiros”, com o valor de 1.375.910,30 (um milhão e trezentos e setenta e cinco mil e novecentos e dez reais e trinta centavos) referente a Máquina de Calcário móvel, com tombamento 6356, incorporado ao patrimônio da SEPOG em 06 de Dezembro de 2016 pela 2016NL00393 e cedida a CMR (Companhia de Mineração de Rondônia) e está em fase final do processo de regularização patrimonial e há expectativa que se concretize durante o exercício de 2024.

A Depreciação acumulada é equivalente a 31% do total dos bens móveis e a conta com maior expressividade são os bens de informática, representando 52,67% do total.

A SEPOG não detém imóveis em seu inventário.

Em virtude de incorreções identificados nos relatórios do E-Estado, foram necessários ajustes adicionais para garantir a integridade e a precisão das informações contidas no relatório de inventário:

1. Correção da coluna "depreciação de anos anteriores" que calculava depreciação de itens incorporados dentro do exercício de 2023.
2. Correção da coluna "Valor Residual" que calculava o valor residual em função do valor contábil líquido do final do exercício de 2022 (violação do método de Custo Histórico).
3. Correção de itens Recebidos em Transferências que constavam sem Valor Residual (72 itens), e em função do problema nº 2, o valor contábil líquido aparecia zerado no TC-15.
4. Os totais das contas de depreciação apresentados "em linha" em vez de coluna, estavam errados.
5. A coluna "Data da carga do bem na unidade" apresenta a data da última modificação do bem na unidade e não da carga.
6. Correção da coluna "Valor depreciável" que era calculado em função do Valor contábil líquido do final do exercício de 2022.
7. Correção da coluna "Valor de depreciação mensal" que em função dos erros anteriores era calculado de forma errada.
8. Correção dos cálculos da "Depreciação acumulada" que em que havia uma distorção de negativa, gerando um ativo supervalorizado.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A SEPOG não registrou Obrigações Trabalhistas e previdenciárias a pagar ao final do exercício.

NOTA 8 - PROVISÕES A CURTO E LONGO PRAZO

A SEPOG não registrou provisões ao final do exercício de 2023.

NOTA 9 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As “Demais Obrigações A Curto Prazo”, incluem os valores restituíveis e outras obrigações a curto prazo, referente a cessão não onerosa recebida de bens móveis.

NOTA 10 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o ano de 2023, foram realizados ajustes nos registros contábeis do Ativo Imobilizado visando corrigir inconsistências e garantir a precisão das informações patrimoniais da entidade, dentre elas, correção da

contabilização errada no relatório E-Estado da depreciação de anos anteriores gerando uma diferença de 154.000,53 nos Ajustes de Exercícios Anteriores.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046111489

BALANÇO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)- Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Orçamentário da SEPOG demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

RECEITAS OÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	 6.1 	0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
Receita Patrimonial	6.1	0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)		0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
OPERAÇÕES DE CRED./REFINANCIAM. (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/REFINANCIAM. (V) = (III+IV)		0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
DÉFICIT (VI)		0,00	0,00	37.035.863,99	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)		0,00	570.271,28	38.394.198,32	788.063,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	18.605.867,06	11.517.967,10	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	18.605.867,06	11.517.967,10	
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) Nota [6.1.1]	70.710.787,00	40.784.744,44	26.881.477,85	26.305.092,62	26.305.092,62	13.903.266,59
Pessoal e Encargos Sociais	57.501.677,00	29.193.010,69	17.796.418,29	17.796.418,29	17.796.418,29	11.396.592,40
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.209.110,00	11.591.733,75	9.085.059,56	8.508.674,33	8.508.674,33	2.506.674,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX) Nota [6.1.1]	198.954.164,00	15.666.337,75	11.512.720,47	10.300.889,22	10.300.889,22	4.153.617,28
Investimentos	198.954.164,00	15.666.337,75	11.512.720,47	10.300.889,22	10.300.889,22	4.153.617,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	61.534.034,00	5.380.000,00	0,00	0,00	0,00	5.380.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANC (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANC (XII) = (XI+XII)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados
Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-d-e)
------------------------	------------------------------	-------------------------------	----------------	-----------	----------------	---------------------

DESPESAS CORRENTES Nota 8 	0,00	787.113,20	578.751,38	578.751,38	208.361,82	0,00
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	787.113,20	578.751,38	578.751,38	208.361,82	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.163.431,53	392.254,00	231.740,96	231.740,96	2.323.944,57	0,00
Investimentos	2.163.431,53	392.254,00	231.740,96	231.740,96	2.323.944,57	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.163.431,53	1.179.367,20	810.492,34	810.492,34	2.532.306,39	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 6 - DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (CORRENTE E DE CAPITAL)

Ao longo do exercício financeiro, observou-se uma significativa readequação orçamentária, refletida tanto nas Despesas Correntes quanto nas Despesas de Capital. Originalmente, a Dotação Orçamentária contemplava um total de R\$331.198.985,00, distribuídos entre Despesas Correntes (R\$70.710.787,00) e Despesas de Capital (R\$198.954.164,00), além de uma Reserva de Contingência (R\$61.534.034,00). A execução orçamentária atualizada mostra uma redução substancial, totalizando R\$61.831.082,19, com as Despesas Correntes ajustadas para R\$40.784.744,44 e as Despesas de Capital para R\$15.666.337,75. Esta realocação orçamentária reflete a adaptação às necessidades emergenciais e reajustes estratégicos, visando otimizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Gráfico 1 - Distribuição orçamentária inicial e atualizada



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 6.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária de 2023 reflete o comprometimento da gestão em adaptar-se às dinâmicas econômicas e fiscais, garantindo a eficiência e eficácia na alocação e utilização dos recursos públicos. Conforme o Anexo 10 e o Balanço Orçamentário, a execução das receitas orçamentárias demonstrou uma capacidade notável de superação das metas previstas inicialmente, evidenciada pela arrecadação significativa em diversas categorias.

A receita orçamentária atualizada totalizou R\$570.271,28, com a arrecadação até o mês alcançando R\$1.358.334,33, superando as expectativas iniciais. Esse resultado expressivo deve se principalmente às seguintes fontes de receita:

Tabela 6 - Receita orçamentária

FONTE	ORÇADA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
1500100001	0,00	0,00	5.072,39
1501000001	0,00	0,00	141,15
1700000001	0,00	179.211,03	356.683,17
1706003110	0,00	0,00	2.587,34
1754000001	0,00	391.060,25	993.850,28
Total	0,00	570.271,28	1.358.334,33

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Nota 6.1.1 - Execução Da Despesa Orçamentária (Despesa Empenhada Por Grupo De Despesa)

Tabela 7 - Execução da Despesa Orçamentária

Descrição	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	AH (%)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes	40.784.744,44	26.881.477,85	65,91	13.903.266,59
Pessoal e Encargos Sociais	29.193.010,69	17.796.418,29	60,96	11.396.592,40
Outras Despesas Correntes	11.591.733,75	9.085.059,56	78,38	2.506.674,19
Despesas de Capital	15.666.337,75	11.512.720,47	73,49	4.153.617,28
Reserva de Contingência	5.380.000,00	0,00	0,00	5.380.000,00
Total das Despesas	61.831.082,19	38.394.198,32	62,10	23.436.883,87

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A execução orçamentária das despesas em 2023 apresentou a seguinte distribuição:

Despesas Correntes: A Dotação Atualizada foi de R\$40.784.744,44, das quais R\$26.881.477,85 foram empenhadas, resultando em um saldo de R\$13.903.266,59.

Pessoal e Encargos Sociais: Dentro das Despesas Correntes, a Dotação Atualizada para Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$29.193.010,69, com despesas empenhadas de R\$17.796.418,29, deixando um saldo de R\$11.396.592,40.

Outras Despesas Correntes: A Dotação Atualizada foi de R\$11.591.733,75, com despesas empenhadas de R\$9.085.059,56, e um saldo de R\$2.506.674,19.

Despesas de Capital (Investimentos): A Dotação Atualizada foi de R\$15.666.337,75, com despesas empenhadas de R\$11.512.720,47, resultando em um saldo de R\$4.153.617,28.

Reserva de Contingência: Houve uma Dotação Atualizada de R\$5.380.000,00, sem despesas empenhadas, mantendo o saldo integral.

Total das Despesas: Incluindo as Despesas Correntes, de Capital e a Reserva de Contingência, a Dotação Atualizada foi de R\$61.831.082,19, com despesas empenhadas de R\$38.394.198,32, totalizando um saldo de R\$23.436.883,87.

Na tabela 9 apresenta-se o valor das despesas empenhadas - outras despesas correntes por P/A e natureza.

Tabela 8 - Outras despesas correntes

P/A	NATUREZA	FONTE	Desp. Empenh.	A/V
2486	335041 Contribuições	1500007011	3.068,75	0,03%
2486	335041 Contribuições	1500007014	20.000,00	0,22%
4545	337170 Rateio pela Participação em Consórcio Público	1500000001	950.000,00	10,46%
2091	339008 Outros Benefícios Assistenciais	1500000001	187.761,65	2,07%
2064	339014 Diárias - Civil	1500000001	5.767,80	0,06%
2079	339014 Diárias - Civil	1500000001	208.824,30	2,30%
2087	339014 Diárias - Civil	1500000001	300.224,10	3,30%
2096	339014 Diárias - Civil	1500000001	52.817,40	0,58%
2422	339014 Diárias - Civil	1500000001	53.687,20	0,59%
2464	339014 Diárias - Civil	1500000001	6.408,00	0,07%
2087	339015 Diárias - Militar	1500000001	16.625,80	0,18%
2091	339019 Auxílio Fardamento	1500000001	5.483,52	0,06%
2064	339030 Material de Consumo	1500000001	47.227,31	0,52%
2087	339030 Material de Consumo	1500000001	206.698,77	2,28%
2087	339033 Passagens e Despesas com Locomoção	1500000001	456.000,00	5,02%
2087	339036 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	1500000001	8.526,80	0,09%
2079	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	54.381,40	0,60%
2079	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	2500000001	1.691.213,83	18,62%
2087	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	270.158,58	2,97%
2096	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	123.960,00	1,36%
2064	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1500000001	330.095,20	3,63%
2087	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1500000001	108.386,67	1,19%

2091	339046 Auxílio-Alimentação	1500000001	3.555.598,48	39,14%
2091	339049 Auxílio-Transporte	1500000001	418.237,10	4,60%
2091	339093 Indenizações e Restituições	1500000001	600,00	0,01%
2087	339147 Obrigações Tributárias e Contributivas	1500000001	2.100,06	0,02%
2087	339192 Despesas de Exerc. Anteriores	1500000001	1.206,84	0,01%
Total			9.085.059,56	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Neste detalhamento das despesas empenhadas, observamos uma distribuição abrangente de gastos em diversas categorias, evidenciando a complexidade e a variedade das operações orçamentárias da entidade. Entre as categorias apresentadas, algumas se destacam pelo seu vulto, demonstrando áreas de significativa alocação de recursos. Abaixo, detalhamos as despesas de maior vulto e suas particularidades:

339046 - Auxílio-Alimentação: Representando a maior parcela das despesas, com um total de R\$3.555.598,48, essa categoria equivale a 39,14% do total empenhado. O auxílio-alimentação é uma despesa recorrente significativa, refletindo o compromisso da entidade em prover benefícios essenciais aos seus colaboradores, tanto para a melhoria da qualidade de vida quanto para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

339039 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica (SUPERÁVIT): Este item específico soma R\$1.691.213,83, representando 18,62% do total. Esta despesa indica um investimento considerável em serviços externos fornecidos por empresas, abrangendo uma gama de atividades e suportes especializados que são cruciais para a operacionalização e eficiência da entidade.

337170 - [MIG] Rateio pela Participação em Consórcio Público: Com um valor de R\$950.000,00, esta despesa corresponde a 10,46% do total. O rateio por participação em consórcios públicos evidencia o investimento em colaborações intergovernamentais, voltadas para a execução de projetos conjuntos ou compartilhamento de serviços, visando otimizar recursos e alcançar objetivos comuns de maneira mais eficaz.

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção: Com R\$456.000,00 empenhados, esta categoria responde por 5,02% do total, destacando-se como um componente importante dos gastos operacionais. Este valor reflete o custo com deslocamentos, seja para missões oficiais, treinamentos ou outras necessidades institucionais, sublinhando a importância da mobilidade e do acesso a diferentes locais como parte da função pública.

339049 - Auxílio-Transporte: Este item soma R\$418.237,10, o que representa 4,60% do total das despesas. Similar ao auxílio-alimentação, o auxílio-transporte é mais uma faceta do compromisso da entidade com o bem-estar de seus colaboradores, facilitando o acesso ao trabalho e contribuindo para a redução de barreiras que possam impactar a assiduidade e a eficiência.

Estas categorias de despesa demonstram não apenas a diversidade dos gastos necessários para a manutenção e operação da entidade, mas também o foco em investimentos estratégicos, benefícios aos colaboradores, e parcerias intergovernamentais como pilares fundamentais para alcançar seus objetivos institucionais.

Tabela 9 - Pessoal e Encargos Sociais

NATUREZA - 31	Desp. Empenhada	AH
319007 Contrib. Entid. Fechadas de Previdência	15.852,78	0,09%
319011 Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.601.748,98	87,67%
319012 Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	73.602,72	0,41%
319013 Obrigações Patronais	1.237.389,27	6,95%
319016 Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	39.560,56	0,22%
319113 Obrigações Patronais	828.263,98	4,65%
Total	17.796.418,29	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A categoria "319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil" representa a maior parte das despesas empenhadas, totalizando R\$15.601.748,98, o que corresponde a expressivos 87,67% do total de despesas. Esta rubrica engloba uma vasta gama de pagamentos fixos realizados ao pessoal civil, incluindo, mas não se limitando a, salários básicos, gratificações permanentes e outros benefícios de natureza fixa que são assegurados aos servidores independentemente de condições pontuais ou desempenho específico.

Tabela 10 - Despesa de Capital

P/A	NATUREZA	FONTE	Desp. Empenhada	AV
2087	449052 Equipamentos e Material Permanente	1500000001	268.945,00	2,34%
2087	449092 Despesas de Exercícios Anteriores	2754000001	51.699,40	0,45%
2087	449093 Indenizações e Restituições	2754000001	8.950.153,87	77,74%
2486	444042 Auxílios	1500000001	200.000,00	1,74%
2486	444042 Auxílios	1500007053	340.000,00	2,95%
2486	445042 Auxílios	1500007011	46.931,25	0,41%
2064	449052 Equipamentos e Material Permanente	1500000001	830.090,95	7,21%
2064	449052 Equipamentos e Material Permanente	2500000001	824.900,00	7,17%
Total			11.512.720,47	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Neste resumo das despesas empenhadas, observamos a alocação de recursos em diversas categorias, com destaque para as despesas que representam maiores volumes financeiros. As informações revelam a estratégia e priorização de investimentos da entidade. Abaixo, apresentamos uma nota explicativa focando nas despesas de maior vulto e suas características:

449093 - Indenizações e Restituições: Com um total de R\$8.950.153,87, esta categoria domina o quadro de despesas, representando 77,74% do total empenhado. Esse valor expressivo indica pagamentos significativos relacionados a obrigações legais ou contratuais, tais como restituições de valores em função do encerramento do programa PIDISE. A magnitude desses gastos sublinha situações excepcionais que exigiram correções financeiras e orçamentárias importantes por parte da entidade.

449052 - Equipamentos e Material Permanente: Esta natureza de despesa aparece em três diferentes alocações (fontes), somando um total de R\$1.923.935,95 (2,34% + 7,21% + 7,17% = 16,72% do total), demonstrando um investimento considerável na aquisição de bens duráveis e equipamentos essenciais para a operação e modernização da entidade. Os gastos refletem a importância de manter ou atualizar a infraestrutura física e tecnológica, apoiando a eficiência e eficácia das atividades institucionais.

444042 - Auxílios: Com duas diferentes fontes de financiamento, esta categoria totaliza R\$540.000,00, equivalendo a 4,69% do total empenhado. Os auxílios representam contribuições financeiras destinadas a apoiar indivíduos, organizações ou entidades externas, demonstrando o compromisso da entidade com a assistência social, pesquisa, educação ou outras áreas de interesse público.

Estas categorias destacadas indicam áreas de foco específico nas despesas da entidade: correções financeiras importantes através de indenizações e restituições; investimentos em ativos duráveis para melhoria da capacidade operacional; e o apoio a terceiros por meio de auxílios. Cada uma dessas categorias reflete diferentes aspectos da estratégia orçamentária e operacional, demonstrando tanto a necessidade de atender a compromissos legais e contratuais quanto o desejo de investir no fortalecimento institucional e no suporte a iniciativas de interesse público.

NOTA 7 - DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

As despesas intra são classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que,

devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

As Despesas Intraorçamentárias empenhadas corresponderam em 2023 o total de R\$ 831.570,88, as obrigações patronais conforme detalhado na planilha abaixo:

Tabela 11 - Despesa Intraorçamentária

NATUREZA	DESP. EMPENHADA ATÉ O MÊS	A/V
339147 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.100,06	0,25%
339192 Despesas de Exercícios Anteriores	1.206,84	0,15%
319113 Obrigações Patronais	828.263,98	99,60%
Total	831.570,88	

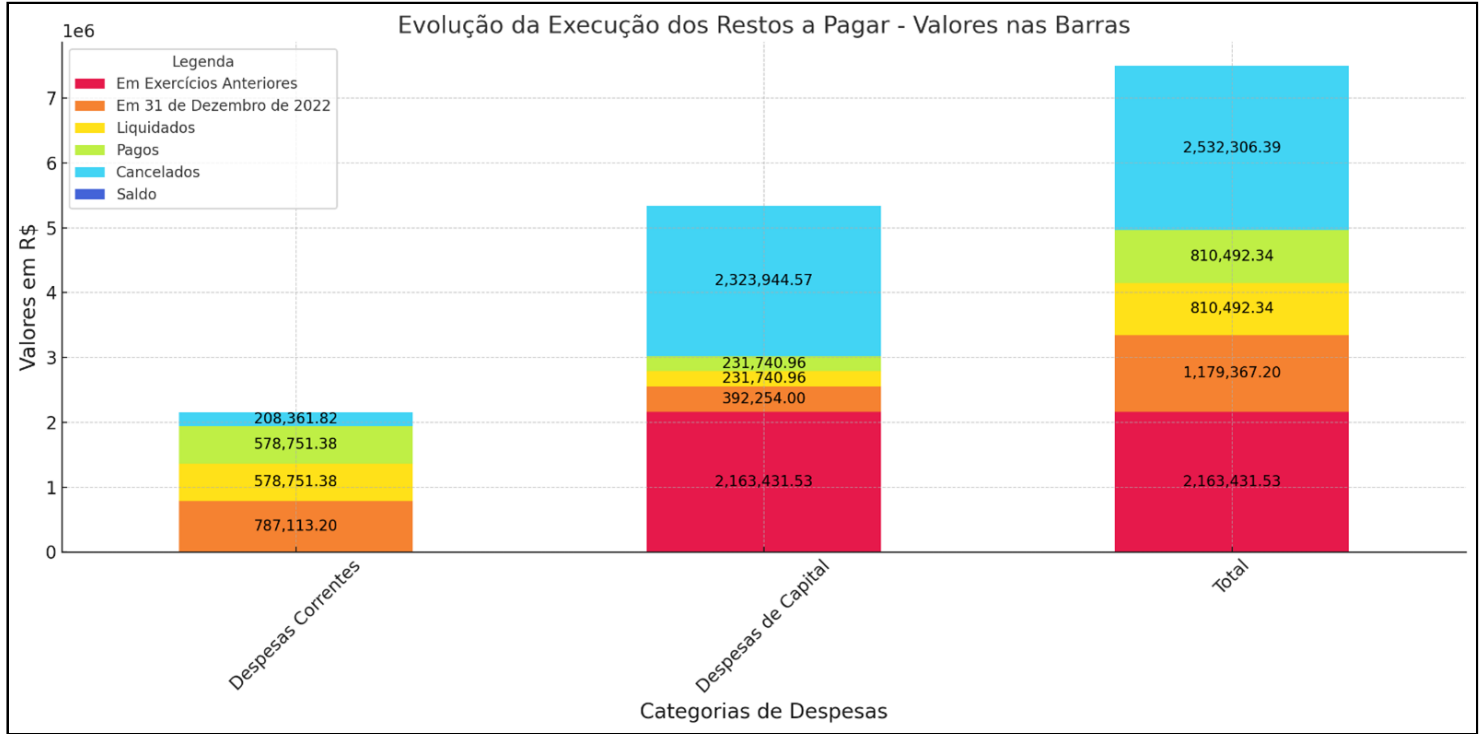
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 8 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS)

a) Execução de Restos a Pagar Não Processados

A SEPOG transfere os Restos a Pagar Não Processados Liquidados para restos a Pagar Processados em 31 de dezembro do ano vincendo, não mantendo o controle de Restos a pagar liquidados de um exercício para o outro.

Gráfico 2 - Evolução da Execução dos Restos a Pagar



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A execução dos restos a pagar apresenta uma evolução que pode ser analisada a partir dos seguintes pontos:

Despesas Correntes: Iniciaram com um valor empenhado de R\$787.113,20 ao final de 2022. Desse montante, R\$578.751,38 foram liquidados, ou seja, reconhecidos como serviços prestados ou bens entregues. Essa mesma quantia foi paga, indicando que todos os valores liquidados foram devidamente quitados. No entanto, houve cancelamentos que somaram R\$208.361,82, ajustando o saldo final para zero.

Despesas de Capital: Tiveram um valor significativo de R\$2.163.431,53 empenhados em exercícios anteriores, com acréscimo de R\$392.254,00 em 31 de dezembro de 2022. Da soma desses valores, apenas R\$231.740,96 foram liquidados e consequentemente pagos. A maior parte do valor empenhado foi cancelada, atingindo R\$2.323.944,57, resultando também em um saldo final nulo.

Total Geral: A somatória das despesas correntes e de capital resultou em um valor empenhado total de R\$2.163.431,53 para o período anterior e R\$1.179.367,20 para 31 de dezembro de 2022. Do total combinado, R\$810.492,34 foram liquidados e pagos. Os cancelamentos totais foram de R\$2.532.306,39, equilibrando o saldo total para zero.

A execução dos RPNP revela que todos os valores empenhados que foram liquidados foram igualmente pagos, e qualquer valor remanescente foi cancelado, resultando em um saldo de execução zerado para o período atual. Isso indica uma política de controle orçamentário rígido, onde fundos não utilizados ou não justificados foram removidos das contas pendentes

(b) Execução de Restos a Pagar Processados

A SEPOG não executou Restos a Pagar Processados.

(c) Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados

Tabela 12 - Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados

Credor	Tipo De Empenho	Valor
Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda	Empenho Estimativo	13.971,68
Banco Do Brasil S/A	Empenho Estimativo	484,17
Emp. Basileira De Correios E Telegrafos	Empenho Estimativo	3.793,99
Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda	Empenho Estimativo	7.100,52
Ticket Soluções Hdftg S/A	Empenho Estimativo	6.223,20
Oi Móvel S/A	Empenho Estimativo	1.192,50
E-Doc Gestão De Documentos Eireli	Empenho Global	91.445,62
Nbs Serviços De Telecomunicações Ltda	Empenho Estimativo	1.876,12
Trevo Turismo Ltda	Empenho Estimativo	80.182,66
Brs Serv.De Montagens De Estruturas Eireli	Empenho Estimativo	816,72
Príncipe Da Beira Comércio E Serviços Ltda	Empenho Estimativo	1.274,64
Julio Cesar Pinto Cordeiro - Epp	Quebra Contratual	39.690,00
6 B2g Comércio De Produto Ltda	Quebra Contratual	206.000,00
Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp	Recisão Unilateral	622.247,35
Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp	Recisão Unilateral	1.256.154,40
Concrezon Construções E Comércio Ltda	Empenho Global	144.118,28
Concrezon Construções E Comércio Ltda	Empenho Global	55.734,54
Total		2.532.306,39

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No presente exercício, foram efetuados cancelamentos de empenhos referentes a restos a pagar não processados de exercícios anteriores. Estes cancelamentos totalizaram R\$ 2.532.306,39, refletindo uma revisão das obrigações financeiras pendentes e uma reavaliação das necessidades orçamentárias.

Cancelamentos de Empenho Estimativo: Foram cancelados empenhos que haviam sido realizados sob a estimativa de gastos futuros. Entre eles, destacam-se valores que variaram de pequenos montantes, como R\$ 484,17 para o "Banco Do Brasil S/A", até valores maiores, como R\$ 80.182,66 para a "Trevo Turismo Ltda". Estes cancelamentos indicam ajustes nas previsões de gastos ou mudanças nas demandas de serviços e produtos inicialmente previstos.

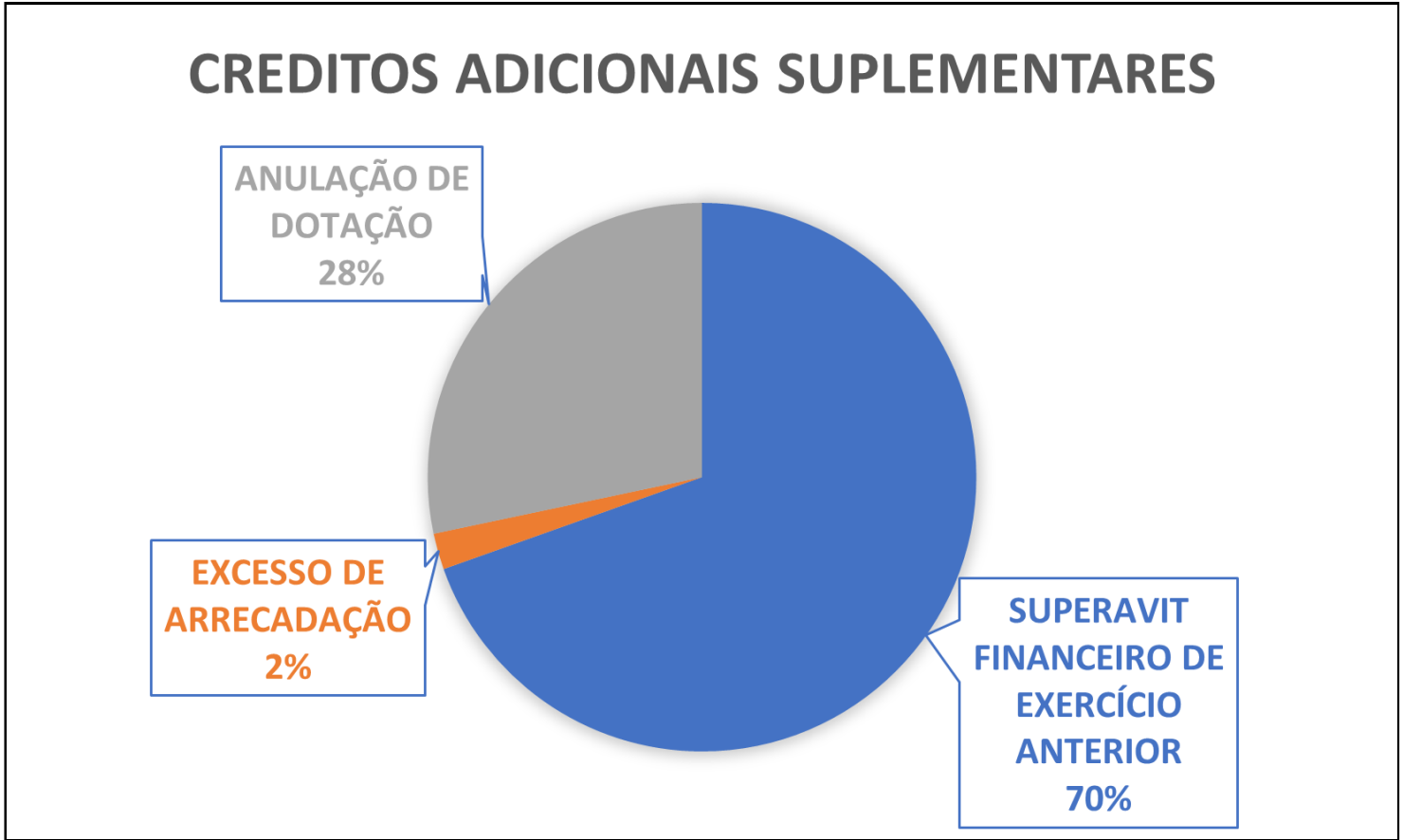
Cancelamentos de Empenho Global: Empenhos com valores totais previamente definidos também foram cancelados. Isto ocorreu devido à conclusão dos serviços ou entrega dos produtos com custos inferiores ao empenhado, ou a projetos que não seguirão adiante. Exemplos incluem o cancelamento de R\$ 91.445,62 da "E-Doc Gestão De Documentos Eireli" e de R\$ 144.118,28 e R\$ 55.734,54 da "Concrezon Construções E Comércio Ltda".

Cancelamentos por Quebra Contratual e Rescisão Unilateral: Foram realizados cancelamentos significativos, como o de R\$ 39.690,00 da "Julio Cesar Pinto Cordeiro - EPP" e o total de R\$ 1.878.401,75 da "Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp". Estes valores estão relacionados a contratos que foram desfeitos ou revogados, exigindo reajustes substanciais nos compromissos orçamentários previamente estabelecidos.

Esses cancelamentos são parte do processo de gestão orçamentária e financeira, visando a otimização dos recursos disponíveis e a adequação à realidade econômica atual. Tais medidas são importantes para a manutenção do equilíbrio fiscal e a correta alocação de recursos conforme as prioridades estabelecidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

NOTA 9 - CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO (INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO)

Gráfico 3 - Detalhamento dos Créditos Adicionais



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O gráfico acima ilustra a distribuição dos créditos adicionais suplementares, detalhando a parcela que cada tipo de crédito representa no total de abertura de créditos.

O "SUPRAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR" constitui a maior parte com 69.6% do total, correspondendo a R\$ 18.605.867,06. Este valor representa os recursos não utilizados no ano anterior que são levados adiante para o novo exercício fiscal.

O "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", que é 2.1% do total com R\$ 570.271,28, representa a arrecadação além do previsto, e neste contexto específico, corresponde inteiramente aos rendimentos das aplicações bancárias.

A "ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO" ocupa 28.3% do total, o que representa R\$ 7.572.765,00. Esta medida é adotada para cancelar dotações orçamentárias que não são mais necessárias ou cujos projetos foram finalizados com custos menores que o esperado, permitindo que esses recursos sejam redirecionados para áreas de maior necessidade.

O total dos créditos adicionais suplementares alcança R\$ 26.748.903,34, indicando o volume de recursos realocados para reforço de dotações do orçamento vigente.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046164037

BALANÇO

BALANÇO FINANCEIRO (BF) - Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Financeiro (BF) da SEPOG evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

INGRESSOS	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)		1.358.334,33	1.871.601,03
Ordinária	10	5.213,54	5.191,33
Vinculada		1.353.120,79	1.866.409,70
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		993.850,28	1.031.969,12
Recursos Vinculados a Convênios		356.683,17	805.428,14
Outras Vinculações de Recursos		2.587,34	29.012,44
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	13	34.865.993,53	29.274.621,88
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	13	30.118.637,53	27.634.079,56
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		4.747.356,00	1.640.542,32
Transf. Recebidas para aportes de Recursos para RPPS		0,00	0,00
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		15.160.612,02	4.953.698,24
Inscrição RPNP do Exercício	11	1.788.216,48	1.179.367,20
Inscrição RPP do Exercício		-	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados / Ativo		13.369.210,39	3.728.683,88
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		0,00	
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	45.647,16
Ajustes de exercícios anteriores		0,00	0,00
Compensações financeiras - IPERON		0,00	0,00
Outros Recebimento Extraorçamentários		3.185,15	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		24.299.851,69	24.258.189,09
Caixa e equivalente de caixa		24.299.851,69	24.258.189,09
Depositos restit. e valores vinculados		0,00	0,00
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)		75.684.791,57	60.358.110,24
DISPÊNDIOS	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)		38.394.198,32	24.633.430,48
Ordinária		29.392.345,05	24.486.330,80

Vinculada	14	9.001.853,27	147.099,68
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14	9.001.853,27	
Outras Vinculações de Recursos		0,00	147.099,68
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	13	19.321.289,93	5.140.359,79
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transf. Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		19.321.289,93	5.140.359,79
Transf. Concedidas Aportes RPPS		0,00	0,00
PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		14.210.565,47	6.284.468,28
Pagamento RPNP	15	810.492,34	2.423.138,02
Pagamento de RPP	15	0,00	86.536,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.400.073,13	3.729.146,62
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	45.647,16
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	12	3.758.737,85	24.299.851,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.758.737,85	24.299.851,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	
TOTAL (V) =(VI+VII+VIII+IX)		75.684.791,57	60.358.110,24

ANEXO (b)

Janeiro a Dezembro de 2023				Janeiro a Dezembro de 2022		
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Ordinária	5.213,54	0,00	5.213,54	5.191,33	0,00	5.191,33
Vinculada	1.353.120,79	0,00	1.353.120,79	1.866.409,70	0,00	1.866.409,70
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	993.850,28	-	993.850,28	1.031.969,12	-	1.031.969,12
Recursos Vinculados à Convênios	356.683,17	-	356.683,17	805.428,14	0,00	805.428,14
Outras Vinculações de Recursos	2.587,34	0,00	2.587,34	29.012,44	0,00	29.012,44
Total	1.358.334,33	0,00	1.358.334,33	1.871.601,03	0,00	1.871.601,03

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

NOTA 10- RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS

No exercício financeiro de 2023, assim como no exercício de 2022, a Receita Orçamentária demonstrou uma composição diversificada, abrangendo rubricas como Recursos Ordinários, Recursos Vinculados à Operações de Crédito, Convênios, entre outras vinculações. Nota-se que, embora tenham sido arrecadados recursos significativos

nas rubricas de Operações de Crédito, Convênios e Outras Vinculações de Recursos, as receitas orçamentárias são frutos dos rendimentos gerados por aplicações bancárias. Esses rendimentos são um indicativo da gestão eficaz do patrimônio público, onde os recursos disponíveis são aplicados de maneira a gerar retorno financeiro adicional, contribuindo assim para o aumento da capacidade de investimento e financiamento das atividades governamentais.

NOTA 11 - RESTOS A PAGAR (INSCRITOS)

Tabela 13 - Restos a Pagar Inscritos

FONTE	NATUREZA DA DESPESA	INSCRIÇÃO	A/V
15000000001	33904009	124.600,00	6,97%
15000000001	33904011	77.000,00	4,31%
15000000001	33904023	2.600,00	0,15%
15000000001	33903001	48.785,12	2,73%
15000000001	33903007	2.610,30	0,15%
15000000001	33903039	28.439,11	1,59%
15000000001	33903301	91.095,22	5,09%
15000000001	33903919	45.235,04	2,53%
15000000001	33903947	1.641,09	0,09%
15000000001	33903981	162,68	0,01%
15000000001	33903983	49.469,20	2,77%
15000000001	33904005	6.033,34	0,34%
15000000001	33904006	33.405,38	1,87%
15000000001	33903948	42.240,00	2,36%
15000000001	44404201	200.000,00	11,18%
1500007011	33504102	3.068,75	0,17%
1500007011	44504202	46.931,25	2,62%
1500007014	33504102	20.000,00	1,12%
1500007053	44404201	140.000,00	7,83%
25000000001	44905237	824.900,00	46,13%
TOTAL		1.788.216,48	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Comparativo entre Despesa Corrente e Despesa de Capital do RPNP Inscritos no Período.

Despesas Correntes: O total inscrito para as despesas correntes é de R\$ 576.385,23. Essas despesas incluem uma ampla gama de serviços e produtos necessários para as operações diárias.

Despesas de Capital: O total inscrito para despesas de capital é significativamente maior, somando R\$ 1.211.831,25. Isso indica um foco considerável em investimentos de longo prazo, tais como projetos de infraestrutura ou aquisições que beneficiarão a entidade a longo prazo.

Maiores Valores Inscritos.

O maior valor inscrito para despesas correntes é de R\$ 124.600,00, referente a serviços de tecnologia da informação fornecidos pela WPI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

O maior valor inscrito para despesas de capital é de R\$ 824.900,00, também para serviços de tecnologia da informação fornecidos pela mesma empresa, WPI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

Este valor não só destaca a importância da TI mas também indica um investimento significativo em infraestrutura tecnológica.

NOTA 12 - SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

No exercício de 2023, a gestão financeira apresentou um resultado financeiro superavitário, refletindo a eficiência na administração dos recursos públicos. O total de ingressos no período foi de R\$ 75.684.791,57 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), evidenciando um aumento significativo em comparação ao exercício anterior de janeiro a dezembro de 2022, onde o total de ingressos foi de R\$ 60.358.110,24 (sessenta milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, cento e dez reais e vinte e quatro centavos).

Este aumento nos ingressos é resultado de uma gestão eficaz das receitas orçamentárias, que totalizaram R\$ 1.358.334,33 no período de janeiro a dezembro de 2023, e um expressivo recebimento de transferências financeiras de R\$ 34.865.993,53, além de ingressos extraorçamentários de R\$ 15.160.612,02. O saldo do exercício anterior, correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa, contribuiu com R\$ 24.299.851,69 para o total de ingressos, reforçando a solidez financeira da gestão.

O resultado superavitário do exercício, alinhado ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa de R\$ 24.299.851,69, demonstra a capacidade da gestão em cumprir com suas obrigações e investir em melhorias contínuas para o bem-estar da população.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTA 13 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

a) Transferências Recebidas dependentes de Execução Orçamentária

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) desempenha um papel crucial na administração pública, sendo responsável pela elaboração e execução de políticas de planejamento, orçamento e gestão, entre outras funções. No entanto, é importante destacar que a SEPOG não é uma unidade arrecadadora de recursos financeiros próprios, como impostos ou taxas. Isso significa que sua operação financeira não se baseia na geração direta de receitas por meio de atividades comerciais ou de prestação de serviços ao público.

Devido à sua natureza não arrecadadora, a SEPOG depende integralmente dos repasses financeiros oriundos do Tesouro Estadual para a realização de suas atividades. Esses repasses são fundamentais para o custeio da unidade, abrangendo desde as despesas correntes, como água, luz, manutenção de instalações, até projetos específicos que a Secretaria executa. Além disso, a remuneração dos servidores vinculados à SEPOG também depende desses recursos transferidos pelo Tesouro Estadual.

b) Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária

Nas "Transferências Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária", um ponto importante a ser destacado é maior parte desses recursos provém da retenção do Imposto de Renda na fonte sobre a folha de pagamento dos servidores. Esta retenção é um mecanismo pelo qual o governo, no ato do pagamento dos salários, recolhe antecipadamente uma parte do imposto devido pelos servidores, baseando-se na tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Este procedimento é mandatório e segue a legislação tributária vigente, que estabelece as faixas de renda e as alíquotas correspondentes para o cálculo do imposto devido. O valor retido é então transferido ao Tesouro Estadual. No caso de entidades governamentais como a SEPOG, essa retenção é contabilizada como uma transferência financeira recebida independente da execução orçamentária. Isso ocorre porque, embora o valor seja inicialmente recolhido pela entidade empregadora, ele não se destina ao seu uso direto, servindo especificamente ao propósito de cumprimento das obrigações fiscais dos servidores.

A classificação desses valores como "independentes da execução orçamentária" reflete a natureza específica dessas transferências: embora passem pelo caixa da entidade, eles não estão disponíveis para financiar diretamente as despesas orçamentárias previstas. Em vez disso, representam um fluxo financeiro que, apesar de ser gerado internamente, tem um destino fiscal pré-determinado e não contribui diretamente para o orçamento discricionário da entidade.

Essa distinção é crucial para a gestão financeira e orçamentária, pois assegura a correta aplicação dos recursos e a transparência no cumprimento das obrigações tributárias, além de refletir a eficiência administrativa na gestão da folha de pagamento e das responsabilidades fiscais associadas.

DISPÊNDIOS

NOTA 14 - RECURSOS VINCULADOS À OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Tabela 14 - Despesas orçamentárias vinculadas a operação de crédito

NATUREZA	FONTE	Desp. Empenhada	AV
449092 Despesas de Exercícios Anteriores	2754000001	51.699,40	0,57%
449093 Indenizações e Restituições	2754000001	8.950.153,87	99,43%
Total		9.001.853,27	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No exercício financeiro em análise, as despesas orçamentárias vinculadas a operações de crédito totalizaram R\$ 9.001.853,27. Este montante foi predominantemente destinado a duas categorias principais: "Despesas de Exercícios Anteriores" e "Indenizações e Restituições", com um enfoque especial na finalização do Programa de Incentivo à Desvinculação de Servidores do Estado (PIDISE) e na devolução de rendimentos conforme obrigações contratuais.

A rubrica "Despesas de Exercícios Anteriores" contabilizou R\$ 51.699,40, representando 0,57% do total, refletindo ajustes de pagamentos pendentes de períodos fiscais anteriores. Já a rubrica "Indenizações e Restituições" alcançou R\$ 8.950.153,87, equivalente a 99,43% das despesas, destacando-se pela sua associação à conclusão do PIDISE e à devolução de rendimentos excedentes por exigência contratual.

É importante ressaltar que a execução dessas despesas foi realizada utilizando-se do superávit financeiro, demonstrando uma gestão fiscal responsável e comprometida com o cumprimento de obrigações legais e contratuais. A aplicação do superávit em tais despesas reflete a priorização de compromissos prévios e a responsabilidade na administração dos recursos públicos, assegurando a integridade financeira e o cumprimento das metas estabelecidas.

Esta execução cuidadosa do superávit não apenas cumpre com obrigações importantes, mas também reforça o compromisso da entidade com a transparência e a gestão eficiente dos recursos, garantindo que os superávits financeiros sejam utilizados de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e a estabilidade fiscal.

NOTA 15 - PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS

A categoria "Pagamento Extraorçamentários" refere-se a movimentações financeiras que não estão previstas no orçamento anual aprovado para o exercício fiscal, mas que são essenciais para a gestão financeira da entidade. Estes pagamentos incluem diversas naturezas e são importantes para o cumprimento de obrigações e a gestão eficaz dos recursos.

Pagamento RPNP (R\$ 810.492,34): Refere-se aos pagamentos relacionados a Restos a Pagar Não Processados. Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, e a designação "não processados" indica que os serviços ou bens correspondentes a esses empenhos não foram entregues ou realizados até o encerramento do exercício

Pagamento de RPP (R\$ 0,00): Indica que, neste exercício, não houve pagamentos relacionados a Restos a Pagar Processados.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 13.400.073,13): Esta é a maior parcela dos pagamentos extraorçamentários e inclui valores que a entidade deve manter ou administrar especificamente para propósitos determinados, como depósitos recebidos que deverão ser restituídos ou recursos que estão legalmente vinculados a determinadas despesas, tal como os recursos do PIDISE que foram devolvidos por força contratual durante o exercício.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046335438

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) - Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/1964

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da SEPOG evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

Especificação			
Variações Patrimoniais Aumentativas	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.358.334,33	1.871.601,03
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.358.334,33	1.871.601,03
Transferências e Delegações Recebidas	 16 	34.898.374,82	29.310.932,63
Transferências Intragovernamentais		34.887.020,42	29.310.932,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas		11.354,40	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		51.965,28	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		48.780,13	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.185,15	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		293,16	480.652,99
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		293,16	437.427,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	43.225,56
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		36.308.967,59	31.663.186,65
Especificação			
Variações Patrimoniais Diminutivas	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Pessoal e Encargos	 18 	21.294.351,52	19.602.337,88
Remuneração a Pessoal		15.657.247,01	14.405.520,32
Encargos Patronais		2.081.506,03	1.885.529,50
Benefícios a Pessoal		3.555.598,48	3.311.288,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		250.910,42	204.960,25
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		250.910,42	204.960,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	 19 	4.449.885,91	2.432.173,74
Uso de Material de Consumo		305.431,56	391.655,54
Serviços		3.694.203,88	1.871.429,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	 20 	450.250,47	169.088,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira		260,46	800,89
Juros e Encargos de Mora		260,46	800,89

Transferências e Delegações Concedidas		20.526.495,94	8.207.892,12
Transferências Intragovernamentais	[21]	19.441.495,94	5.378.060,12
Transferências Inter Governamentais		100.000,00	1.725.958,00
Transferências a Instituições Privadas		35.000,00	145.000,00
Transferências a Consórcios Públicos		950.000,00	950.000,00
Execução Orçamentária Delegada		-	1.800,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	7.074,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		11.370,68	5.265.250,27
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		-	1.604.689,70
Perdas Involuntárias		-	3.383,11
Desincorporação de Ativos		11.370,68	3.657.177,46
Tributárias		2.100,06	2.050,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.100,06	1.918,41
Contribuições		-	132,45
Outros Variações Patrimoniais Diminutivas		8.950.753,87	9.798,22
VPD de Constituição de Provisões		-	2.162,62
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		8.950.753,87	7.632,60
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		55.486.128,86	35.725.264,23
Resultado Patrimonial do Período (I - II)		-19.177.161,27	-4.062.077,58

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 16 - VPA TRANSFERÊNCIA E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos e transferências de convênios.

Repasse Recebido

Durante o período analisado, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) registrou um repasse financeiro recebido no valor de R\$30.118.637,53. Este repasse é crucial para a operacionalidade da SEPOG, visto que, sendo um órgão não arrecador, depende integralmente dos recursos provenientes de outras instâncias governamentais para a execução de suas atividades e obrigações.

Os recursos financeiros repassados à SEPOG têm origem na Secretaria de Finanças, responsável pela gestão dos recursos do governo. Esses repasses são destinados à SEPOG com o propósito de assegurar a manutenção das suas atividades operacionais, bem como para cumprir com as responsabilidades salariais dos servidores vinculados à secretaria.

Finalidade dos Recursos

A SEPOG utiliza os recursos recebidos para diversas finalidades, incluindo, mas não se limitando a:

Manutenção das Atividades Operacionais: Garantir a continuidade das operações diárias, financiando os custos associados à execução dos projetos, programas e atividades de planejamento, orçamento e gestão.

Pagamento dos Servidores: Assegurar o pagamento dos salários dos servidores, mantendo o compromisso da secretaria com seu quadro de funcionários e contribuindo para a estabilidade econômica da equipe.

Na tabela seguinte estão discriminados os itens da rubrica transferências e Delegação Recebidas pela SEPOG:

Tabela 15 - Transferências Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária

Descrição	SALDO	A/V
-----------	-------	-----

Transferências Finan Recebidas - Independ De Exec Orçamentária	4.747.356,00	99,56%
Transferências Recebidas De Bens Móveis	20.064,71	0,42%
Outras Transferências Não Finan Recebidas - Independentes De Exec Orçamentária	962,18	0,02%
TOTAL	4.768.382,89	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Durante o período em análise, as movimentações financeiras registradas sob a rubrica "Movimento De Fundos A Débito - Correspondência De Débitos - Saldos Financeiros" totalizaram R\$4.747.356,00, representando 99,56% do total das movimentações, que somam R\$4.768.382,89. Este montante engloba principalmente duas categorias de transações:

Transferência Financeira entre as contas 9478-1 e 9893-0: Um valor significativo de R\$2.882.726,13 foi destinado à regularização do programa PIDISE. Esta ação reflete o comprometimento da entidade com a gestão eficaz de fundos destinados a programas específicos, garantindo a correta aplicação dos recursos e a conformidade com as regulamentações vigentes.

Retenções de IRRF dos servidores da SEPOG: A parcela restante, após a transferência acima mencionada, constitui em sua maior parte as retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). Este procedimento está alinhado com as obrigações fiscais e demonstra a transparência na gestão dos recursos humanos e na retenção de tributos.

Além disso, o saldo inclui também:

Transferências Recebidas De Bens Móveis: Totalizando R\$20.064,71 (0,42% do total), este valor reflete a entrada de recursos não financeiros através da aquisição de bens móveis.

Outras Transferências Não Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária: Com um total de R\$962,18 (0,02% do total), esta rubrica abrange receitas diversas que não se enquadram na execução orçamentária tradicional, evidenciando a diversidade de fontes de receita e a flexibilidade financeira da entidade.

A soma destas movimentações resulta no total de recursos geridos no período, alcançando o montante de R\$4.768.382,89.

NOTA 17 - VPD REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

No período em análise, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) registrou um evento relevante relacionado à reversão de provisões, especificamente a reversão de provisão não utilizada no valor de R\$293,16. Este valor indica que, após uma avaliação das obrigações que motivaram a constituição da provisão, concluiu-se que parte do montante provisionado não era mais necessário para cobrir tais obrigações. Assim, o valor foi revertido, melhorando o resultado financeiro da SEPOG para o período.

NOTA 18 - VPD PESSOAL E ENCARGOS

Tabela 16 - Pessoal

Descrição	SALDO	AV
Vencimentos E Salários	4.371.686,78	27,92%
Abono De Permanência	70.125,34	0,45%
Incentivo Á Qualificação	796.927,04	5,09%
Vantagem Pecuniária Individual	149.185,79	0,95%
Gratificação Por Exercício De Funções	442.982,59	2,83%
Gratificação De Tempo De Serviço	14.439,27	0,09%
Férias Vencidas E Proporcionais	90.957,71	0,58%
13. Salário	1.098.918,40	7,02%
Férias - Abono Pecuniário	557.494,98	3,56%
Férias - Abono Constitucional	574.566,41	3,67%
Licença-Prêmio	305.012,55	1,95%
Representação Mensal	6.562.022,30	41,91%

Subsídios	389.546,64	2,49%
Gratificação Por Exercício De Cargo Em Comissão	2.664,20	0,02%
Outros Vencimentos E Vant Fixas - Pessoal Civil Rpps	117.167,08	0,75%
Substituições	35.479,01	0,23%
Soldo	64.464,84	0,41%
Adicional De Habitação	8.122,56	0,05%
Outras VPD Fixas - Pessoal Militar	5.483,52	0,04%
TOTAL	15.657.247,01	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No período em análise, a composição dos gastos com pessoal reflete a estrutura e as prioridades da entidade no que se refere à remuneração e aos benefícios concedidos aos servidores. O total gasto foi de R\$15.657.247,01, distribuído em diversas categorias, conforme detalhado a seguir:

Vencimentos e Salários: Com R\$4.371.686,78, representam 27,92% do total, indicando a maior parcela de despesa, refletindo o compromisso com a remuneração base dos servidores.

Abono de Permanência: R\$70.125,34 (0,45%), demonstrando um incentivo para servidores que optam por permanecer em atividade após atingirem os requisitos para aposentadoria.

Incentivo à Qualificação: R\$796.927,04 (5,09%), destacando a valorização da formação e do aprimoramento profissional.

Vantagem Pecuniária Individual: R\$149.185,79 (0,95%), reflete pagamentos individuais específicos fora do salário base.

Gratificação por Exercício de Funções: R\$442.982,59 (2,83%), ligada ao desempenho de funções especiais ou adicionais.

13º Salário: R\$1.098.918,40 (7,02%), evidenciando a importância desse benefício na composição dos gastos anuais com pessoal.

Representação Mensal: R\$6.562.022,30 (41,91%), a maior proporção dentre todas as categorias, sublinhando o peso significativo de cargos de gestão e representação na estrutura salarial.

Tabela 17 - Encargos Patronais

Descrição	SALDO	AV
Contribuição Patronal Para o RPPS	828.263,98	39,79%
Encargos De Pessoal Requisitado de Outros Entes	54.020,95	2,60%
Contribuições Previdenciárias - RGPS	1.183.368,32	56,85%
Complementação de Previdência	15.852,78	0,76%
Total	2.081.506,03	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A distribuição dos encargos sociais e previdenciários da entidade, totalizando R\$2.081.506,03, reflete a responsabilidade com contribuições previdenciárias e outros encargos relacionados ao pessoal. As categorias e seus respectivos pesos percentuais no total dos gastos são apresentados da seguinte forma:

Contribuição Patronal para o RPPS: R\$828.263,98, correspondendo a 39,79% do total. Este valor destaca a contribuição significativa da entidade para o regime próprio de previdência dos servidores, evidenciando o compromisso com a segurança previdenciária do seu quadro funcional.

Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes: R\$54.020,95, ou 2,60% do total. Este montante representa os custos associados ao pessoal requisitado de outros órgãos ou entidades, sublinhando a colaboração interinstitucional e a partilha de recursos humanos.

Contribuições Previdenciárias - RGPS: Com um valor de R\$1.183.368,32, esta categoria representa 56,85% do total dos gastos, indicando a maior parcela. Reflete as obrigações da entidade com o regime geral de previdência social, demonstrando a importância das contribuições previdenciárias na gestão fiscal responsável.

Complementação de Previdência: R\$15.852,78, equivalendo a 0,76% do total. Este valor aponta para os gastos com a complementação da previdência para determinados servidores ou pensionistas, garantindo o atendimento às especificidades dos planos de benefícios.

BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO

O valor apresentado de R\$ 3.555.598,48 refere-se à consolidação dos benefícios pagos aos empregados e servidores cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no período em análise.

NOTA 19 - VPD USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tabela 18 - Uso de Material de Consumo

Descrição	SALDO	AV
Combustíveis E Lubrificantes Automotivos	54.088,46	17,71%
Gêneros Alimentação	41.035,33	13,44%
Material De Expediente	6.406,09	2,10%
Material De Processamento De Dados	40.391,31	13,22%
Material De Copa E Cozinha	3.140,05	1,03%
Material De Limpeza E Produtos De Higienização	1.536,81	0,50%
Material De Proteção E Segurança	773,50	0,25%
Material Para Manutenção De Veículos	21.560,89	7,06%
Bilhetes De Passagem	116.563,12	38,16%
Outros Materiais De Consumo	19.936,00	6,53%
TOTAL	305.431,56	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Dentre os itens elencados, os Bilhetes de Passagem detêm a maior parcela dos gastos, somando R\$ 116.563,12, o que corresponde a 38,16% do total. Este item se destaca significativamente por representar o maior volume de despesas dentro da categoria analisada.

Os Combustíveis e Lubrificantes Automotivos também representam uma parcela considerável dos custos, totalizando R\$ 54.088,46, ou 17,71% do total. Este percentual sublinha a relevância dos custos operacionais relacionados à manutenção e ao funcionamento da frota veicular.

Gêneros de Alimentação e Material de Processamento de Dados vêm a seguir, com despesas de R\$ 41.035,33 (13,44%) e R\$ 40.391,31 (13,22%), respectivamente. Estes itens evidenciam os custos associados à alimentação e à infraestrutura tecnológica, fundamentais para o funcionamento da entidade.

Tabela 19 -Serviços

Descrição	SALDO	A/V %
Diárias Pessoal Civil	627.728,80	16,99%
Diárias - Pessoal Militar	16.625,80	0,45%
Diárias - Colaboradores Eventuais	8.526,80	0,23%
Comunicação De Dados	71.042,58	1,92%
Outros Serviços De Comunicação	428,50	0,01%
Manutenção E Conservação Veículos	4.764,96	0,13%
Serviços De Alimentação	20.600,00	0,56%
Locação De Software	29.409,26	0,80%
Suporte De Infraestrutura De Ti	13.157,47	0,36%
Transporte De Servidores	418.237,10	11,32%
Assinaturas De Periódicos E Anuidades	111.580,00	3,02%
Confecção De Uniformes, Bandeiras E Flamulas	5.512,50	0,15%

Seguros Em Geral	270.696,08	7,33%
Seleção E Treinamento	1.780.128,30	48,19%
Serviços Bancários	40,55	0,00%
Serviços De Cópias E Reprodução De Documentos	41.976,42	1,14%
Serviços Gráficos E Editoriais	18.920,60	0,51%
Passagens E Despesas Com Locomoção	248.341,66	6,72%
Outros Serviços Terceiros - PJ	6.486,50	0,18%
TOTAL	3.694.203,88	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Seleção e Treinamento (48,19% do total): Este item constitui a maior parcela dos gastos, somando 1.780.128,30. O valor expressivo atribuído a Seleção e Treinamento deve-se principalmente ao processo de elaboração e implementação do Plano Estratégico 2024-2027 do Estado de Rondônia. Esse investimento reflete o compromisso com o desenvolvimento de competências internas, a atualização dos colaboradores e a preparação de equipes para os desafios estratégicos futuros, garantindo a eficácia na prestação de serviços e no alcance das metas estabelecidas pelo plano.

Diárias - Pessoal Civil (16,99% do total): Este gasto, que alcança 627.728,80, indica a importância das despesas com diárias para pessoal civil, essencial para o suporte de atividades que exigem deslocamento fora da base de operação usual, incluindo missões, treinamentos externos e representação do Estado em eventos.

Transporte de Servidores (11,32% do total): Com um total de 418.237,10, essa rubrica reflete os custos associados ao transporte de servidores. Essas despesas são fundamentais para garantir a mobilidade e a eficácia operacional, permitindo a realização de inspeções, visitas técnicas e o cumprimento de agendas externas.

Seguros em Geral (7,33% do total): Os gastos de 270.696,08 com seguros destacam a política de gerenciamento de riscos do Estado, protegendo patrimônios, veículos e, principalmente, servidores contra eventuais sinistros, minimizando impactos financeiros e operacionais adversos.

Passagens e Despesas com Locomoção (6,72% do total): Este item, com gastos de 248.341,66, cobre as despesas relacionadas a passagens e outras necessidades de locomoção, essenciais para o desempenho das funções estatais que requerem deslocamento intermunicipal, interestadual e, ocasionalmente, internacional.

Esses itens representam as maiores despesas e são fundamentais para o funcionamento da SEPOG, suportando atividades cruciais que variam desde o desenvolvimento de pessoal até a manutenção da operacionalidade e segurança dos servidores. O destaque para o investimento em Seleção e Treinamento reforça a importância dada à capacitação e ao alinhamento estratégico com os objetivos de longo prazo do Estado de Rondônia.

NOTA 20 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

A depreciação de bens móveis é um reconhecimento contábil da diminuição do valor dos ativos de uma entidade ao longo do tempo. No valor de 450.250,47, reflete a alocação sistemática do custo dos bens móveis durante o período em que se espera que eles gerem benefícios para a organização.

O valor de 450.250,47 registrado como depreciação de bens móveis é, portanto, um elemento crítico que contribui para a precisão dos registros contábeis e a transparência das demonstrações financeiras. É essencial manter essa prática para garantir que todas as partes interessadas tenham uma compreensão clara da depreciação dos ativos e das implicações financeiras relacionadas. Este é um processo fundamental para:

Apresentar uma imagem fiel e justa: O registro de depreciação assegura que as unidades reflitam de forma mais precisa o valor dos ativos e a sua redução ao longo do tempo, proporcionando uma visão realista da situação patrimonial.

Gerenciamento de custos: A depreciação auxilia no gerenciamento dos custos associados aos ativos, distribuindo o custo inicial do bem ao longo de sua vida útil, o que ajuda no planejamento orçamentário e na tomada de decisões financeiras.

Planejamento de substituições: Ao reconhecer a depreciação, a entidade pode planejar com antecedência a substituição de ativos, assegurando que os recursos necessários estarão disponíveis quando os bens chegarem ao fim de sua vida útil operacional.

Benefícios fiscais: A depreciação pode oferecer benefícios fiscais, pois, em geral, reduz o lucro tributável de uma empresa, diminuindo assim o imposto de renda devido.

Transparência para stakeholders: Investidores, credores e outros usuários das demonstrações financeiras esperam ver que a organização pratica uma contabilidade rigorosa, o que inclui o reconhecimento adequado da depreciação.

NOTA 21 - VPD TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais (repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Programa Água Para Todos (9.063.534,54): Este valor foi transferido para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), visando a implementação do Programa Água para Todos. Este programa é essencial para garantir o acesso à água, promovendo melhorias na qualidade de vida e na saúde das comunidades beneficiadas.

Unidade de Caixa (3.651.446,34): Recursos oriundos de operações de créditos não utilizadas foram transferidos para o Caixa Único do Tesouro. Esse procedimento atende ao princípio da unidade de caixa, que visa centralizar os recursos para otimizar a gestão financeira e aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos.

Regularização do PIDISE (2.882.726,13): A movimentação entre contas bancárias da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) teve como finalidade a regularização do programa PIDISE, bem como o encerramento de contas bancárias associadas ao programa, seguindo práticas de boa governança e gestão financeira.

Diversos Resgates de Recursos: Outras quantias, dentro do montante global, referem-se a resgates de recursos controlados pelo Tesouro Estadual, que incluem a correspondência de débitos relacionados às retenções na folha de pagamento dos servidores estaduais (IRRF). Essas operações asseguram a correta administração das finanças públicas e o cumprimento das responsabilidades fiscais.

NOTA 22 - VPD TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

No valor de 100.000,00 em transferências intergovernamentais destaca que este montante se refere especificamente a convênios com municípios. Tais convênios são acordos de cooperação financeira em que o Estado transfere recursos para os municípios, com o objetivo de apoiar a execução de projetos ou programas que beneficiem a população local. Esses recursos permitem que os municípios realizem investimentos em áreas como infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento social, entre outras, ampliando os serviços oferecidos à comunidade e fortalecendo a gestão municipal. A efetivação dessas transferências é fundamental para promover o desenvolvimento integrado e sustentável nos diferentes municípios, garantindo a aplicação de recursos em ações que estejam alinhadas com as necessidades e prioridades locais.

NOTA 23 - VPD TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Nas Transferências a Instituições Privadas, no valor de 35.000,00, referem-se à execução de uma emenda individual de auxílio a instituições sem fins lucrativos. Este valor é destinado ao apoio de entidades privadas que desempenham funções sociais importantes e complementares às ações do Estado, como as de assistência social, educação, saúde, entre outras. As emendas individuais são um mecanismo que permite aos legisladores direcionar recursos para atender demandas específicas, muitas vezes identificadas como urgentes e prioritárias para a comunidade. Com esses recursos, as instituições beneficiadas podem realizar ou expandir projetos e atividades que têm um impacto significativo na sociedade.

NOTA 24 - VPD TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

As Transferências a Consórcios Públicos, no valor de 950.000,00, estão associadas ao pagamento do rateio do Consórcio Brasil Central, do qual o Estado de Rondônia é um dos signatários. Este valor é a contribuição do Estado para o financiamento das atividades do consórcio, que incluem a implementação de projetos e políticas públicas de interesse comum aos estados membros.

O rateio é uma prática comum em consórcios públicos e serve para dividir entre os entes consorciados os custos relacionados à execução de suas funções. A participação no Consórcio Brasil Central permite que o Estado de Rondônia colabore e participe ativamente em iniciativas regionais que buscam o desenvolvimento integrado, a

cooperação técnica e a otimização de recursos, trazendo benefícios coletivos para os estados participantes e suas populações.

NOTA 25 - VPD OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

A rubrica "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" no valor de 8.950.753,87 refere-se à restituição dos valores de rendimentos do Programa PIDISE, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa restituição indica a devolução de recursos financeiros que foram gerados como rendimentos de operações de crédito do programa mencionado e que, de acordo com as normativas e acordos estabelecidos, devem ser devolvidos ao BNDES.

Esta operação contábil mostra uma diminuição no patrimônio do Estado de Rondônia, já que os rendimentos, anteriormente registrados como um aumento patrimonial, agora são revertidos e saem das contas do Estado para atender às obrigações contratuais do programa de financiamento.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046545818

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) - Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/1964

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta como o caixa da entidade se moveu durante um determinado período, neste caso, de Janeiro a Dezembro de 2023. A DFC é dividida em três partes principais: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
INGRESSO	26	49.596.723,40	34.920.553,95
Remuneração das Disponibilidades		1.358.334,33	1.871.601,03
Transferências Correntes Recebidas	27	34.865.993,53	29.274.621,88
Outros Ingressos Operacionais		13.372.395,54	3.774.331,04
DESEMBOLSO	28	59.940.207,06	33.833.928,06
Pessoal e Demais Despesas		25.102.273,12	21.214.931,41
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00
Transferências Concedidas		21.437.860,81	8.844.202,87
Outros Desembolsos Operacionais	29	13.400.073,13	3.774.793,78
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	28	-10.343.483,66	1.086.625,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		0,00	0,00

Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
DESEMBOLSO		10.197.630,18	1.044.963,29
Aquisição de Ativo não Circulante	30	1.195.776,91	597.160,02
Outros Desembolsos de Investimentos	30	9.001.853,27	447.803,27
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-10.197.630,18	-1.044.963,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
DESEMBOLSO		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)		0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	31	-20.541.113,84	41.662,60
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	31	24.299.851,69	24.258.189,09
Caixa e Equivalente de caixa final	31	3.758.737,85	24.299.851,69

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Nota	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		34.865.993,53	29.274.621,88
Outras transferências correntes recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		34.865.993,53	29.274.621,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Intergovernamentais		1.250.000,00	2.800.958,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		300.000,00	1.850.958,00
a Consórcio		950.000,00	950.000,00
Intragovernamentais		20.152.860,81	5.898.244,87
Outras transferências concedidas		35.000,00	145.000,00
Total das Transferências Concedidas		21.437.860,81	8.844.202,87

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	FUNÇÃO	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Função 04	Administração	25.102.273,12	21.214.931,41
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		25.102.273,12	21.214.931,41

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 26 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

As atividades operacionais tiveram um ingresso total de 49.596.723,40, com a maior parte vindo de transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais. No entanto, os desembolsos foram significativamente maiores, totalizando 59.940.207,06, principalmente devido a pessoal e outras despesas, bem como transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Isso resultou em um fluxo de caixa líquido negativo de -10.343.483,66, indicando que as operações do período consumiram mais recursos do que geraram.

NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS

Consultar a “NOTA XX • VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS” da Demonstração Das Variações Patrimoniais, excluindo do ali explicado as “Transferências Recebidas De Bens Móveis” e “Outras Transferências Não Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária” uma vez que, enquanto "Transferências Correntes Recebidas" é um termo mais específico que se refere unicamente a recursos financeiros destinados a cobrir despesas operacionais correntes, "Transferências e Delegações Recebidas" é um termo mais abrangente que pode incluir, além de recursos financeiros, a transferência de responsabilidades e autoridades.

NOTA 28 - DESEMBOLSOS

As atividades operacionais tiveram um ingresso total de 49.596.723,40, com a maior parte vindo de transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais. No entanto, os desembolsos foram significativamente maiores, totalizando 59.940.207,06, principalmente devido a pessoal e outras despesas, bem como transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Isso resultou em um fluxo de caixa líquido negativo de -10.343.483,66, indicando que as operações do período consumiram mais recursos do que geraram. A capacidade da entidade de operar dessa maneira, registrando um déficit operacional sem enfrentar problemas de liquidez imediatos, foi possível devido à existência de um "caixa robusto de exercícios anteriores".

Dentre as atividades operacionais que consumiram caixa, pode-se destacar as transferências intragovernamentais que durante o exercício R\$ 20.152.860,81 foram desembolsados. As transferências intragovernamentais estão mais bem explicadas na nota explicativa XX à Demonstração das Variação Patrimoniais.

NOTA 29 - OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Tabela 20 - Outros desembolsos operacionais

Descrição	Saldo	AV
Retenções - Entidades Representativas De Classes	621,55	0,00%

Outros Consignatarios	758.475,78	5,66%
Depositos Para Recursos Judiciais	3.566,76	0,03%
Cauções	65.361,53	0,49%
Depósitos A Transferir - Penhoras	8.792,75	0,07%
Descontos/Multas Contratuais	9.127.675,67	68,12%
Pp Devolvida Pelo Banco	126.187,28	0,94%
Depósitos De Diversas Origens - DDO	21.680,00	0,16%
Outros Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	140,29	0,00%
RPPS - Retenções Sobre Vencimentos E Vantagens	711.015,17	5,31%
Imposto Sobre A Renda Retido Na Fonte - IRRF	1.864.411,46	13,91%
Contribuição Ao RGPS	557.260,32	4,16%
ISS	154.884,57	1,16%
TOTAL	13.400.073,13	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Na categoria "Descontos/Multas Contratuais", que representa a maior parcela dos desembolsos operacionais totalizando 9.127.675,67, a quantia significativa de 8.950.753,87 está associada à restituição de rendimentos do Programa PIDISE para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este valor reflete a devolução de recursos financeiros originados de operações de crédito do mencionado programa. Conforme estabelecido pelas normativas e acordos vigentes, esses recursos devem ser retornados ao BNDES. Além disso, essa categoria inclui também o pagamento de multas contratuais determinadas pela Administração, as quais são direcionadas ao Caixa do Tesouro Estadual. Este procedimento sublinha a gestão responsável e a conformidade regulatória no manejo dos recursos financeiros vinculados ao programa.

NOTA 30 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Durante o período em análise, a entidade realizou investimentos significativos nas suas operações e na expansão de sua capacidade. O principal destaque foi a aquisição de ativo não circulante, totalizando R\$1.195.776,91, focada na compra de bens móveis. Estes bens, como veículos, equipamentos e mobiliários, são essenciais para a operação da entidade e estão previstos para contribuir no aumento da eficiência e produtividade.

Além disso, outros desembolsos de investimentos foram realizados, somando R\$9.001.853,27. Este valor representa a devolução de recursos anteriormente alocados no âmbito do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Estadual de Pesquisa (PIDISE), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A transação marca a finalização do programa, alinhando-se com os compromissos financeiros assumidos pela entidade perante o BNDES.

Este desembolso não se relaciona diretamente à aquisição de ativos físicos ou intangíveis, mas é uma movimentação financeira importante que impacta o fluxo de caixa da entidade nas atividades de investimento. A devolução desses recursos reflete a gestão responsável dos compromissos financeiros da entidade e o encerramento de programas específicos, conforme previamente acordado com as instituições financeiras parceiras.

NOTA 31 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

No período em análise, a entidade experimentou uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa negativa, totalizando -R\$20.541.113,84. Este resultado representa a diferença líquida entre os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento (I+II+III), indicando uma saída líquida de recursos financeiros.

A posição de caixa e equivalentes de caixa no início do período era de R\$24.299.851,69. Esta quantia inclui todos os recursos financeiros disponíveis e rapidamente conversíveis em espécie, que a entidade detinha ao iniciar o período contábil, proporcionando uma base sólida para suas operações iniciais e investimentos planejados.

Ao final do período, o caixa e equivalentes de caixa reduziram-se para R\$3.758.737,85. Esta significativa diminuição reflete as saídas líquidas de caixa associadas principalmente às atividades de investimento, incluindo a

devolução de recursos do PIDISE ao BNDES, além de outras atividades operacionais e de financiamento que não geraram fluxos de caixa positivos.

Esta movimentação de caixa ressalta a importância de uma gestão financeira cuidadosa e estratégica, especialmente em períodos em que grandes investimentos ou devoluções de financiamentos impactam substancialmente a liquidez da entidade. A redução na posição de caixa e equivalentes de caixa é um reflexo direto das decisões de investimento tomadas, além de outros fatores externos e operacionais que influenciaram o fluxo de caixa durante o período.

A entidade continua comprometida com uma gestão financeira prudente, visando a sustentabilidade de longo prazo de suas operações. Estratégias estão sendo desenvolvidas e implementadas para melhorar a geração de caixa futura, com o objetivo de fortalecer a posição de caixa e equivalentes de caixa, garantindo assim a capacidade da entidade de cumprir com seus compromissos financeiros e investir em oportunidades de crescimento.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046624459

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2023

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Luoro	Demaís Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							31.760.593,75		31.760.593,75
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-154.000,53	-	-154.000,53
Aumento de capital							-	-	
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-19.177.161,27	-	-19.177.161,27
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos Finais							12.429.431,95		12.429.431,95

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046728758

ADENDO

CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS E SALDOS DE CONTAS

A fim de assegurar a verificabilidade das informações inseridas nas demonstrações contábeis, foi realizado o preenchimento dos testes de consistências, disponibilizados pelo Tribunal de Contas e Contabilidade Geral do Estado, indicando a conformidade das Demonstrações Contábeis exercício 2023.

Teste 01- Saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa

Teste de saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixa	PT 01
Descrição	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	1.358.334,33
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	36.605.981,84
3. Transferências Financeiras Recebidas + Recebimento Extraorçamentários (BF)	50.026.605,55
4. Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados (BF)	1.788.216,48
5. Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários (BF)	33.531.855,40
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	- 35.247.647,51
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	14.706.533,67
8. Variação do período apurada (6+7)	- 20.541.113,84
9. Geração Líquida de Valores Restituíveis (apurada no Balanço Patrimonial*)	-
10. Saldo Inicial de Caixa e Equiv. de Caixa (SF do Balanço Patrimonial do exerc. anterior)	24.299.851,69
11. Saldo Final de Caixa e Equiv. de Caixa apurado (8-9+10)	3.758.737,85
12. Saldo Final de Caixa e Equiv. de Caixa demonstrado no Balanço Patrimonial	3.758.737,85
13. Resultado (11-12) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 02 - Saldo dos Resultados Acumulados

Teste de saldo dos resultados acumulados	PT 02
Descrição	Valor (R\$)
1. Variação Patrimonial Aumentativa (DVP)	36.308.967,59
2. Variação Patrimonial Diminutiva (DVP)	55.486.128,86
3. Resultado Patrimonial apurado no período (1-2)	- 19.177.161,27
4. Resultado evidenciado na DVP	-19.177.161,27
5. Resultado (3-4) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

6. Resultados Acumulados (Exercício anterior no Balanço Patrimonial)	31.760.593,75
7. Variação dos Ajustes de exercícios anteriores (Exercício Atual no Balanço Patrimonial ¹)	- 154.000,53
8. Resultados Acumulados apurado no período (3+6+7)	12.429.431,95
9. Resultados Acumulados demonstrado no Balanço Patrimonial	12.429.431,95
10. Resultado (8-9) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 03 - Consistência entre o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente

Consistência entre o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o Balanço Patrimonial	PT 03
Descrição	Valor (R\$)
1. Ativo Financeiro (Balanço Patrimonial)	3.758.737,85
2. Ativo Permanente (Balanço Patrimonial)	8.684.575,79
3. Ativo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (1+2)	12.443.313,64
4. Ativo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	4.618.487,53
5. Ativo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	7.824.826,11
6. Ativo Total de acordo com o MCASP (4+5)	12.443.313,64
7. Resultado (3-6) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-
8. Passivo Financeiro (Balanço Patrimonial)	1.789.108,17
9. Passivo Permanente (Balanço Patrimonial)	12.990,00
10. Passivo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (8+9)	1.802.098,17
11. Passivo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	13.881,69
12. Passivo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	-
13. Restos a Pagar Não Processados a liquidar (Balanço Orçamentário, RPNP a liquidar = colunas a+b-c-e)	-
14. Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício (Balanço Financeiro)	1.788.216,48
15. Restos a Pagar Não Processados Em Liquidação (Balancete)	0,00
16. Passivo Total de acordo com o MCASP ajustado em razão dos RP não processados (11+12+13+14-15)	1.802.098,17
17. Resultado (10-16) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 04 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES X QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - PT 04			
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes		=	Quadro do Superávit/Déficit Financeiro
Ativo Financeiro	3.758.737,85	=	Total das Fontes de Recursos
Passivo Financeiro	1.789.108,17		
Total (a)	1.969.629,68	=	Total (b) 1.969.629,68
Resultado (a-b) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)			-

Teste 05 - Balanço Patrimonial X DFC X Balanço Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL X DFC X BALANÇO FINANCEIRO -PT 05					
Balanço Patrimonial		DFC		Balanço Financeiro	
Caixas e Equivalentes de Caixa	3.758.737,85	Caixas e Equivalentes de Caixa	3.758.737,85	Caixas e Equivalentes de Caixa	3.758.737,85

Total	3.758.737,85	Total	3.758.737,85	Total	3.758.737,85
-------	--------------	-------	--------------	-------	--------------

Teste 06 - Balanço Orçamentário X Demonstração de Caixa

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO X DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			PT 06
Balanço Orçamentário		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Receita Tributária		Receita Tributária	
Receita de Contribuições		Receita de Contribuições	
Receita Patrimonial	1.358.334,33	Receita Patrimonial	
		Remuneração das Disponibilidades	1.358.334,33
Receita Agropecuária		Receita Agropecuária	
Receita Industrial		Receita Industrial	
Receita de Serviços		Receita de Serviços	
Transferências Correntes		Transferências correntes recebidas	34.865.993,53
Transferências Intragovernamentais (Saldo do quadro das transf. Da DFC)	34.865.993,53		
Transferências de Capital			
Outras Receitas Correntes		Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00
Outras receitas de Capital			
Operações de Crédito		Operações de Crédito	
Alienação de Bens		Alienação de Bens	
Total	36.224.327,86	Total	36.224.327,86
Teste ==>	-	Distorção ==>	-

Teste 07 - Saldo da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Teste de saldo da Demonstração dos Fluxos de Caixa	PT 07
Descrição	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	1.358.334,33
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	36.605.981,84
3. Transferências financeiras recebidas + recebimento extraorçamentários (BF)	50.026.605,55
4. Transferências financeiras concedidas + pagamentos extraorçamentários (BF)	33.531.855,40
5. Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados	1.788.216,48
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	- 35.247.647,51
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4-5)	14.706.533,67
8. Variação do período apurada (6+7)	- 20.541.113,84
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	-20.541.113,84
10. Geração Líquida de Valores Restituíveis (apurada no Balanço Patrimonial*)	
11. Resultado (8-9-10) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	- 0,00
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Patrimonial .SF do Exercício anterior)	24.299.851,69
13. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC . SF do Exercício Anterior)	3.758.737,85

14. Resultado (12-13) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	20.541.113,84
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial - SF Exercício Atual)	3.758.737,85
16. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC - SF Exercício Atual)	3.758.737,85
17. Resultado (15-16) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Teste 08 - Receita Realizada

RECEITAS REALIZADAS PT 08			
Balanço Orçamentário		Balanço Financeiro	
Receita Correntes (I)	1.358.334,33	Receitas Ordinária	5.213,54
Receitas de Capital (II)	-	Receita Vinculada	1.353.120,79
Total	1.358.334,33	Total	1.358.334,33
		Distorção ==>	-

Teste 09 - Balanço Patrimonial - Ativo x Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	11.490.444,54	PASSIVO	11.490.444,54
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL	11.490.444,54		11.490.444,54
		Distorção ==>	-

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO
FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

Protocolo 0046740328

Portaria de férias nº 3875 de 13 de março de 2024.

O(A) DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA ESTADUAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto 14124/2023 (0037037812) e Portaria nº 119 de 07 de março de 2023 (0036348593) de 07/03/2023,publicada no DOE n.43, de 07/03/2023.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **VANDERLENI DA SILVA LEMOS**, SEPOG - Assessor SEPOG VII - CDS-07, matrícula *****403, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do(s) período(s) de**(04/06/2024 a 13/06/2024) e (14/06/2024 a 23/06/2024 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/08/2024 a 10/08/2024)**,referente ao exercício de **2024**, a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(10/05/2024 a 19/05/2024) e (20/05/2024 a 29/05/2024 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (16/07/2024 a 25/07/2024).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 13/03/2024.

TONY MARCEL LIMA DA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA ESTADUAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

BALANÇO FINANCEIRO (BF) - Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Financeiro (BF) da SEPOG evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

INGRESSOS	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)		1.358.334,33	1.871.601,03
Ordinária	10	5.213,54	5.191,33
Vinculada		1.353.120,79	1.866.409,70
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		993.850,28	1.031.969,12
Recursos Vinculados a Convênios		356.683,17	805.428,14
Outras Vinculações de Recursos		2.587,34	29.012,44
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	13	34.865.993,53	29.274.621,88
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	13	30.118.637,53	27.634.079,56
Transf. Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		4.747.356,00	1.640.542,32
Transf. Recebidas para aportes de Recursos para RPPS		0,00	0,00
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		15.160.612,02	4.953.698,24
Inscrição RPNP do Exercício	11	1.788.216,48	1.179.367,20
Inscrição RPP do Exercício		-	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados / Ativo		13.369.210,39	3.728.683,88
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS		0,00	
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	45.647,16
Ajustes de exercícios anteriores		0,00	0,00
Compensações financeiras - IPERON		0,00	0,00
Outros Recebimento Extraorçamentários		3.185,15	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		24.299.851,69	24.258.189,09
Caixa e equivalente de caixa		24.299.851,69	24.258.189,09
Depositos restit. e valores vinculados		0,00	0,00
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)		75.684.791,57	60.358.110,24
DISPÊNDIOS	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)		38.394.198,32	24.633.430,48
Ordinária		29.392.345,05	24.486.330,80
Vinculada	14	9.001.853,27	147.099,68
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14	9.001.853,27	
Outras Vinculações de Recursos		0,00	147.099,68

TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	13	19.321.289,93	5.140.359,79
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transf. Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		19.321.289,93	5.140.359,79
Transf. Concedidas Aportes RPPS		0,00	0,00
PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		14.210.565,47	6.284.468,28
Pagamento RPNP	15	810.492,34	2.423.138,02
Pagamento de RPP	15	0,00	86.536,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.400.073,13	3.729.146,62
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		0,00	45.647,16
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	12	3.758.737,85	24.299.851,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.758.737,85	24.299.851,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	
TOTAL (V) =(VI+VII+VIII+IX)		75.684.791,57	60.358.110,24

ANEXO (b)

Janeiro a Dezembro de 2023				Janeiro a Dezembro de 2022		
Especificação	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Ordinária	5.213,54	0,00	5.213,54	5.191,33	0,00	5.191,33
Vinculada	1.353.120,79	0,00	1.353.120,79	1.866.409,70	0,00	1.866.409,70
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	993.850,28	-	993.850,28	1.031.969,12	-	1.031.969,12
Recursos Vinculados à Convênios	356.683,17	-	356.683,17	805.428,14	0,00	805.428,14
Outras Vinculações de Recursos	2.587,34	0,00	2.587,34	29.012,44	0,00	29.012,44
Total	1.358.334,33	0,00	1.358.334,33	1.871.601,03	0,00	1.871.601,03

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

NOTA 10- RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS

No exercício financeiro de 2023, assim como no exercício de 2022, a Receita Orçamentária demonstrou uma composição diversificada, abrangendo rubricas como Recursos Ordinários, Recursos Vinculados à Operações de Crédito, Convênios, entre outras vinculações. Nota-se que, embora tenham sido arrecadados recursos significativos nas rubricas de Operações de Crédito, Convênios e Outras Vinculações de Recursos, as receitas orçamentárias são frutos dos rendimentos gerados por aplicações bancárias. Esses rendimentos são um indicativo da gestão eficaz do patrimônio público, onde os recursos disponíveis são aplicados de maneira a gerar retorno financeiro adicional, contribuindo assim para o aumento da capacidade de investimento e financiamento das atividades governamentais.

NOTA 11 - RESTOS A PAGAR (INSCRITOS)

Tabela 13 - Restos a Pagar Inscritos

FONTE	NATUREZA DA DESPESA	INSCRIÇÃO	A/V
1500000001	33904009	124.600,00	6,97%
1500000001	33904011	77.000,00	4,31%
1500000001	33904023	2.600,00	0,15%
1500000001	33903001	48.785,12	2,73%
1500000001	33903007	2.610,30	0,15%
1500000001	33903039	28.439,11	1,59%
1500000001	33903301	91.095,22	5,09%
1500000001	33903919	45.235,04	2,53%
1500000001	33903947	1.641,09	0,09%
1500000001	33903981	162,68	0,01%
1500000001	33903983	49.469,20	2,77%
1500000001	33904005	6.033,34	0,34%
1500000001	33904006	33.405,38	1,87%
1500000001	33903948	42.240,00	2,36%
1500000001	44404201	200.000,00	11,18%
1500007011	33504102	3.068,75	0,17%
1500007011	44504202	46.931,25	2,62%
1500007014	33504102	20.000,00	1,12%
1500007053	44404201	140.000,00	7,83%
2500000001	44905237	824.900,00	46,13%
TOTAL		1.788.216,48	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Comparativo entre Despesa Corrente e Despesa de Capital do RPNP Inscritos no Período.

Despesas Correntes: O total inscrito para as despesas correntes é de R\$ 576.385,23. Essas despesas incluem uma ampla gama de serviços e produtos necessários para as operações diárias.

Despesas de Capital: O total inscrito para despesas de capital é significativamente maior, somando R\$ 1.211.831,25. Isso indica um foco considerável em investimentos de longo prazo, tais como projetos de infraestrutura ou aquisições que beneficiarão a entidade a longo prazo.

Maiores Valores Inscritos.

O maior valor inscrito para despesas correntes é de R\$ 124.600,00, referente a serviços de tecnologia da informação fornecidos pela WPI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

O maior valor inscrito para despesas de capital é de R\$ 824.900,00, também para serviços de tecnologia da informação fornecidos pela mesma empresa, WPI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

Este valor não só destaca a importância da TI mas também indica um investimento significativo em infraestrutura tecnológica.

NOTA 12 - SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

No exercício de 2023, a gestão financeira apresentou um resultado financeiro superavitário, refletindo a eficiência na administração dos recursos públicos. O total de ingressos no período foi de R\$ 75.684.791,57 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), evidenciando um aumento significativo em comparação ao exercício anterior de janeiro a dezembro de 2022, onde o total de ingressos foi de R\$ 60.358.110,24 (sessenta milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, cento e dez reais e vinte e quatro centavos).

Este aumento nos ingressos é resultado de uma gestão eficaz das receitas orçamentárias, que totalizaram R\$ 1.358.334,33 no período de janeiro a dezembro de 2023, e um expressivo recebimento de transferências financeiras de R\$ 34.865.993,53, além de ingressos extraorçamentários de R\$ 15.160.612,02. O saldo do exercício anterior, correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa, contribuiu com R\$ 24.299.851,69 para o total de ingressos, reforçando a solidez financeira da gestão.

O resultado superavitário do exercício, alinhado ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa de R\$ 24.299.851,69, demonstra a capacidade da gestão em cumprir com suas obrigações e investir em melhorias contínuas para o bem-estar da população.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa poderão ser encontrados na Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTA 13 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

a) Transferências Recebidas dependentes de Execução Orçamentária

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) desempenha um papel crucial na administração pública, sendo responsável pela elaboração e execução de políticas de planejamento, orçamento e gestão, entre outras funções. No entanto, é importante destacar que a SEPOG não é uma unidade arrecadadora de recursos financeiros próprios, como impostos ou taxas. Isso significa que sua operação financeira não se baseia na geração direta de receitas por meio de atividades comerciais ou de prestação de serviços ao público.

Devido à sua natureza não arrecadadora, a SEPOG depende integralmente dos repasses financeiros oriundos do Tesouro Estadual para a realização de suas atividades. Esses repasses são fundamentais para o custeio da unidade, abrangendo desde as despesas correntes, como água, luz, manutenção de instalações, até projetos específicos que a Secretaria executa. Além disso, a remuneração dos servidores vinculados à SEPOG também depende desses recursos transferidos pelo Tesouro Estadual.

b) Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária

Nas "Transferências Financeiras Recebidas Independentes da Execução Orçamentária", um ponto importante a ser destacado é maior parte desses recursos provém da retenção do Imposto de Renda na fonte sobre a folha de pagamento dos servidores. Esta retenção é um mecanismo pelo qual o governo, no ato do pagamento dos salários, recolhe antecipadamente uma parte do imposto devido pelos servidores, baseando-se na tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Este procedimento é mandatório e segue a legislação tributária vigente, que estabelece as faixas de renda e as alíquotas correspondentes para o cálculo do imposto devido. O valor retido é então transferido ao Tesouro Estadual. No caso de entidades governamentais como a SEPOG, essa retenção é contabilizada como uma transferência financeira recebida independente da execução orçamentária. Isso ocorre porque, embora o valor seja inicialmente recolhido pela entidade empregadora, ele não se destina ao seu uso direto, servindo especificamente ao propósito de cumprimento das obrigações fiscais dos servidores.

A classificação desses valores como "independentes da execução orçamentária" reflete a natureza específica dessas transferências: embora passem pelo caixa da entidade, eles não estão disponíveis para financiar diretamente as despesas orçamentárias previstas. Em vez disso, representam um fluxo financeiro que, apesar de ser gerado internamente, tem um destino fiscal pré-determinado e não contribui diretamente para o orçamento discricionário da entidade.

Essa distinção é crucial para a gestão financeira e orçamentária, pois assegura a correta aplicação dos recursos e a transparência no cumprimento das obrigações tributárias, além de refletir a eficiência administrativa na gestão da folha de pagamento e das responsabilidades fiscais associadas.

DISPÊNDIOS

NOTA 14 - RECURSOS VINCULADOS À OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Tabela 14 - Despesas orçamentárias vinculadas a operação de crédito

NATUREZA	FONTE	Desp. Empenhada	AV
449092 Despesas de	2754000001	51.699,40	0,57%

Exercícios Anteriores			
449093 Indenizações e Restituições	2754000001	8.950.153,87	99,43%
Total		9.001.853,27	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No exercício financeiro em análise, as despesas orçamentárias vinculadas a operações de crédito totalizaram R\$ 9.001.853,27. Este montante foi predominantemente destinado a duas categorias principais: "Despesas de Exercícios Anteriores" e "Indenizações e Restituições", com um enfoque especial na finalização do Programa de Incentivo à Desvinculação de Servidores do Estado (PIDISE) e na devolução de rendimentos conforme obrigações contratuais.

A rubrica "Despesas de Exercícios Anteriores" contabilizou R\$ 51.699,40, representando 0,57% do total, refletindo ajustes de pagamentos pendentes de períodos fiscais anteriores. Já a rubrica "Indenizações e Restituições" alcançou R\$ 8.950.153,87, equivalente a 99,43% das despesas, destacando-se pela sua associação à conclusão do PIDISE e à devolução de rendimentos excedentes por exigência contratual.

É importante ressaltar que a execução dessas despesas foi realizada utilizando-se do superávit financeiro, demonstrando uma gestão fiscal responsável e comprometida com o cumprimento de obrigações legais e contratuais. A aplicação do superávit em tais despesas reflete a priorização de compromissos prévios e a responsabilidade na administração dos recursos públicos, assegurando a integridade financeira e o cumprimento das metas estabelecidas.

Esta execução cuidadosa do superávit não apenas cumpre com obrigações importantes, mas também reforça o compromisso da entidade com a transparência e a gestão eficiente dos recursos, garantindo que os superávits financeiros sejam utilizados de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e a estabilidade fiscal.

NOTA 15 - PAGAMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS

A categoria "Pagamento Extraorçamentários" refere-se a movimentações financeiras que não estão previstas no orçamento anual aprovado para o exercício fiscal, mas que são essenciais para a gestão financeira da entidade. Estes pagamentos incluem diversas naturezas e são importantes para o cumprimento de obrigações e a gestão eficaz dos recursos.

Pagamento RPNP (R\$ 810.492,34): Refere-se aos pagamentos relacionados a Restos a Pagar Não Processados. Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, e a designação "não processados" indica que os serviços ou bens correspondentes a esses empenhos não foram entregues ou realizados até o encerramento do exercício

Pagamento de RPP (R\$ 0,00): Indica que, neste exercício, não houve pagamentos relacionados a Restos a Pagar Processados.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 13.400.073,13): Esta é a maior parcela dos pagamentos extraorçamentários e inclui valores que a entidade deve manter ou administrar especificamente para propósitos determinados, como depósitos recebidos que deverão ser restituídos ou recursos que estão legalmente vinculados a determinadas despesas, tal como os recursos do PIDISE que foram devolvidos por força contratual durante o exercício.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046335438** e o código CRC **A1CF3AD0**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046335438

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) - Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/1964

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da SEPOG evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

Especificação			
Variações Patrimoniais Aumentativas	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.358.334,33	1.871.601,03
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.358.334,33	1.871.601,03
Transferências e Delegações Recebidas	 16 	34.898.374,82	29.310.932,63
Transferências Intragovernamentais		34.887.020,42	29.310.932,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas		11.354,40	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		51.965,28	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		48.780,13	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.185,15	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		293,16	480.652,99
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		293,16	437.427,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	43.225,56
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		36.308.967,59	31.663.186,65
Especificação			
Variações Patrimoniais Diminutivas	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Pessoal e Encargos	 18 	21.294.351,52	19.602.337,88
Remuneração a Pessoal		15.657.247,01	14.405.520,32
Encargos Patronais		2.081.506,03	1.885.529,50
Benefícios a Pessoal		3.555.598,48	3.311.288,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		250.910,42	204.960,25
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		250.910,42	204.960,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	 19 	4.449.885,91	2.432.173,74
Uso de Material de Consumo		305.431,56	391.655,54
Serviços		3.694.203,88	1.871.429,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	 20 	450.250,47	169.088,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira		260,46	800,89
Juros e Encargos de Mora		260,46	800,89
Transferências e Delegações Concedidas		20.526.495,94	8.207.892,12
Transferências Intragovernamentais	 21 	19.441.495,94	5.378.060,12
Transferências Inter Governamentais		100.000,00	1.725.958,00
Transferências a Instituições Privadas		35.000,00	145.000,00
Transferências a Consórcios Públicos		950.000,00	950.000,00
Execução Orçamentária Delegada		-	1.800,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	7.074,00

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		11.370,68	5.265.250,27
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		-	1.604.689,70
Perdas Involuntárias		-	3.383,11
Desincorporação de Ativos		11.370,68	3.657.177,46
Tributárias		2.100,06	2.050,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.100,06	1.918,41
Contribuições		-	132,45
Outros Variações Patrimoniais Diminutivas		8.950.753,87	9.798,22
VPD de Constituição de Provisões		-	2.162,62
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		8.950.753,87	7.632,60
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		55.486.128,86	35.725.264,23
Resultado Patrimonial do Período (I - II)		-19.177.161,27	-4.062.077,58

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 16 - VPA TRANSFERÊNCIA E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos e transferências de convênios.

Repasse Recebido

Durante o período analisado, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) registrou um repasse financeiro recebido no valor de R\$30.118.637,53. Este repasse é crucial para a operacionalidade da SEPOG, visto que, sendo um órgão não arrecadador, depende integralmente dos recursos provenientes de outras instâncias governamentais para a execução de suas atividades e obrigações.

Os recursos financeiros repassados à SEPOG têm origem na Secretaria de Finanças, responsável pela gestão dos recursos do governo. Esses repasses são destinados à SEPOG com o propósito de assegurar a manutenção das suas atividades operacionais, bem como para cumprir com as responsabilidades salariais dos servidores vinculados à secretaria.

Finalidade dos Recursos

A SEPOG utiliza os recursos recebidos para diversas finalidades, incluindo, mas não se limitando a:

Manutenção das Atividades Operacionais: Garantir a continuidade das operações diárias, financiando os custos associados à execução dos projetos, programas e atividades de planejamento, orçamento e gestão.

Pagamento dos Servidores: Assegurar o pagamento dos salários dos servidores, mantendo o compromisso da secretaria com seu quadro de funcionários e contribuindo para a estabilidade econômica da equipe.

Na tabela seguinte estão discriminados os itens da rubrica transferências e Delegação Recebidas pela SEPOG:

Tabela 15 - Transferências Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária

Descrição	SALDO	A/V
Transferências Finan Recebidas - Independ De Exec Orçamentária	4.747.356,00	99,56%
Transferências Recebidas De Bens Móveis	20.064,71	0,42%
Outras Transferências Não Finan Recebidas - Independentes De Exec Orçamentária	962,18	0,02%
TOTAL	4.768.382,89	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Durante o período em análise, as movimentações financeiras registradas sob a rubrica "Movimento De Fundos A Débito - Correspondência De Débitos - Saldos Financeiros" totalizaram R\$4.747.356,00, representando 99,56% do total das movimentações, que somam R\$4.768.382,89. Este montante engloba principalmente duas categorias de transações:

Transferência Financeira entre as contas 9478-1 e 9893-0: Um valor significativo de R\$2.882.726,13 foi destinado à regularização do programa PIDISE. Esta ação reflete o comprometimento da entidade com a gestão eficaz de fundos destinados a programas específicos, garantindo a correta aplicação dos recursos e a conformidade com as regulamentações vigentes.

Retenções de IRRF dos servidores da SEPOG: A parcela restante, após a transferência acima mencionada, constitui em sua maior parte as retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). Este procedimento está alinhado com as obrigações fiscais e demonstra a transparência na gestão dos recursos humanos e na retenção de tributos.

Além disso, o saldo inclui também:

Transferências Recebidas De Bens Móveis: Totalizando R\$20.064,71 (0,42% do total), este valor reflete a entrada de recursos não financeiros através da aquisição de bens móveis.

Outras Transferências Não Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária: Com um total de R\$962,18 (0,02% do total), esta rubrica abrange receitas diversas que não se enquadram na execução orçamentária tradicional, evidenciando a diversidade de fontes de receita e a flexibilidade financeira da entidade.

A soma destas movimentações resulta no total de recursos geridos no período, alcançando o montante de R\$4.768.382,89.

NOTA 17 - VPD REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

No período em análise, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) registrou um evento relevante relacionado à reversão de provisões, especificamente a reversão de provisão não utilizada no valor de R\$293,16. Este valor indica que, após uma avaliação das obrigações que motivaram a constituição da provisão, concluiu-se que parte do montante provisionado não era mais necessário para cobrir tais obrigações. Assim, o valor foi revertido, melhorando o resultado financeiro da SEPOG para o período.

NOTA 18 - VPD PESSOAL E ENCARGOS

Tabela 16 - Pessoal		
Descrição	SALDO	AV
Vencimentos E Salários	4.371.686,78	27,92%
Abono De Permanência	70.125,34	0,45%
Incentivo Á Qualificação	796.927,04	5,09%
Vantagem Pecuniária Individual	149.185,79	0,95%
Gratificação Por Exercício De Funções	442.982,59	2,83%
Gratificação De Tempo De Serviço	14.439,27	0,09%
Férias Vencidas E Proporcionais	90.957,71	0,58%
13. Salário	1.098.918,40	7,02%
Férias - Abono Pecuniário	557.494,98	3,56%
Férias - Abono Constitucional	574.566,41	3,67%
Licença-Prêmio	305.012,55	1,95%
Representação Mensal	6.562.022,30	41,91%
Subsídios	389.546,64	2,49%
Gratificação Por Exercício De Cargo Em Comissão	2.664,20	0,02%
Outros Vencimentos E Vant Fixas - Pessoal Civil Rpps	117.167,08	0,75%
Substituições	35.479,01	0,23%
Soldo	64.464,84	0,41%
Adicional De Habitação	8.122,56	0,05%
Outras VPD Fixas - Pessoal Militar	5.483,52	0,04%
TOTAL	15.657.247,01	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No período em análise, a composição dos gastos com pessoal reflete a estrutura e as prioridades da entidade no que se refere à remuneração e aos benefícios concedidos aos servidores. O total gasto foi de R\$15.657.247,01, distribuído em diversas categorias, conforme detalhado a seguir:

Vencimentos e Salários: Com R\$4.371.686,78, representam 27,92% do total, indicando a maior parcela de despesa, refletindo o compromisso com a remuneração base dos servidores.

Abono de Permanência: R\$70.125,34 (0,45%), demonstrando um incentivo para servidores que optam por permanecer em atividade após atingirem os requisitos para aposentadoria.

Incentivo à Qualificação: R\$796.927,04 (5,09%), destacando a valorização da formação e do aprimoramento profissional.

Vantagem Pecuniária Individual: R\$149.185,79 (0,95%), reflete pagamentos individuais específicos fora do salário base.

Gratificação por Exercício de Funções: R\$442.982,59 (2,83%), ligada ao desempenho de funções especiais ou adicionais.

13º Salário: R\$1.098.918,40 (7,02%), evidenciando a importância desse benefício na composição dos gastos anuais com pessoal.

Representação Mensal: R\$6.562.022,30 (41,91%), a maior proporção dentre todas as categorias, sublinhando o peso significativo de cargos de gestão e representação na estrutura salarial.

Tabela 17 - Encargos Patronais		
Descrição	SALDO	AV
Contribuição Patronal Para o RPPS	828.263,98	39,79%
Encargos De Pessoal Requisitado de Outros Entes	54.020,95	2,60%
Contribuições Previdenciárias - RGPS	1.183.368,32	56,85%
Complementação de Previdência	15.852,78	0,76%
Total	2.081.506,03	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A distribuição dos encargos sociais e previdenciários da entidade, totalizando R\$2.081.506,03, reflete a responsabilidade com contribuições previdenciárias e outros encargos relacionados ao pessoal. As categorias e seus respectivos pesos percentuais no total dos gastos são apresentados da seguinte forma:

Contribuição Patronal para o RPPS: R\$828.263,98, correspondendo a 39,79% do total. Este valor destaca a contribuição significativa da entidade para o regime próprio de previdência dos servidores, evidenciando o compromisso com a segurança previdenciária do seu quadro funcional.

Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes: R\$54.020,95, ou 2,60% do total. Este montante representa os custos associados ao pessoal requisitado de outros órgãos ou entidades, sublinhando a colaboração interinstitucional e a partilha de recursos humanos.

Contribuições Previdenciárias - RGPS: Com um valor de R\$1.183.368,32, esta categoria representa 56,85% do total dos gastos, indicando a maior parcela. Reflete as obrigações da entidade com o regime geral de previdência social, demonstrando a importância das contribuições previdenciárias na gestão fiscal responsável.

Complementação de Previdência: R\$15.852,78, equivalendo a 0,76% do total. Este valor aponta para os gastos com a complementação da previdência para determinados servidores ou pensionistas, garantindo o atendimento às especificidades dos planos de benefícios.

BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO

O valor apresentado de R\$ 3.555.598,48 refere-se à consolidação dos benefícios pagos aos empregados e servidores cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no período em análise.

NOTA 19 - VPD USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tabela 18 - Uso de Material de Consumo		
Descrição	SALDO	AV
Combustíveis E Lubrificantes Automotivos	54.088,46	17,71%
Gêneros Alimentação	41.035,33	13,44%
Material De Expediente	6.406,09	2,10%

Material De Processamento De Dados	40.391,31	13,22%
Material De Copa E Cozinha	3.140,05	1,03%
Material De Limpeza E Produtos De Higienização	1.536,81	0,50%
Material De Proteção E Segurança	773,50	0,25%
Material Para Manutenção De Veículos	21.560,89	7,06%
Bilhetes De Passagem	116.563,12	38,16%
Outros Materiais De Consumo	19.936,00	6,53%
TOTAL	305.431,56	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Dentre os itens elencados, os Bilhetes de Passagem detêm a maior parcela dos gastos, somando R\$ 116.563,12, o que corresponde a 38,16% do total. Este item se destaca significativamente por representar o maior volume de despesas dentro da categoria analisada.

Os Combustíveis e Lubrificantes Automotivos também representam uma parcela considerável dos custos, totalizando R\$ 54.088,46, ou 17,71% do total. Este percentual sublinha a relevância dos custos operacionais relacionados à manutenção e ao funcionamento da frota veicular.

Gêneros de Alimentação e Material de Processamento de Dados vêm a seguir, com despesas de R\$ 41.035,33 (13,44%) e R\$ 40.391,31 (13,22%), respectivamente. Estes itens evidenciam os custos associados à alimentação e à infraestrutura tecnológica, fundamentais para o funcionamento da entidade.

Tabela 19 -Serviços

Descrição	SALDO	A/V %
Diárias Pessoal Civil	627.728,80	16,99%
Diárias - Pessoal Militar	16.625,80	0,45%
Diárias - Colaboradores Eventuais	8.526,80	0,23%
Comunicação De Dados	71.042,58	1,92%
Outros Serviços De Comunicação	428,50	0,01%
Manutenção E Conservação Veículos	4.764,96	0,13%
Serviços De Alimentação	20.600,00	0,56%
Locação De Software	29.409,26	0,80%
Suporte De Infraestrutura De Ti	13.157,47	0,36%
Transporte De Servidores	418.237,10	11,32%
Assinaturas De Periódicos E Anuidades	111.580,00	3,02%
Confecção De Uniformes, Bandeiras E Flamulas	5.512,50	0,15%
Seguros Em Geral	270.696,08	7,33%
Seleção E Treinamento	1.780.128,30	48,19%
Serviços Bancários	40,55	0,00%
Serviços De Cópias E Reprodução De Documentos	41.976,42	1,14%
Serviços Gráficos E Editoriais	18.920,60	0,51%
Passagens E Despesas Com Locomoção	248.341,66	6,72%
Outros Serviços Terceiros - PJ	6.486,50	0,18%
TOTAL	3.694.203,88	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Seleção e Treinamento (48,19% do total): Este item constitui a maior parcela dos gastos, somando 1.780.128,30. O valor expressivo atribuído a Seleção e Treinamento deve-se principalmente ao processo de elaboração e implementação do Plano Estratégico 2024-2027 do Estado de Rondônia. Esse investimento reflete o compromisso com o desenvolvimento de competências internas, a atualização dos colaboradores e a preparação de equipes para os desafios estratégicos futuros, garantindo a eficácia na prestação de serviços e no alcance das metas estabelecidas pelo plano.

Diárias - Pessoal Civil (16,99% do total): Este gasto, que alcança 627.728,80, indica a importância das despesas com diárias para pessoal civil, essencial para o suporte de atividades que exigem deslocamento fora da base de operação usual, incluindo missões, treinamentos externos e representação do Estado em eventos.

Transporte de Servidores (11,32% do total): Com um total de 418.237,10, essa rubrica reflete os custos associados ao transporte de servidores. Essas despesas são fundamentais para garantir a mobilidade e a eficácia operacional, permitindo a realização de inspeções, visitas técnicas e o cumprimento de agendas externas.

Seguros em Geral (7,33% do total): Os gastos de 270.696,08 com seguros destacam a política de gerenciamento de riscos do Estado, protegendo patrimônios, veículos e, principalmente, servidores contra eventuais sinistros, minimizando impactos financeiros e operacionais adversos.

Passagens e Despesas com Locomoção (6,72% do total): Este item, com gastos de 248.341,66, cobre as despesas relacionadas a passagens e outras necessidades de locomoção, essenciais para o desempenho das funções estatais que requerem deslocamento intermunicipal, interestadual e, ocasionalmente, internacional.

Esses itens representam as maiores despesas e são fundamentais para o funcionamento da SEPOG, suportando atividades cruciais que variam desde o desenvolvimento de pessoal até a manutenção da operacionalidade e segurança dos servidores. O destaque para o investimento em Seleção e Treinamento reforça a importância dada à capacitação e ao alinhamento estratégico com os objetivos de longo prazo do Estado de Rondônia.

NOTA 20 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

A depreciação de bens móveis é um reconhecimento contábil da diminuição do valor dos ativos de uma entidade ao longo do tempo. No valor de 450.250,47, reflete a alocação sistemática do custo dos bens móveis durante o período em que se espera que eles gerem benefícios para a organização.

O valor de 450.250,47 registrado como depreciação de bens móveis é, portanto, um elemento crítico que contribui para a precisão dos registros contábeis e a transparência das demonstrações financeiras. É essencial manter essa prática para garantir que todas as partes interessadas tenham uma compreensão clara da depreciação dos ativos e das implicações financeiras relacionadas. Este é um processo fundamental para:

Apresentar uma imagem fiel e justa: O registro de depreciação assegura que as unidades reflitam de forma mais precisa o valor dos ativos e a sua redução ao longo do tempo, proporcionando uma visão realista da situação patrimonial.

Gerenciamento de custos: A depreciação auxilia no gerenciamento dos custos associados aos ativos, distribuindo o custo inicial do bem ao longo de sua vida útil, o que ajuda no planejamento orçamentário e na tomada de decisões financeiras.

Planejamento de substituições: Ao reconhecer a depreciação, a entidade pode planejar com antecedência a substituição de ativos, assegurando que os recursos necessários estarão disponíveis quando os bens chegarem ao fim de sua vida útil operacional.

Benefícios fiscais: A depreciação pode oferecer benefícios fiscais, pois, em geral, reduz o lucro tributável de uma empresa, diminuindo assim o imposto de renda devido.

Transparência para stakeholders: Investidores, credores e outros usuários das demonstrações financeiras esperam ver que a organização pratica uma contabilidade rigorosa, o que inclui o reconhecimento adequado da depreciação.

NOTA 21 - VPD TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais (repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Programa Água Para Todos (9.063.534,54): Este valor foi transferido para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), visando a implementação do Programa Água para Todos. Este programa é essencial para garantir o acesso à água, promovendo melhorias na qualidade de vida e na saúde das comunidades beneficiadas.

Unidade de Caixa (3.651.446,34): Recursos oriundos de operações de créditos não utilizadas foram transferidos para o Caixa Único do Tesouro. Esse procedimento atende ao princípio da unidade de caixa, que visa centralizar os recursos para otimizar a gestão financeira e aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos.

Regularização do PIDISE (2.882.726,13): A movimentação entre contas bancárias da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) teve como finalidade a regularização do programa PIDISE, bem como o encerramento de contas bancárias associadas ao programa, seguindo práticas de boa governança e gestão financeira.

Diversos Resgates de Recursos: Outras quantias, dentro do montante global, referem-se a resgates de recursos controlados pelo Tesouro Estadual, que incluem a correspondência de débitos relacionados às retenções na folha de pagamento dos servidores estaduais (IRRF). Essas operações asseguram a correta administração das finanças públicas e o cumprimento das responsabilidades fiscais.

NOTA 22 - VPD TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

No valor de 100.000,00 em transferências intergovernamentais destaca que este montante se refere especificamente a convênios com municípios. Tais convênios são acordos de cooperação financeira em que o Estado transfere recursos para os municípios, com o objetivo de apoiar a execução de projetos ou programas que beneficiem a população local. Esses recursos permitem que os municípios realizem investimentos em áreas como infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento social, entre outras, ampliando os serviços oferecidos à comunidade e fortalecendo a gestão municipal. A efetivação dessas transferências é fundamental para promover o desenvolvimento integrado e sustentável nos diferentes municípios, garantindo a aplicação de recursos em ações que estejam alinhadas com as necessidades e prioridades locais.

NOTA 23 - VPD TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Nas Transferências a Instituições Privadas, no valor de 35.000,00, referem-se à execução de uma emenda individual de auxílio a instituições sem fins lucrativos. Este valor é destinado ao apoio de entidades privadas que desempenham funções sociais importantes e complementares às ações do Estado, como as de assistência social, educação, saúde, entre outras. As emendas individuais são um mecanismo que permite aos legisladores direcionar recursos para atender demandas específicas, muitas vezes identificadas como urgentes e prioritárias para a comunidade. Com esses recursos, as instituições beneficiadas podem realizar ou expandir projetos e atividades que têm um impacto significativo na sociedade.

NOTA 24 - VPD TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

As Transferências a Consórcios Públicos, no valor de 950.000,00, estão associadas ao pagamento do rateio do Consórcio Brasil Central, do qual o Estado de Rondônia é um dos signatários. Este valor é a contribuição do Estado para o financiamento das atividades do consórcio, que incluem a implementação de projetos e políticas públicas de interesse comum aos estados membros.

O rateio é uma prática comum em consórcios públicos e serve para dividir entre os entes consorciados os custos relacionados à execução de suas funções. A participação no Consórcio Brasil Central permite que o Estado de Rondônia colabore e participe ativamente em iniciativas regionais que buscam o desenvolvimento integrado, a cooperação técnica e a otimização de recursos, trazendo benefícios coletivos para os estados participantes e suas populações.

NOTA 25 - VPD OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

A rubrica "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" no valor de 8.950.753,87 refere-se à restituição dos valores de rendimentos do Programa PIDISE, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa restituição indica a devolução de recursos financeiros que foram gerados como rendimentos de operações de crédito do programa mencionado e que, de acordo com as normativas e acordos estabelecidos, devem ser devolvidos ao BNDES.

Esta operação contábil mostra uma diminuição no patrimônio do Estado de Rondônia, já que os rendimentos, anteriormente registrados como um aumento patrimonial, agora são revertidos e saem das contas do Estado para atender às obrigações contratuais do programa de financiamento.

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046545818** e o código CRC **DCC2694C**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046545818

CONTA	TÍTULO	NÍVEL	I.S.F	SALDO INICIAL	DÉBITO ATÉ O MÊS	CREDITO ATÉ O MÊS	SALDO ATUAL
1000000000	ATIVO	Não		31.006.939,18	67.003.190,85	87.166.715,39	12.443.313,64
1000000000	ATIVO CIRCULANTE	Não		24.579.739,95	65.993.972,99	86.946.125,41	4.610.407,83
1100000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Não		24.259.051,69	64.370.774,20	84.911.089,04	3.750.737,85
1110000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	Não		24.259.051,69	64.370.774,20	84.911.089,04	3.750.737,85
1111000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	Não		22.474.991,01	4.364.101,33	24.917.361,66	1.921.730,68
1111100000	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	Não		22.474.991,01	4.364.101,33	24.917.361,66	1.921.730,68
1111110000	=BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	Sim	F	13.539.114,44	4.178.953,04	15.796.574,79	1.921.452,69
1111119020	=BCO CONTA MOVIMENTO - CAIXA ECONOMICA	Sim	F	0.939.876,57	185.148,25	9.120.766,97	237,99
1111200000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	Não		1.824.860,68	60.006.672,87	59.994.526,38	1.837.007,17
1111240000	RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	Não		1.824.860,68	60.006.672,87	59.994.526,38	1.837.007,17
1111240100	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	Não		1.824.860,68	60.006.672,87	59.994.526,38	1.837.007,17
1111240101	=LIMITE DE SAQUE	Sim	F	1.824.860,68	31.540.000,07	31.527.053,68	1.837.007,17
1111240102	LIMITE DE SAQUE - BLOQUEADO	Sim	F	0,00	28.466.672,00	28.466.672,00	0,00
1130000000	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	Não		165.535,56	870.561,40	681.922,08	354.164,08
1130000000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	Não		125.000,00	870.561,40	670.561,40	325.000,00
1131000000	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	Não		125.000,00	870.561,40	670.561,40	325.000,00
1131100000	SUPRIMENTO DE FUNDOS	Sim	P	0,00	17.680,00	17.680,00	0,00
1131100000	ADIANTAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	Não		125.000,00	200.000,00	0,00	325.000,00
1131103010	CONVÊNIOS	Sim	P	125.000,00	200.000,00	0,00	325.000,00
1131190000	ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	Não		0,00	652.081,40	652.081,40	0,00
1131190100	=DIARIAS	Sim	P	0,00	652.081,40	652.081,40	0,00
1130000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	Não		40.535,56	0,00	11.370,68	29.164,88
1130000000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	Não		40.535,56	0,00	11.370,68	29.164,88
1130100000	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	Não		40.535,56	0,00	11.370,68	29.164,88
1130190200	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO (P)	Sim	P	40.535,56	0,00	11.370,68	29.164,88
1150000000	ESTOQUES	Não		26.124,70	52.085,83	51.736,66	26.473,87
1150000000	ALMOXARIFADO	Não		26.124,70	52.085,83	51.736,66	26.473,87
1150100000	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	Não		26.124,70	52.085,83	51.736,66	26.473,87
1150100000	=MATERIAL DE CONSUMO	Sim	P	26.124,70	47.815,83	47.470,66	26.473,87
1150102000	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Sim	P	0,00	4.266,00	4.266,00	0,00
1150000000	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	Não		80.220,00	690.451,56	299.568,63	479.110,93
1150100000	PREÇOS DE SEGUROS A APROPRIAR	Não		0,00	568.050,00	568.050,00	0,00
1151000000	PREÇOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	Sim	P	0,00	568.050,00	568.050,00	0,00
1151000000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	Não		80.220,00	122.401,56	39.212,38	171.417,18
1151000000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	Sim	P	80.220,00	122.401,56	39.212,38	171.417,18
1200000000	ATIVO NÃO CIRCULANTE	Não		7.227.899,23	1.019.317,86	1.221.589,58	7.024.026,11
1200000000	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Não		3.953.861,15	0,00	0,00	3.953.861,15
1210000000	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	Não		3.953.861,15	0,00	0,00	3.953.861,15
1212100000	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	Não		3.953.861,15	0,00	0,00	3.953.861,15
1212104000	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO PROVENIENTES DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	Não		42.426.016,85	0,00	0,00	42.426.016,85
12121040100	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	Sim	P	52.811,00	0,00	0,00	52.811,00
12121040300	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE RERO ADMINISTRATIVO	Sim	P	1.511,83	0,00	0,00	1.511,83
12121040400	CRÉDITOS A RECEBER POR USO INDIVÍDUO DE COTA	Sim	P	22.135,39	0,00	0,00	22.135,39
12121045000	OUTROS CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	Sim	P	42.351.558,63	0,00	0,00	42.351.558,63
1212190000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	Não		-30.474.155,70	0,00	0,00	-30.474.155,70
1212190100	* (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS AJUDADOS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	Sim	P	-30.474.155,70	0,00	0,00	-30.474.155,70
1230000000	IMOBILIZADO	Não		3.273.237,08	1.019.317,86	1.221.589,58	3.070.964,96
1230000000	BENS IMÓVEIS	Não		3.002.277,77	1.575.743,04	400.826,90	4.977.193,91
1231000000	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	Não		3.002.277,77	1.575.743,04	400.826,90	4.977.193,91
1231100000	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	Não		127.321,47	361.863,80	230.582,43	258.602,84
1231101000	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	Sim	P	1.442,16	154.000,53	154.000,53	1.442,16
1231101020	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	Sim	P	8.893,07	33,17	0,00	8.916,24
1231101030	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	Sim	P	197,36	76.581,50	76.581,50	197,36
1231101050	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	Sim	P	5.195,12	1.426,93	0,00	6.622,05
1231101070	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	Sim	P	56.590,75	128.612,74	0,00	224.603,49
1231101090	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	Sim	P	710,43	1.208,83	0,00	1.926,96
1231101900	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	Sim	P	14.094,58	0,00	0,00	14.094,58
1231102000	BENS DE INFORMÁTICA	Não		1.130.883,40	707.020,84	21.081,43	1.096.822,61
1231102010	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Sim	P	919.346,07	706.277,93	17.173,69	1.680.450,31
1231102020	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Sim	P	211.537,33	742,91	3.907,74	208.376,50
1231103000	MOVÉIS E UTENSÍLIOS	Não		507.565,95	100.544,76	5.622,91	602.409,40
1231103010	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	Sim	P	3.839,93	230,00	0,00	4.069,93
1231103020	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	Sim	P	5.471,95	450,93	0,00	5.922,88
1231103030	MOBILIÁRIO EM GERAL	Sim	P	451.690,01	99.591,59	5.397,31	505.804,29
1231103040	UTENSÍLIOS EM GERAL	Sim	P	6.594,06	272,24	0,00	6.866,30
1231104000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	Não		189.151,65	13.069,91	11.564,00	190.636,74
1231104020	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	Sim	P	3.542,03	823,68	0,00	4.365,71
1231104050	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	Sim	P	185.609,62	12.245,23	11.564,00	106.290,05
1231105000	VEÍCULOS	Não		470.290,00	313.244,73	131.971,73	651.563,00
1231105010	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	Sim	P	470.290,00	313.244,73	131.971,73	651.563,00
1231190000	DEMAIS BENS IMÓVEIS	Não		1.377.065,30	0,00	0,00	1.377.065,30
1231190200	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	Sim	P	1.375.910,30	0,00	0,00	1.375.910,30
1231190500	OUTROS BENS IMÓVEIS	Sim	P	1.155,00	0,00	0,00	1.155,00
1232000000	BENS IMÓVEIS	Não		0,00	138.825,89	138.825,89	0,00
1232100000	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	Não		0,00	138.825,89	138.825,89	0,00
1232107000	INSTALAÇÕES	Sim	P	0,00	138.825,89	138.825,89	0,00
1236000000	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	Não		-529.040,69	104.748,93	681.937,19	-1.106.228,95
1236100000	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	Não		-529.040,69	104.748,93	681.937,19	-1.106.228,95
1236100000	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	Não		-529.040,69	104.748,93	681.937,19	-1.106.228,95
1236101000	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	Sim	P	-18.238,45	25.272,98	39.792,69	-29.758,16
1236101020	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	Sim	P	-363.910,79	12.609,50	464.510,72	-916.342,79
1236101030	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MOVÉIS E UTENSÍLIOS	Sim	P	-63.760,72	36.267,64	77.606,74	-105.039,82
1236101040	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	Sim	P	-13.223,75	0,00	27.021,46	-40.345,21
1236101050	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	Sim	P	-72.774,80	24.011,44	65.320,26	-114.083,62
1236101900	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	Sim	P	0,00	6.626,97	0,00	6.626,97
2000000000	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Não		31.006.939,18	113.406.253,39	94.042.728,65	12.443.313,64
2000000000	PASSIVO CIRCULANTE	Não		46.244,43	57.697.933,21	57.665.570,47	13.881,69
2100000000	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	Não		0,00	27.681.900,43	27.681.900,43	0,00
2110000000	PESSOAL A PAGAR	Não		0,00	19.247.364,67	19.247.364,67	0,00
2111000000	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	Não		0,00	19.247.364,67	19.247.364,67	0,00
2111100000	PESSOAL A PAGAR	Não		0,00	19.247.364,67	19.247.364,67	0,00
2111101000	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	Não		0,00	13.089.122,46	13.089.122,46	0,00
2111101001	=SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	Sim	F	0,00	13.089.122,46	13.089.122,46	0,00
2111101020	DECIMO TERCEIRO SALÁRIO	Não		0,00	3.408.351,71	3.408.351,71	0,00

21881840582	=Depositos a Transferir - Penhoras	Sim	F	0.792,75	0.792,75	0,00	0,00
21881849500	OUTROS DEPOSITOS	Não		0,00	9.275.542,95	9.275.542,95	0,00
21881849508	=Descontos/Multas Contratuais	Sim	F	0,00	9.127.676,67	9.127.676,67	0,00
21881849516	PP DEVOLVIDA PELO BANCO	Sim	F	0,00	126.187,28	126.187,28	0,00
21881849599	=DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - DDO	Sim	F	0,00	21.680,00	21.680,00	0,00
21881950000	OUTROS VALORES RESTITUTIVIS	Não		140,25	140,25	0,00	0,00
21881955500	=OUTROS DEPOSITOS RESTITUTIVIS E VALORES VINCULADOS	Sim	F	140,25	140,25	0,00	0,00
21882000000	VALORES RESTITUTIVIS - INTRA OFSS	Não		3.720,74	2.575.426,63	2.571.705,89	0,00
21882010000	CONSIGNAÇÕES	Não		3.720,74	2.575.426,63	2.571.705,89	0,00
21882010100	=RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	Sim	F	0,20	711.015,17	711.014,97	0,00
21882010400	=IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	Sim	F	3.720,54	1.864.411,46	1.860.690,92	0,00
21882000000	VALORES RESTITUTIVIS - INTER OFSS - UNIÃO	Não		1.250,95	557.260,32	556.001,33	0,00
21882010000	CONSIGNAÇÕES	Não		1.250,95	557.260,32	556.001,33	0,00
21883010200	=CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	Sim	F	1.250,95	557.260,32	556.001,33	0,00
21885000000	VALORES RESTITUTIVIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	Não		4.749,73	154.084,57	150.134,04	0,00
21885010000	CONSIGNAÇÕES	Não		4.749,73	154.084,57	150.134,04	0,00
21885010000	ISS	Sim	F	4.749,73	154.084,57	150.134,04	0,00
21890000000	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	Não		12.990,00	1.932.975,12	1.932.975,12	12.990,00
21891000000	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	Não		0,00	1.929.354,60	1.929.354,60	0,00
21891020000	DIARIAS A PAGAR	Não		0,00	644.354,60	644.354,60	0,00
21891020100	DIARIAS A PAGAR (F)	Sim	F	0,00	644.354,60	644.354,60	0,00
21891020600	SUBVENÇÕES A PAGAR	Não		0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
21891020100	SUBVENÇÕES A PAGAR (F)	Sim	F	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
21891010000	CONSORCIOS A PAGAR	Não		0,00	950.000,00	950.000,00	0,00
21891010100	CONSORCIOS A PAGAR (F)	Sim	F	0,00	950.000,00	950.000,00	0,00
21891900000	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	Não		0,00	35.000,00	35.000,00	0,00
21891900100	=DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (F)	Sim	F	0,00	35.000,00	35.000,00	0,00
21892000000	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO-INTRA OFSS	Não		12.990,00	3.620,52	3.620,52	12.990,00
21892900000	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	Não		12.990,00	3.620,52	3.620,52	12.990,00
21892900100	=OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZ	Sim	F	0,00	1.206,84	1.206,84	0,00
21892900200	=OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZ	Sim	P	0,00	2.413,68	2.413,68	0,00
21892900400	=OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	Sim	P	12.990,00	0,00	0,00	12.990,00
23000000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Não		31.760.593,75	55.708.320,10	36.377.150,38	12.429.431,95
23700000000	RESULTADOS ACUMULADOS	Não		31.760.593,75	55.708.320,10	36.377.150,38	12.429.431,95
23710000000	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	Não		31.760.593,75	55.708.320,10	36.377.150,38	12.429.431,95
23711000000	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	Não		11.571.054,64	34.099.070,93	1.450.137,96	-21.037.030,33
23711010000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	Sim		0,00	33.076.079,61	1.421.947,17	-32.454.932,44
23711020000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Sim		11.571.054,64	0,00	0,00	11.571.054,64
23711030000	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (F)	Não		0,00	222.191,32	68.150,79	-154.000,53
23711030200	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	Sim		0,00	222.191,32	68.150,79	-154.000,53
23712000000	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	Não		23.196.749,57	20.271.855,88	34.887.020,42	37.811.510,01
23712010000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	Sim		0,00	20.271.855,88	34.887.020,42	14.615.160,44
23712020000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Sim		23.196.749,57	0,00	0,00	23.196.749,57
23713000000	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	Não		-397.707,11	1.103.368,32	0,00	-1.501.155,43
23713010000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	Sim		0,00	1.103.368,32	0,00	-1.103.368,32
23713020000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Sim		-397.707,11	0,00	0,00	-397.707,11
23714000000	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	Não		-2.110,31	0,00	0,00	-2.110,31
23714020000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Sim		-2.110,31	0,00	0,00	-2.110,31
23715000000	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	Não		-2.607.353,04	154.020,95	0,00	-2.761.373,99
23715010000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	Sim		0,00	154.020,95	0,00	-154.020,95
23715020000	SUPERAVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Sim		-2.607.353,04	0,00	0,00	-2.607.353,04
30000000000	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	Não		0,00	56.399.645,69	56.399.645,69	0,00
31000000000	PESSOAL E ENCARGOS	Não		0,00	21.301.463,35	21.301.463,35	0,00
31100000000	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	Não		0,00	15.579.176,09	15.579.176,09	0,00
31110000000	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	Não		0,00	15.579.176,09	15.579.176,09	0,00
31120000000	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	Não		0,00	15.579.176,09	15.579.176,09	0,00

PDF Excel

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis, (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido) constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO, relativas ao exercício de 2023, regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 17, , representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

FERNANDO RODRIGO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão fica localizada na Av. Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Curvo 02, Edifício Rio Cautário, 6º andar, bairro: Pedrinhas, CEP: 76801-470, Porto Velho – RO.

É o órgão Central dos Sistemas de Planejamento, Orçamento e Gestão das demais organizações públicas do estado, sendo elas diretas ou indiretas. Esta definição pode ser encontrada no art. Art. 117 LEI COMPLEMENTAR N. 965, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

A SEPOG é responsável por:

- I - Coordenar a elaboração, consolidar, reformular e acompanhar a execução do orçamento do Estado, bem como do Plano Plurianual - PPA;
- II - Estabelecer a programação orçamentária da despesa e da receita do Estado elaborando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a Lei Orçamentária Anual;
- III - Coordenar os programas e projetos especiais no âmbito do Estado;
- IV - Supervisionar e coordenar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do Estado, bem como revê-los, consolidá-los, compatibilizá-los e avaliá-los;
- V - Coordenar as atividades relacionadas à elaboração de Projetos para complementação das ações de planejamento, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- VI - Coordenar e acompanhar as Unidades Avançadas de Planejamento e Gestão Regional;
- VII - Articular e apoiar o desenvolvimento regional do Estado;
- VIII - O exercício da coordenação-geral dos Órgãos e Entidades estaduais quanto aos aspectos substantivos da política estadual de planejamento, orçamento e gestão, inclusive para obtenção de recursos, viabilização e controle da execução de planos, programas e projetos.

IX - A geração dos principais dados socioeconômicos para compor a formação do Sistema de Informações Gerenciais do Governo do Estado, municípios e sociedade em geral;

X - Coordenar a produção, análise e divulgação de informações estatísticas;

XI - Normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de recursos humanos;

XII - Elaborar estudos em conjunto com a Estado para Resultados - EPR (S/C) que possibilitem identificar e avaliar os fatores concorrentes para a realização do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável - PDES e do Plano Estratégico Rondônia de Oportunidades, bem como execução de seus respectivos programas, projetos, processos e ações, de acordo com as diretrizes governamentais e estratégicas estabelecidas;

XIII - Promover a interação com os Órgãos afetos ao desenvolvimento dos setores produtivos com vistas a harmonizar e compatibilizar as ações de planejamento, de execução e de avaliação dos resultados preconizados nos programas, projetos, processos e ações daqueles Órgãos;

XIV - Articular com Órgãos federais, agências de desenvolvimento e instituições financeiras de recursos e linhas de financiamento divulgando junto aos Órgãos dos setores produtivos as disponibilidades e os requisitos para sua captação;

XV - Elaborar relatórios periódicos de execução referentes aos programas, projetos, processos e ações desenvolvidas pelos Órgãos e Entidades relacionadas com os setores produtivos do Estado propondo, por demanda, os ajustes necessários;

XVI - Apoiar os municípios, técnica e financeiramente, na implantação de políticas públicas, formalizando convênios ou outras medidas pertinentes;

XVII - Oferecer apoio e assessoramento técnico aos municípios e organizações comunitárias de cada região do Estado visando potencializar a integração regional, a racionalização da destinação e utilização dos recursos públicos e a atração de investimentos privados; e

XVIII - Realizar a Gestão Patrimonial do Governo do Estado de Rondônia.

Base De Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição; que tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP, e ainda observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (9ª ed.), a publicação dele é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Portanto, devido ao fato desta SEPOG não exercer atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será objeto de análise no presente relatório.

Moeda Funcional, Moeda De Apresentação E Base De Mensuração: A moeda funcional e Moeda de Apresentação é o Real e a base de mensuração é o Custo Histórico, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Créditos E Dívidas: Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à

taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste.

Estoques: Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Imobilizado: O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação, Amortização E Exaustão: Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso. Ao final do exercício as entidades através de relatório extraído do E-Estado puderam realizar revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo

Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável: Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no [sítio www.transparencia.ro.gov.br](http://www.transparencia.ro.gov.br) (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos.

Retenções: O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

Transferências De Ativos: O valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, este deverá ser evidenciado em notas explicativas.

Depósitos Judiciais: O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP) - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Patrimonial (BP) da SEPOG evidencia os ativos, os passivos e o Patrimônio Líquido, e sua evolução em 2023 em relação a 2022.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 e 01.01.2022 a 31.12.2022

ATIVO	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.758.737,85	24.299.851,69
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	1	3.758.737,85	24.299.851,69
Demais Créditos a Curto Prazo	2	354.164,88	165.535,56
Adiantamentos concedidos		325.000,00	125.000,00
Outros Créditos a receber e Valores a Curto Prazo		29.164,88	40.535,56
Estoques	3	26.473,87	26.124,70
Almoxarifado		26.473,87	26.124,70
VPD Pagas Antecipadamente	4	479.110,93	88.228,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	4	307.693,75	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4	171.417,18	88.228,00
Total do Ativo Circulante		4.618.487,53	24.579.739,95

Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	5	3.953.861,15	3.953.861,15
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5	3.953.861,15	3.953.861,15
Imobilizado	6	3.870.964,96	3.273.237,08
Bens Móveis	6	4.977.193,91	3.802.277,77
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas		-1.106.228,95	-529.040,69
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		7.824.826,11	7.227.098,23
TOTAL DO ATIVO		12.443.313,64	31.806.838,18
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Janeiro a Junho/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7	0,00	0,00
Pessoal a Pagar		0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	8	0,00	1.500,00
Provisões para Riscos Fiscais a curto prazo		0,00	1.500,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	9	13.881,69	44.744,43
Valores Restituíveis		891,69	31.754,43
Outras Obrigações a Curto Prazo		12.990,00	12.990,00
Total do Passivo Circulante		13.881,69	46.244,43
Passivo Não Circulante			
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões para Riscos fiscais a LP		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimônio Líquido	10		
Resultados Acumulados		12.429.431,95	31.760.593,75
Superávit ou Déficit Acumulados		12.429.431,95	31.760.593,75
Total do Patrimônio Líquido		12.429.431,95	31.760.593,75
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.443.313,64	31.806.838,18

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTE

ATIVO (I)	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Ativo Financeiro	3.758.737,85	24.299.851,69
Ativo Permanente	8.684.575,79	7.506.986,49
Total do Ativo	12.443.313,64	31.806.838,18
PASSIVO (II)		

Passivo Financeiro	1.789.108,17	3.374.553,16
Passivo Permanente	12.990,00	14.490,00
Total do Passivo	1.802.098,17	3.389.043,16
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I) - (II)	10.641.215,47	28.417.795,02

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Especificação	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00
Direitos Contratuais em Execução	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	610.000,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	610.000,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DE SUPERATIV/DEFICIT

FONTE DE RECURSOS DESCRIÇÃO DA FONTE	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Recursos Ordinários	48.137,15	472.119,94
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	48.136,99	472.119,94
501 - Outros Recursos Não Vinculados	0,16	0,00
Vinculado	1.921.492,53	20.453.178,59
700 Outras Transferências de Convênio ou Instrumentos Congêneres da União	1.921.492,53	8.968.260,84
749 Outras Vinculações de Transferências	0,00	29.012,44
754 Recursos de Operações de Crédito	0,00	11.459.596,54
869 Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	-3.691,23
TOTAL	1.969.629,68	20.925.298,53

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, que são investimentos com vencimento original de até três meses.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição (2023)

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
BCO CONTA MOVIMENTO - BANCO DO BRASIL	1.921.492,69	13.539.114,44	-11.617.621,75	-85,81
BCO CONTA MOVIMENTO - CAIXA ECONOMICA	237,99	8.935.876,57	8.935.638,58	-99,97
TRANSAÇÕES INTRA	1.837.007,17	1.824.860,68		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A redução significativa em todas as contas de movimento durante o ano de 2023 reflete uma mudança substancial na gestão de caixa da entidade. Essa transformação foi impulsionada por realocações estratégicas das políticas de investimento, resultando em alterações no volume de transações e outras decisões operacionais relevantes. Entre essas decisões, destacam-se a transferência do programa "Água Para Todos" para a SEOSP, no total de 9.063.534,54, bem como a finalização do programa PIDISE, com a saída do montante de 9.457.868,44.

NOTA 2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Representa os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

A Rubrica de "Adiantamentos Concedidos" compreende o saldo de execução de convênio em fiscalização, ainda pendentes do recebimento de prestação de contas.

Na rubrica "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo" estão incluídos saldos referentes à devolução de saldo de convênios.

Tabela 2 - Composição dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (2023)

Descrição	2023 (R\$)	2022 (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)
Demais Créditos a Curto Prazo	354.164,88	165.535,56	+188.629,32	+113,94%
Adiantamentos Concedidos	325.000,00	125.000,00	+200.000,00	+160,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	29.164,88	40.535,56	-11.370,68	-28,04%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 3 - ESTOQUES

A conta "Estoques" retém os saldos de almoxarifado de bens de consumo da unidade.

NOTA 4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As "Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente" trata-se de despesa com assinatura de licença de serviço de assinatura de plataforma de web-conferência e os prêmios de seguro a apropriar são licenças de software de auditoria da LGPD adquiridas com seguro garantia.

Tabela 3 - Realizável A Longo Prazo

VPD Pagas Antecipadamente	479.110,93	88.228,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	307.693,75	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	171.417,18	88.228,00

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 5 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O ativo Realizável a longo prazo abriga as inscrições por dano ao patrimônio público inscritos após Tomadas de Contas Especiais conforme o quadro abaixo:

Tabela 4 - Realizável A Longo Prazo

Descrição	Total
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	52.811,00

Créditos a Receber Decorrentes de Erro Administrativo	1.511,83
Créditos a Receber Por Uso Indevido de Cota	22.135,39
Outros Créditos Administrativos	42.351.558,63
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a LP	-38.474.155,70
Total	3.953.861,15

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

A conta redutora “Ajuste De Perdas” permitiu que as inscrições em cada CPF, ocorridas no total do dano solidário apurado, fossem trazidos ao valor real impedindo assim que o ativo ficasse supervalorizado.

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O Imobilizado da SEPOG é composto por bens móveis que compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Tabela 5 - Bens Móveis

Bens Móveis	dez/23	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos E Ferramentas	258.602,8	7,18%
Bens de Informática	1.896.822,8	52,67%
Móveis e Utensílios	602.483,4	16,73%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	190.656,6	5,29%
Veículos	651.563,0	18,09%
Outros Bens Móveis	1.155,0	0,03%
Total	3.601.283,6	100%
Depreciação Acumulada	-1.106.228,95	-31%
Valor Contábil Líquido	2.495.054,66	

Fonte: Sistema Integrado De Planejamento E Gestão Fiscal (SIGEF)

A diferença entre o valor contabilizado e anexo TC-15 refere-se a rubrica “Demais bens móveis” que abriga os “Bens Em Poder De Terceiros”, com o valor de 1.375.910,30 (um milhão e trezentos e setenta e cinco mil e novecentos e dez reais e trinta centavos) referente a Máquina de Calcário móvel, com tombamento 6356, incorporado ao patrimônio da SEPOG em 06 de Dezembro de 2016 pela 2016NL00393 e cedida a CMR (Companhia de Mineração de Rondônia) e está em fase final do processo de regularização patrimonial e há expectativa que se concretize durante o exercício de 2024.

A Depreciação acumulada é equivalente a 31% do total dos bens móveis e a conta com maior expressividade são os bens de informática, representando 52,67% do total.

A SEPOG não detém imóveis em seu inventário.

Em virtude de incorreções identificados nos relatórios do E-Estado, foram necessários ajustes adicionais para garantir a integridade e a precisão das informações contidas no relatório de inventário:

1. Correção da coluna "depreciação de anos anteriores" que calculava depreciação de itens incorporados dentro do exercício de 2023.
2. Correção da coluna "Valor Residual" que calculava o valor residual em função do valor contábil líquido do final do exercício de 2022 (violação do método de Custo Histórico).

3. Correção de itens Recebidos em Transferências que constavam sem Valor Residual (72 itens), e em função do problema nº 2, o valor contábil líquido aparecia zerado no TC-15.
4. Os totais das contas de depreciação apresentados "em linha" em vez de coluna, estavam errados.
5. A coluna "Data da carga do bem na unidade" apresenta a data da última modificação do bem na unidade e não da carga.
6. Correção da coluna "Valor depreciável" que era calculado em função do Valor contábil líquido do final do exercício de 2022.
7. Correção da coluna "Valor de depreciação mensal" que em função dos erros anteriores era calculado de forma errada.
8. Correção dos cálculos da "Depreciação acumulada" que em que havia uma distorção de negativa, gerando um ativo supervalorizado.

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A SEPOG não registrou Obrigações Trabalhistas e previdenciárias a pagar ao final do exercício.

NOTA 8 - PROVISÕES A CURTO E LONGO PRAZO

A SEPOG não registrou provisões ao final do exercício de 2023.

NOTA 9 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As "Demais Obrigações A Curto Prazo", incluem os valores restituíveis e outras obrigações a curto prazo, referente a cessão não onerosa recebida de bens móveis.

NOTA 10 - AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o ano de 2023, foram realizados ajustes nos registros contábeis do Ativo Imobilizado visando corrigir inconsistências e garantir a precisão das informações patrimoniais da entidade, dentre elas, correção da contabilização errada no relatório E-Estado da depreciação de anos anteriores gerando uma diferença de 154.000,53 nos Ajustes de Exercícios Anteriores.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046111489** e o código CRC **52A912C9**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)- Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/1964

O Balanço Orçamentário da SEPOG demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	 6.1 	0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
Receita Patrimonial	6.1	0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)		0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
OPERAÇÕES DE CRED./REFINANCIAM. (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/REFINANCIAM. (V) = (III+IV)		0,00	570.271,28	1.358.334,33	788.063,05
DÉFICIT (VI)		0,00	0,00	37.035.863,99	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)		0,00	570.271,28	38.394.198,32	788.063,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	18.605.867,06	11.517.967,10	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	18.605.867,06	11.517.967,10	
Reabertura de créditos adicionais		0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) Nota [6.1.1]	70.710.787,00	40.784.744,44	26.881.477,85	26.305.092,62	26.305.092,62	13.903.266,59
Pessoal e Encargos Sociais	57.501.677,00	29.193.010,69	17.796.418,29	17.796.418,29	17.796.418,29	11.396.592,40
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.209.110,00	11.591.733,75	9.085.059,56	8.508.674,33	8.508.674,33	2.506.674,19
DESPESAS DE CAPITAL (IX) Nota [6.1.1]	198.954.164,00	15.666.337,75	11.512.720,47	10.300.889,22	10.300.889,22	4.153.617,28
Investimentos	198.954.164,00	15.666.337,75	11.512.720,47	10.300.889,22	10.300.889,22	4.153.617,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	61.534.034,00	5.380.000,00	0,00	0,00	0,00	5.380.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANÇ (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANÇ (XII) = (XI+XII)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	331.198.985,00	61.831.082,19	38.394.198,32	36.605.981,84	36.605.981,84	23.436.883,87
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES Nota 8	0,00	787.113,20	578.751,38	578.751,38	208.361,82	0,00
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	787.113,20	578.751,38	578.751,38	208.361,82	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.163.431,53	392.254,00	231.740,96	231.740,96	2.323.944,57	0,00
Investimentos	2.163.431,53	392.254,00	231.740,96	231.740,96	2.323.944,57	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.163.431,53	1.179.367,20	810.492,34	810.492,34	2.532.306,39	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)
DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CORRENTES					
Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

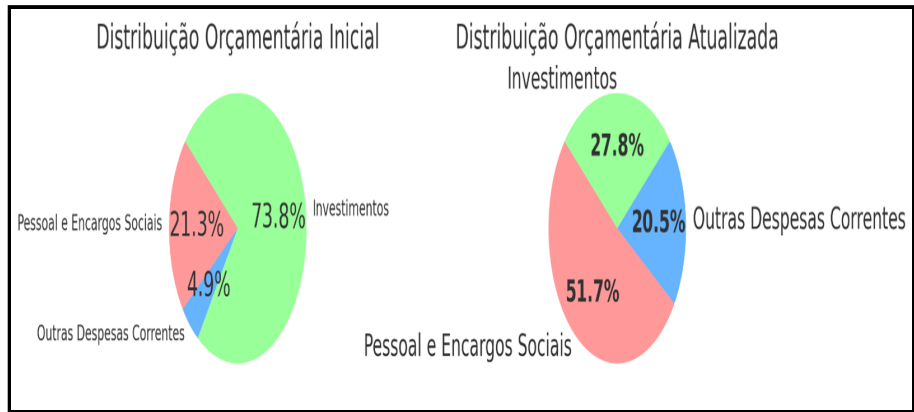
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 6 - DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (CORRENTE E DE CAPITAL)

Ao longo do exercício financeiro, observou-se uma significativa readequação orçamentária, refletida tanto nas Despesas Correntes quanto nas Despesas de Capital. Originalmente, a Dotação Orçamentária contemplava um total de R\$331.198.985,00, distribuídos entre Despesas Correntes (R\$70.710.787,00) e Despesas de Capital (R\$198.954.164,00), além de uma Reserva de Contingência (R\$61.534.034,00). A execução orçamentária atualizada mostra uma redução substancial, totalizando R\$61.831.082,19, com as Despesas Correntes ajustadas para R\$40.784.744,44 e as Despesas de Capital para R\$15.666.337,75. Esta realocação orçamentária reflete a adaptação às necessidades emergenciais e reajustes estratégicos, visando otimizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Gráfico 1 - Distribuição orçamentária inicial e atualizada



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 6.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária de 2023 reflete o comprometimento da gestão em adaptar-se às dinâmicas econômicas e fiscais, garantindo a eficiência e eficácia na alocação e utilização dos recursos públicos. Conforme o Anexo 10 e o Balanço Orçamentário, a execução das receitas orçamentárias demonstrou uma capacidade notável de superação das metas previstas inicialmente, evidenciada pela arrecadação significativa em diversas categorias.

A receita orçamentária atualizada totalizou R\$570.271,28, com a arrecadação até o mês alcançando R\$1.358.334,33, superando as expectativas iniciais. Esse resultado expressivo deve se principalmente às seguintes fontes de receita:

Tabela 6 - Receita orçamentária

FONTE	ORÇADA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
1500100001	0,00	0,00	5.072,39
1501000001	0,00	0,00	141,15
1700000001	0,00	179.211,03	356.683,17
1706003110	0,00	0,00	2.587,34
1754000001	0,00	391.060,25	993.850,28
Total	0,00	570.271,28	1.358.334,33

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Nota 6.1.1 - Execução Da Despesa Orçamentária (Despesa Empenhada Por Grupo De Despesa)

Tabela 7 - Execução da Despesa Orçamentária

Descrição	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	AH (%)	Saldo da Dotação (R\$)
Despesas Correntes	40.784.744,44	26.881.477,85	65,91	13.903.266,59
Pessoal e Encargos Sociais	29.193.010,69	17.796.418,29	60,96	11.396.592,40
Outras Despesas Correntes	11.591.733,75	9.085.059,56	78,38	2.506.674,19
Despesas de Capital	15.666.337,75	11.512.720,47	73,49	4.153.617,28
Reserva de Contingência	5.380.000,00	0,00	0,00	5.380.000,00
Total das Despesas	61.831.082,19	38.394.198,32	62,10	23.436.883,87

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A execução orçamentária das despesas em 2023 apresentou a seguinte distribuição:

Despesas Correntes: A Dotação Atualizada foi de R\$40.784.744,44, das quais R\$26.881.477,85 foram empenhadas, resultando em um saldo de R\$13.903.266,59.

Pessoal e Encargos Sociais: Dentro das Despesas Correntes, a Dotação Atualizada para Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$29.193.010,69, com despesas empenhadas de R\$17.796.418,29, deixando um saldo de R\$11.396.592,40.

Outras Despesas Correntes: A Dotação Atualizada foi de R\$11.591.733,75, com despesas empenhadas de R\$9.085.059,56, e um saldo de R\$2.506.674,19.

Despesas de Capital (Investimentos): A Dotação Atualizada foi de R\$15.666.337,75, com despesas empenhadas de R\$11.512.720,47, resultando em um saldo de R\$4.153.617,28.

Reserva de Contingência: Houve uma Dotação Atualizada de R\$5.380.000,00, sem despesas empenhadas, mantendo o saldo integral.

Total das Despesas: Incluindo as Despesas Correntes, de Capital e a Reserva de Contingência, a Dotação Atualizada foi de R\$61.831.082,19, com despesas empenhadas de R\$38.394.198,32, totalizando um saldo de R\$23.436.883,87.

Na tabela 9 apresenta-se o valor das despesas empenhadas - outras despesas correntes por P/A e natureza.

Tabela 8 - Outras despesas correntes

P/A	NATUREZA	FONTE	Desp. Empenh.	A/V
2486	335041 Contribuições	1500007011	3.068,75	0,03%
2486	335041 Contribuições	1500007014	20.000,00	0,22%
4545	337170 Rateio pela Participação em Consórcio Público	1500000001	950.000,00	10,46%
2091	339008 Outros Benefícios Assistenciais	1500000001	187.761,65	2,07%
2064	339014 Diárias - Civil	1500000001	5.767,80	0,06%
2079	339014 Diárias - Civil	1500000001	208.824,30	2,30%
2087	339014 Diárias - Civil	1500000001	300.224,10	3,30%
2096	339014 Diárias - Civil	1500000001	52.817,40	0,58%

2422	339014 Diárias - Civil	1500000001	53.687,20	0,59%
2464	339014 Diárias - Civil	1500000001	6.408,00	0,07%
2087	339015 Diárias - Militar	1500000001	16.625,80	0,18%
2091	339019 Auxílio Fardamento	1500000001	5.483,52	0,06%
2064	339030 Material de Consumo	1500000001	47.227,31	0,52%
2087	339030 Material de Consumo	1500000001	206.698,77	2,28%
2087	339033 Passagens e Despesas com Locomoção	1500000001	456.000,00	5,02%
2087	339036 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	1500000001	8.526,80	0,09%
2079	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	54.381,40	0,60%
2079	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	2500000001	1.691.213,83	18,62%
2087	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	270.158,58	2,97%
2096	339039 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	1500000001	123.960,00	1,36%
2064	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1500000001	330.095,20	3,63%
2087	339040 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	1500000001	108.386,67	1,19%
2091	339046 Auxílio-Alimentação	1500000001	3.555.598,48	39,14%
2091	339049 Auxílio-Transporte	1500000001	418.237,10	4,60%
2091	339093 Indenizações e Restituições	1500000001	600,00	0,01%
2087	339147 Obrigações Tributárias e Contributivas	1500000001	2.100,06	0,02%
2087	339192 Despesas de Exerc. Anteriores	1500000001	1.206,84	0,01%
Total			9.085.059,56	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Neste detalhamento das despesas empenhadas, observamos uma distribuição abrangente de gastos em diversas categorias, evidenciando a complexidade e a variedade das operações orçamentárias da entidade. Entre as categorias apresentadas, algumas se destacam pelo seu vulto, demonstrando áreas de significativa alocação de recursos. Abaixo, detalhamos as despesas de maior vulto e suas particularidades:

339046 - Auxílio-Alimentação: Representando a maior parcela das despesas, com um total de R\$3.555.598,48, essa categoria equivale a 39,14% do total empenhado. O auxílio-alimentação é uma despesa recorrente significativa, refletindo o compromisso da entidade em prover benefícios essenciais aos seus colaboradores, tanto para a melhoria da qualidade de vida quanto para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

339039 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica (SUPERÁVIT): Este item específico soma R\$1.691.213,83, representando 18,62% do total. Esta despesa indica um investimento considerável em serviços externos fornecidos por empresas, abrangendo uma gama de atividades e suportes especializados que são cruciais para a operacionalização e eficiência da entidade.

337170 - [MIG] Rateio pela Participação em Consórcio Público: Com um valor de R\$950.000,00, esta despesa corresponde a 10,46% do total. O rateio por participação em consórcios públicos evidencia o investimento em colaborações intergovernamentais, voltadas para a execução de projetos conjuntos ou compartilhamento de serviços, visando otimizar recursos e alcançar objetivos comuns de maneira mais eficaz.

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção: Com R\$456.000,00 empenhados, esta categoria responde por 5,02% do total, destacando-se como um componente importante dos gastos operacionais. Este valor reflete o custo com deslocamentos, seja para missões oficiais, treinamentos ou outras necessidades institucionais, sublinhando a importância da mobilidade e do acesso a diferentes locais como parte da função pública.

339049 - Auxílio-Transporte: Este item soma R\$418.237,10, o que representa 4,60% do total das despesas. Similar ao auxílio-alimentação, o auxílio-transporte é mais uma faceta do compromisso da

entidade com o bem-estar de seus colaboradores, facilitando o acesso ao trabalho e contribuindo para a redução de barreiras que possam impactar a assiduidade e a eficiência.

Estas categorias de despesa demonstram não apenas a diversidade dos gastos necessários para a manutenção e operação da entidade, mas também o foco em investimentos estratégicos, benefícios aos colaboradores, e parcerias intergovernamentais como pilares fundamentais para alcançar seus objetivos institucionais.

Tabela 9 - Pessoal e Encargos Sociais

NATUREZA - 31	Desp. Empenhada	AH
319007 Contrib. Entid. Fechadas de Previdência	15.852,78	0,09%
319011 Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.601.748,98	87,67%
319012 Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	73.602,72	0,41%
319013 Obrigações Patronais	1.237.389,27	6,95%
319016 Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	39.560,56	0,22%
319113 Obrigações Patronais	828.263,98	4,65%
Total	17.796.418,29	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A categoria "319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil" representa a maior parte das despesas empenhadas, totalizando R\$15.601.748,98, o que corresponde a expressivos 87,67% do total de despesas. Esta rubrica engloba uma vasta gama de pagamentos fixos realizados ao pessoal civil, incluindo, mas não se limitando a, salários básicos, gratificações permanentes e outros benefícios de natureza fixa que são assegurados aos servidores independentemente de condições pontuais ou desempenho específico.

Tabela 10 - Despesa de Capital

P/A	NATUREZA	FONTE	Desp. Empenhada	AV
2087	449052 Equipamentos e Material Permanente	1500000001	268.945,00	2,34%
2087	449092 Despesas de Exercícios Anteriores	2754000001	51.699,40	0,45%
2087	449093 Indenizações e Restituições	2754000001	8.950.153,87	77,74%
2486	444042 Auxílios	1500000001	200.000,00	1,74%
2486	444042 Auxílios	1500007053	340.000,00	2,95%
2486	445042 Auxílios	1500007011	46.931,25	0,41%
2064	449052 Equipamentos e Material Permanente	1500000001	830.090,95	7,21%
2064	449052 Equipamentos e Material Permanente	2500000001	824.900,00	7,17%
Total			11.512.720,47	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Neste resumo das despesas empenhadas, observamos a alocação de recursos em diversas categorias, com destaque para as despesas que representam maiores volumes financeiros. As informações revelam a estratégia e priorização de investimentos da entidade. Abaixo, apresentamos uma nota explicativa focando nas despesas de maior vulto e suas características:

449093 - Indenizações e Restituições: Com um total de R\$8.950.153,87, esta categoria domina o quadro de despesas, representando 77,74% do total empenhado. Esse valor expressivo indica pagamentos

significativos relacionados a obrigações legais ou contratuais, tais como restituições de valores em função do encerramento do programa PIDISE. A magnitude desses gastos sublinha situações excepcionais que exigiram correções financeiras e orçamentárias importantes por parte da entidade.

449052 - Equipamentos e Material Permanente: Esta natureza de despesa aparece em três diferentes alocações (fontes), somando um total de R\$1.923.935,95 (2,34% + 7,21% + 7,17% = 16,72% do total), demonstrando um investimento considerável na aquisição de bens duráveis e equipamentos essenciais para a operação e modernização da entidade. Os gastos refletem a importância de manter ou atualizar a infraestrutura física e tecnológica, apoiando a eficiência e eficácia das atividades institucionais.

444042 - Auxílios: Com duas diferentes fontes de financiamento, esta categoria totaliza R\$540.000,00, equivalendo a 4,69% do total empenhado. Os auxílios representam contribuições financeiras destinadas a apoiar indivíduos, organizações ou entidades externas, demonstrando o compromisso da entidade com a assistência social, pesquisa, educação ou outras áreas de interesse público.

Estas categorias destacadas indicam áreas de foco específico nas despesas da entidade: correções financeiras importantes através de indenizações e restituições; investimentos em ativos duráveis para melhoria da capacidade operacional; e o apoio a terceiros por meio de auxílios. Cada uma dessas categorias reflete diferentes aspectos da estratégia orçamentária e operacional, demonstrando tanto a necessidade de atender a compromissos legais e contratuais quanto o desejo de investir no fortalecimento institucional e no suporte a iniciativas de interesse público.

NOTA 7 - DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

As despesas intra são classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

As Despesas Intraorçamentárias empenhadas corresponderam em 2023 o total de R\$ 831.570,88, as obrigações patronais conforme detalhado na planilha abaixo:

Tabela 11 - Despesa Intraorçamentária		
NATUREZA	DESP. EMPENHADA ATÉ O MÊS	A/V
339147 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.100,06	0,25%
339192 Despesas de Exercícios Anteriores	1.206,84	0,15%
319113 Obrigações Patronais	828.263,98	99,60%
Total	831.570,88	

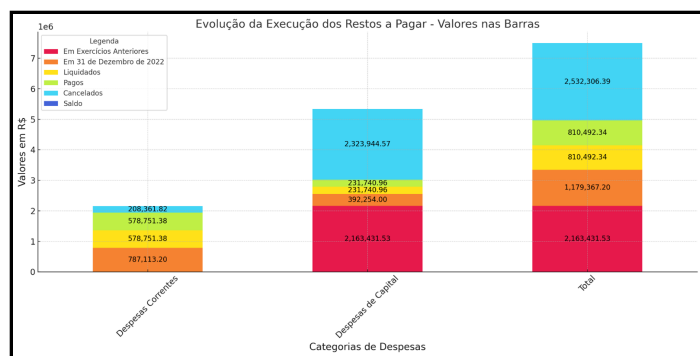
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTA 8 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS)

a) Execução de Restos a Pagar Não Processados

A SEPOG transfere os Restos a Pagar Não Processados Liquidados para restos a Pagar Processados em 31 de dezembro do ano vincendo, não mantendo o controle de Restos a pagar liquidados de um exercício para o outro.

Gráfico 2 - Evolução da Execução dos Restos a Pagar



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A execução dos restos a pagar apresenta uma evolução que pode ser analisada a partir dos seguintes pontos:

Despesas Correntes: Iniciaram com um valor empenhado de R\$787.113,20 ao final de 2022. Desse montante, R\$578.751,38 foram liquidados, ou seja, reconhecidos como serviços prestados ou bens entregues. Essa mesma quantia foi paga, indicando que todos os valores liquidados foram devidamente quitados. No entanto, houve cancelamentos que somaram R\$208.361,82, ajustando o saldo final para zero.

Despesas de Capital: Tiveram um valor significativo de R\$2.163.431,53 empenhados em exercícios anteriores, com acréscimo de R\$392.254,00 em 31 de dezembro de 2022. Da soma desses valores, apenas R\$231.740,96 foram liquidados e consequentemente pagos. A maior parte do valor empenhado foi cancelada, atingindo R\$2.323.944,57, resultando também em um saldo final nulo.

Total Geral: A somatória das despesas correntes e de capital resultou em um valor empenhado total de R\$2.163.431,53 para o período anterior e R\$1.179.367,20 para 31 de dezembro de 2022. Do total combinado, R\$810.492,34 foram liquidados e pagos. Os cancelamentos totais foram de R\$2.532.306,39, equilibrando o saldo total para zero.

A execução dos RPNP revela que todos os valores empenhados que foram liquidados foram igualmente pagos, e qualquer valor remanescente foi cancelado, resultando em um saldo de execução zerado para o período atual. Isso indica uma política de controle orçamentário rígido, onde fundos não utilizados ou não justificados foram removidos das contas pendentes

(b) Execução de Restos a Pagar Processados

A SEPOG não executou Restos a Pagar Processados.

(c) Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados

Tabela 12 - Cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados

Credor	Tipo De Empenho	Valor
Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda	Empenho Estimativo	13.971,68
Banco Do Brasil S/A	Empenho Estimativo	484,17
Emp. Basileira De Correios E Telegrafos	Empenho Estimativo	3.793,99
Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda	Empenho Estimativo	7.100,52
Ticket Soluções Hdftg S/A	Empenho Estimativo	6.223,20
Oi Móvel S/A	Empenho Estimativo	1.192,50
E-Doc Gestão De Documentos Eireli	Empenho Global	91.445,62
Nbs Serviços De Telecomunicações Ltda	Empenho Estimativo	1.876,12
Trevo Turismo Ltda	Empenho Estimativo	80.182,66
Brs Serv.De Montagens De Estruturas Eireli	Empenho Estimativo	816,72
Príncipe Da Beira Comércio E Serviços Ltda	Empenho Estimativo	1.274,64
Julio Cesar Pinto Cordeiro - Epp	Quebra Contratual	39.690,00
6 B2g Comércio De Produto Ltda	Quebra Contratual	206.000,00
Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp	Recisão Unilateral	622.247,35
Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp	Recisão Unilateral	1.256.154,40
Concrezon Construções E Comércio Ltda	Empenho Global	144.118,28

Concrezon Construções E Comércio Ltda	Empenho Global	55.734,54
Total		2.532.306,39

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No presente exercício, foram efetuados cancelamentos de empenhos referentes a restos a pagar não processados de exercícios anteriores. Estes cancelamentos totalizaram R\$ 2.532.306,39, refletindo uma revisão das obrigações financeiras pendentes e uma reavaliação das necessidades orçamentárias.

Cancelamentos de Empenho Estimativo: Foram cancelados empenhos que haviam sido realizados sob a estimativa de gastos futuros. Entre eles, destacam-se valores que variaram de pequenos montantes, como R\$ 484,17 para o "Banco Do Brasil S/A", até valores maiores, como R\$ 80.182,66 para a "Trevo Turismo Ltda". Estes cancelamentos indicam ajustes nas previsões de gastos ou mudanças nas demandas de serviços e produtos inicialmente previstos.

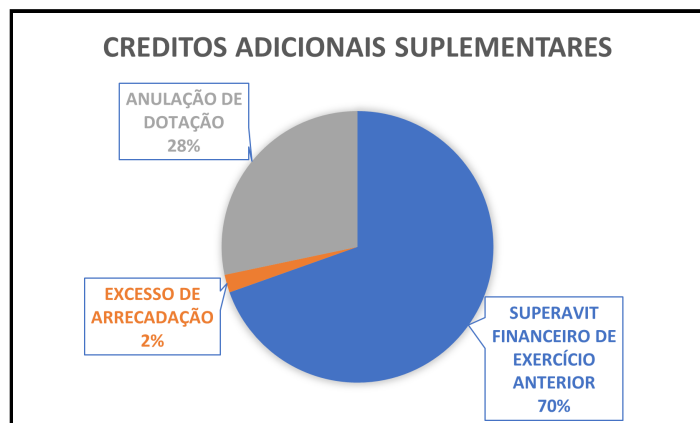
Cancelamentos de Empenho Global: Empenhos com valores totais previamente definidos também foram cancelados. Isto ocorreu devido à conclusão dos serviços ou entrega dos produtos com custos inferiores ao empenhado, ou a projetos que não seguirão adiante. Exemplos incluem o cancelamento de R\$ 91.445,62 da "E-Doc Gestão De Documentos Eireli" e de R\$ 144.118,28 e R\$ 55.734,54 da "Concrezon Construções E Comércio Ltda".

Cancelamentos por Quebra Contratual e Rescisão Unilateral: Foram realizados cancelamentos significativos, como o de R\$ 39.690,00 da "Julio Cesar Pinto Cordeiro - EPP" e o total de R\$ 1.878.401,75 da "Eletrix Inc Construções E Serviços Ltda - Epp". Estes valores estão relacionados a contratos que foram desfeitos ou revogados, exigindo reajustes substanciais nos compromissos orçamentários previamente estabelecidos.

Esses cancelamentos são parte do processo de gestão orçamentária e financeira, visando a otimização dos recursos disponíveis e a adequação à realidade econômica atual. Tais medidas são importantes para a manutenção do equilíbrio fiscal e a correta alocação de recursos conforme as prioridades estabelecidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

NOTA 9 - CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO (INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO)

Gráfico 3 - Detalhamento dos Créditos Adicionais



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O gráfico acima ilustra a distribuição dos créditos adicionais suplementares, detalhando a parcela que cada tipo de crédito representa no total de abertura de créditos.

O "SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR" constitui a maior parte com 69.6% do total, correspondendo a R\$ 18.605.867,06. Este valor representa os recursos não utilizados no ano anterior que são levados adiante para o novo exercício fiscal.

O "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", que é 2.1% do total com R\$ 570.271,28, representa a arrecadação além do previsto, e neste contexto específico, corresponde inteiramente aos rendimentos das aplicações bancárias.

A "ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO" ocupa 28.3% do total, o que representa R\$ 7.572.765,00. Esta medida é adotada para cancelar dotações orçamentárias que não são mais necessárias ou cujos projetos foram finalizados com custos menores que o esperado, permitindo que esses recursos sejam redirecionados para áreas de maior necessidade.

O total dos créditos adicionais suplementares alcança R\$ 26.748.903,34, indicando o volume de recursos realocados para reforço de dotações do orçamento vigente.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN

Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046164037** e o código CRC **58C319AE**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) - Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/1964

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da SEPOG evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O valor apurado passou a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Período: 01.01.2023 a 31.12.2023 01.01.2022 a 31.12.2022

Especificação			
Variações Patrimoniais Aumentativas	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.358.334,33	1.871.601,03
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.358.334,33	1.871.601,03
Transferências e Delegações Recebidas	[16]	34.898.374,82	29.310.932,63
Transferências Intragovernamentais		34.887.020,42	29.310.932,63
Outras Transferências e Delegações Recebidas		11.354,40	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		51.965,28	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		48.780,13	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.185,15	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		293,16	480.652,99
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		293,16	437.427,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	43.225,56
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		36.308.967,59	31.663.186,65
Especificação			
Variações Patrimoniais Diminutivas	Nota	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Pessoal e Encargos	[18]	21.294.351,52	19.602.337,88
Remuneração a Pessoal		15.657.247,01	14.405.520,32
Encargos Patronais		2.081.506,03	1.885.529,50
Benefícios a Pessoal		3.555.598,48	3.311.288,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		250.910,42	204.960,25
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		250.910,42	204.960,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	[19]	4.449.885,91	2.432.173,74
Uso de Material de Consumo		305.431,56	391.655,54
Serviços		3.694.203,88	1.871.429,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	[20]	450.250,47	169.088,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira		260,46	800,89
Juros e Encargos de Mora		260,46	800,89
Transferências e Delegações Concedidas		20.526.495,94	8.207.892,12
Transferências Intragovernamentais	[21]	19.441.495,94	5.378.060,12
Transferências Inter Governamentais		100.000,00	1.725.958,00
Transferências a Instituições Privadas		35.000,00	145.000,00
Transferências a Consórcios Públicos		950.000,00	950.000,00
Execução Orçamentária Delegada		-	1.800,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	7.074,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		11.370,68	5.265.250,27

Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		-	1.604.689,70
Perdas Involuntárias		-	3.383,11
Desincorporação de Ativos		11.370,68	3.657.177,46
Tributárias		2.100,06	2.050,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.100,06	1.918,41
Contribuições		-	132,45
Outros Variações Patrimoniais Diminutivas		8.950.753,87	9.798,22
VPD de Constituição de Provisões		-	2.162,62
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		8.950.753,87	7.632,60
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		55.486.128,86	35.725.264,23
Resultado Patrimonial do Período (I - II)		-19.177.161,27	-4.062.077,58

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 16 - VPA TRANSFERÊNCIA E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais (cota, repasse e sub-repasse), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos e transferências de convênios.

Repasse Recebido

Durante o período analisado, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) registrou um repasse financeiro recebido no valor de R\$30.118.637,53. Este repasse é crucial para a operacionalidade da SEPOG, visto que, sendo um órgão não arrecadador, depende integralmente dos recursos provenientes de outras instâncias governamentais para a execução de suas atividades e obrigações.

Os recursos financeiros repassados à SEPOG têm origem na Secretaria de Finanças, responsável pela gestão dos recursos do governo. Esses repasses são destinados à SEPOG com o propósito de assegurar a manutenção das suas atividades operacionais, bem como para cumprir com as responsabilidades salariais dos servidores vinculados à secretaria.

Finalidade dos Recursos

A SEPOG utiliza os recursos recebidos para diversas finalidades, incluindo, mas não se limitando a:

Manutenção das Atividades Operacionais: Garantir a continuidade das operações diárias, financiando os custos associados à execução dos projetos, programas e atividades de planejamento, orçamento e gestão.

Pagamento dos Servidores: Assegurar o pagamento dos salários dos servidores, mantendo o compromisso da secretaria com seu quadro de funcionários e contribuindo para a estabilidade econômica da equipe.

Na tabela seguinte estão discriminados os itens da rubrica transferências e Delegação Recebidas pela SEPOG:

Tabela 15 - Transferências Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária

Descrição	SALDO	A/V
Transferências Finan Recebidas - Independ De Exec Orçamentária	4.747.356,00	99,56%
Transferências Recebidas De Bens Móveis	20.064,71	0,42%
Outras Transferências Não Finan Recebidas - Independentes De Exec Orçamentária	962,18	0,02%
TOTAL	4.768.382,89	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Durante o período em análise, as movimentações financeiras registradas sob a rubrica "Movimento De Fundos A Débito - Correspondência De Débitos - Saldos Financeiros" totalizaram R\$4.747.356,00, representando 99,56% do total das movimentações, que somam R\$4.768.382,89. Este montante engloba principalmente duas categorias de transações:

Transferência Financeira entre as contas 9478-1 e 9893-0: Um valor significativo de R\$2.882.726,13 foi destinado à regularização do programa PIDISE. Esta ação reflete o comprometimento da entidade com

a gestão eficaz de fundos destinados a programas específicos, garantindo a correta aplicação dos recursos e a conformidade com as regulamentações vigentes.

Retenções de IRRF dos servidores da SEPOG: A parcela restante, após a transferência acima mencionada, constitui em sua maior parte as retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG). Este procedimento está alinhado com as obrigações fiscais e demonstra a transparência na gestão dos recursos humanos e na retenção de tributos.

Além disso, o saldo inclui também:

Transferências Recebidas De Bens Móveis: Totalizando R\$20.064,71 (0,42% do total), este valor reflete a entrada de recursos não financeiros através da aquisição de bens móveis.

Outras Transferências Não Financeiras Recebidas - Independentes De Execução Orçamentária: Com um total de R\$962,18 (0,02% do total), esta rubrica abrange receitas diversas que não se enquadram na execução orçamentária tradicional, evidenciando a diversidade de fontes de receita e a flexibilidade financeira da entidade.

A soma destas movimentações resulta no total de recursos geridos no período, alcançando o montante de R\$4.768.382,89.

NOTA 17 - VPD REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

No período em análise, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) registrou um evento relevante relacionado à reversão de provisões, especificamente a reversão de provisão não utilizada no valor de R\$293,16. Este valor indica que, após uma avaliação das obrigações que motivaram a constituição da provisão, concluiu-se que parte do montante provisionado não era mais necessário para cobrir tais obrigações. Assim, o valor foi revertido, melhorando o resultado financeiro da SEPOG para o período.

NOTA 18 - VPD PESSOAL E ENCARGOS

Tabela 16 - Pessoal

Descrição	SALDO	AV
Vencimentos E Salários	4.371.686,78	27,92%
Abono De Permanência	70.125,34	0,45%
Incentivo À Qualificação	796.927,04	5,09%
Vantagem Pecuniária Individual	149.185,79	0,95%
Gratificação Por Exercício De Funções	442.982,59	2,83%
Gratificação De Tempo De Serviço	14.439,27	0,09%
Férias Vencidas E Proporcionais	90.957,71	0,58%
13. Salário	1.098.918,40	7,02%
Férias - Abono Pecuniário	557.494,98	3,56%
Férias - Abono Constitucional	574.566,41	3,67%
Licença-Prêmio	305.012,55	1,95%
Representação Mensal	6.562.022,30	41,91%
Subsídios	389.546,64	2,49%
Gratificação Por Exercício De Cargo Em Comissão	2.664,20	0,02%
Outros Vencimentos E Vant Fixas - Pessoal Civil Rpps	117.167,08	0,75%
Substituições	35.479,01	0,23%
Soldo	64.464,84	0,41%
Adicional De Habitação	8.122,56	0,05%
Outras VPD Fixas - Pessoal Militar	5.483,52	0,04%
TOTAL	15.657.247,01	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

No período em análise, a composição dos gastos com pessoal reflete a estrutura e as prioridades da entidade no que se refere à remuneração e aos benefícios concedidos aos servidores. O total gasto foi de R\$15.657.247,01, distribuído em diversas categorias, conforme detalhado a seguir:

Vencimentos e Salários: Com R\$4.371.686,78, representam 27,92% do total, indicando a maior parcela de despesa, refletindo o compromisso com a remuneração base dos servidores.

Abono de Permanência: R\$70.125,34 (0,45%), demonstrando um incentivo para servidores que optam por permanecer em atividade após atingirem os requisitos para aposentadoria.

Incentivo à Qualificação: R\$796.927,04 (5,09%), destacando a valorização da formação e do aprimoramento profissional.

Vantagem Pecuniária Individual: R\$149.185,79 (0,95%), reflete pagamentos individuais específicos fora do salário base.

Gratificação por Exercício de Funções: R\$442.982,59 (2,83%), ligada ao desempenho de funções especiais ou adicionais.

13º Salário: R\$1.098.918,40 (7,02%), evidenciando a importância desse benefício na composição dos gastos anuais com pessoal.

Representação Mensal: R\$6.562.022,30 (41,91%), a maior proporção dentre todas as categorias, sublinhando o peso significativo de cargos de gestão e representação na estrutura salarial.

Tabela 17 - Encargos Patronais

Descrição	SALDO	AV
Contribuição Patronal Para o RPPS	828.263,98	39,79%
Encargos De Pessoal Requisitado de Outros Entes	54.020,95	2,60%
Contribuições Previdenciárias - RGPS	1.183.368,32	56,85%
Complementação de Previdência	15.852,78	0,76%
Total	2.081.506,03	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A distribuição dos encargos sociais e previdenciários da entidade, totalizando R\$2.081.506,03, reflete a responsabilidade com contribuições previdenciárias e outros encargos relacionados ao pessoal. As categorias e seus respectivos pesos percentuais no total dos gastos são apresentados da seguinte forma:

Contribuição Patronal para o RPPS: R\$828.263,98, correspondendo a 39,79% do total. Este valor destaca a contribuição significativa da entidade para o regime próprio de previdência dos servidores, evidenciando o compromisso com a segurança previdenciária do seu quadro funcional.

Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes: R\$54.020,95, ou 2,60% do total. Este montante representa os custos associados ao pessoal requisitado de outros órgãos ou entidades, sublinhando a colaboração interinstitucional e a partilha de recursos humanos.

Contribuições Previdenciárias - RGPS: Com um valor de R\$1.183.368,32, esta categoria representa 56,85% do total dos gastos, indicando a maior parcela. Reflete as obrigações da entidade com o regime geral de previdência social, demonstrando a importância das contribuições previdenciárias na gestão fiscal responsável.

Complementação de Previdência: R\$15.852,78, equivalendo a 0,76% do total. Este valor aponta para os gastos com a complementação da previdência para determinados servidores ou pensionistas, garantindo o atendimento às especificidades dos planos de benefícios.

BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO

O valor apresentado de R\$ 3.555.598,48 refere-se à consolidação dos benefícios pagos aos empregados e servidores cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no período em análise.

NOTA 19 - VPD USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tabela 18 - Uso de Material de Consumo

Descrição	SALDO	AV
Combustíveis E Lubrificantes Automotivos	54.088,46	17,71%
Gêneros Alimentação	41.035,33	13,44%
Material De Expediente	6.406,09	2,10%
Material De Processamento De Dados	40.391,31	13,22%
Material De Copa E Cozinha	3.140,05	1,03%
Material De Limpeza E Produtos De Higienização	1.536,81	0,50%
Material De Proteção E Segurança	773,50	0,25%
Material Para Manutenção De Veículos	21.560,89	7,06%
Bilhetes De Passagem	116.563,12	38,16%
Outros Materiais De Consumo	19.936,00	6,53%
TOTAL	305.431,56	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Gêneros de Alimentação e Material de Processamento de Dados vêm a seguir, com despesas de R\$ 41.035,33 (13,44%) e R\$ 40.391,31 (13,22%), respectivamente. Estes itens evidenciam os custos associados à alimentação e à infraestrutura tecnológica, fundamentais para o funcionamento da entidade.

NOTA 20 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

A depreciação de bens móveis é um reconhecimento contábil da diminuição do valor dos ativos de uma entidade ao longo do tempo. No valor de 450.250,47, reflete a alocação sistemática do custo dos bens móveis durante o período em que se espera que eles gerem benefícios para a organização.

O valor de 450.250,47 registrado como depreciação de bens móveis é, portanto, um elemento crítico que contribui para a precisão dos registros contábeis e a transparência das demonstrações financeiras. É essencial manter essa prática para garantir que todas as partes interessadas tenham uma compreensão clara da depreciação dos ativos e das implicações financeiras relacionadas. Este é um processo fundamental para:

Apresentar uma imagem fiel e justa: O registro de depreciação assegura que as unidades reflitam de forma mais precisa o valor dos ativos e a sua redução ao longo do tempo, proporcionando uma visão realista da situação patrimonial.

Gerenciamento de custos: A depreciação auxilia no gerenciamento dos custos associados aos ativos, distribuindo o custo inicial do bem ao longo de sua vida útil, o que ajuda no planejamento orçamentário e na tomada de decisões financeiras.

Planejamento de substituições: Ao reconhecer a depreciação, a entidade pode planejar com antecedência a substituição de ativos, assegurando que os recursos necessários estarão disponíveis quando os bens chegarem ao fim de sua vida útil operacional.

Benefícios fiscais: A depreciação pode oferecer benefícios fiscais, pois, em geral, reduz o lucro tributável de uma empresa, diminuindo assim o imposto de renda devido.

Transparência para stakeholders: Investidores, credores e outros usuários das demonstrações financeiras esperam ver que a organização pratica uma contabilidade rigorosa, o que inclui o reconhecimento adequado da depreciação.

NOTA 21 - VPD TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais (repasses), transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Programa Água Para Todos (9.063.534,54): Este valor foi transferido para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), visando a implementação do Programa Água para Todos. Este programa é essencial para garantir o acesso à água, promovendo melhorias na qualidade de vida e na saúde das comunidades beneficiadas.

Unidade de Caixa (3.651.446,34): Recursos oriundos de operações de créditos não utilizadas foram transferidos para o Caixa Único do Tesouro. Esse procedimento atende ao princípio da unidade de caixa, que visa centralizar os recursos para otimizar a gestão financeira e aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos.

Regularização do PIDISE (2.882.726,13): A movimentação entre contas bancárias da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) teve como finalidade a regularização do programa PIDISE, bem como o encerramento de contas bancárias associadas ao programa, seguindo práticas de boa governança e gestão financeira.

Diversos Resgates de Recursos: Outras quantias, dentro do montante global, referem-se a resgates de recursos controlados pelo Tesouro Estadual, que incluem a correspondência de débitos relacionados às retenções na folha de pagamento dos servidores estaduais (IRRF). Essas operações asseguram a correta administração das finanças públicas e o cumprimento das responsabilidades fiscais.

NOTA 22 - VPD TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

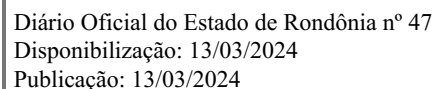
No valor de 100.000,00 em transferências intergovernamentais destaca que este montante se refere especificamente a convênios com municípios. Tais convênios são acordos de cooperação financeira em que o Estado transfere recursos para os municípios, com o objetivo de apoiar a execução de projetos ou programas que beneficiem a população local. Esses recursos permitem que os municípios realizem investimentos em áreas como infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento social, entre outras,



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046545818** e o código CRC **DCC2694C**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046545818



TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Nota	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		34.865.993,53	29.274.621,88
Outras transferências correntes recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		34.865.993,53	29.274.621,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Intergovernamentais		1.250.000,00	2.800.958,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		300.000,00	1.850.958,00
a Consórcio		950.000,00	950.000,00
Intragovernamentais		20.152.860,81	5.898.244,87
Outras transferências concedidas		35.000,00	145.000,00
Total das Transferências Concedidas		21.437.860,81	8.844.202,87

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	FUNÇÃO	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Função 04	Administração	25.102.273,12	21.214.931,41
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		25.102.273,12	21.214.931,41

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 26 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

As atividades operacionais tiveram um ingresso total de 49.596.723,40, com a maior parte vindo de transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais. No entanto, os desembolsos foram significativamente maiores, totalizando 59.940.207,06, principalmente devido a pessoal e outras despesas, bem como transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Isso resultou em um fluxo de caixa líquido negativo de -10.343.483,66, indicando que as operações do período consumiram mais recursos do que geraram.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046624459** e o código CRC **57C9756F**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046624459



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2023

Mês Referência: Dezembro										Valores em R\$
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Inicial / Código Inicial	Ajust. para Efeitos Transit. de Capital (ATAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Divulgação Patrimonial	Reserva de Liquidez	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL	
Dados Iniciais							31.762.882,76		31.762.882,76	
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-154.000,00	-	-154.000,00	
Resgate / Remissão de ações e cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Perda sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-13.177.181,27	-	-13.177.181,27	
Reserva de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuição / Reserva de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos e distribuições (por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dados Finais							12.429.421,35		12.429.421,35	

SIOEPRO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

BEATRIZ BASÍLIO MENDES
Secretária de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

FERNANDO FIORENTIN
Analista Contábil
CRC-RO 008946/0-9
Matrícula 300131272



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Rodrigo Fiorentin, Gerente**, em 12/03/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Basilio Mendes, Secretário(a)**, em 13/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046728758** e o código CRC **8C57FC81**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0035.000135/2024-53

SEI nº 0046728758